SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 55ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

05/12/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas

Presidente: Senador Ricardo Ferraço
Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 05/12/2013.

55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 101/2013** - Não Terminativo -	**SEN. VANESSA GRAZZIOTIN**	**13**
2	**MSF 102/2013** - Não Terminativo -	**SEN. EDUARDO SUPLICY**	**65**
3	**MSF 104/2013** - Não Terminativo -	**SEN. ANA AMÉLIA**	**101**

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)					
Jorge Viana(PT)(51)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP	(61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP	(61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM	(61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ	(61) 3303-6427
Anibal Diniz(PT)(13)(16)(17)(52)	AC	(61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ	(61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF	(61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT	(61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA	(61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP	(61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)					
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES	(61) 3303-6590	1 Vital do Rêgo(PMDB)(48)(67)	PB	(61) 3303-6747
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE	(61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA	(061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(32)(35)(48)	RS	(61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR	(61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE	(61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC	(61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS	(61) 3303 6083
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ	(61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(20)(21)(22)(29)(36)	AC	(61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)					
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR	(61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP	(61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC	(61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA	(61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN	(61) 3303-2361 a 2366	3 Osvaldo Sobrinho(PTB)(18)(38)(53)(65)(66)	MT	(61) 3303-1146/3303-1148/ 3303-4061
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO	(61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB	(61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)					
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(61)(62)	RR	(61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(42)(54)(57)	DF	(61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL	(61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(33)(34)(43)(44)(57)	ES	(61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(27)(28)(45)(57)(64)	PE	(61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

(2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

(3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

(4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

(5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

(6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

(7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

(8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

(9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

(10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

(11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

(12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

(13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

(14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

(15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

(16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

(17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

(18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

(19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

(20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
(21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
(22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
(23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
(24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
(25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
(26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
(27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
(28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
(29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
(30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
(31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
(32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
(33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
(34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
(35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
(36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
(37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
(38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
(39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
(40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
(41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
(42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
(43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
(44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
(45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
(46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
(47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
(48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
(49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
(50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
(51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
(52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
(53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
(54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
(55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
(56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
(57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
(58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
(59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
(60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
(61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
(62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
(63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
(64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
(65) 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
(66) Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
(67) Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Em 5 de dezembro de 2013
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA

55ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Deliberativa
Local	Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 102, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição da indicada à Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 41, DE 2013

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de:

a) **curriculum vitae**, no qual constem:

1. as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

2. a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

b) no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração do indicado:

1. quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

2. quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

5. quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

c) argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade;

d) no caso dos indicados na forma do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores contendo:

1. informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado;

2. relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão ou renegociação de dívidas e a renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal;

II – o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:

a) o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;

b) será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

c) o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

d) o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado;

e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre

assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

f) o relatório será votado;

III – a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV), aplicando-se o procedimento descrito no inciso II deste artigo, no que couber;

.....

§ 1º A manifestação do Senado Federal e das comissões sobre a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (Const., art. 52, IV).

§ 2º A resposta negativa às hipóteses previstas nos itens 1, 2, 4 e 5 da alínea "b" do inciso I deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§ 3º A declaração de que trata o item 3 da alínea "b" do inciso I deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2013.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

mm/prs11-008

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 101, de 2013 (Mensagem nº 499, de 12/11/2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal *a escolha do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da União de Myanmar.*

RELATORA: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da União de Myanmar.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, tendo nascido a 8 de agosto de 1947 em São Gabriel (RS).

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 1974. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1977. Tornou-se Segundo-Secretário em 1979 e Primeiro-Secretário em 1987. Foi a Conselheiro em 1993. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 1999, a Ministro de Primeira Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2012.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul (1994) e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-I (1994-1996). No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1990-1994); Conselheiro na Embaixada de Moscou (1997-1999); Chefe da Divisão de Política Comercial (1999-2002); Embaixador em Hanói (2002-2008); e Embaixador em Manila (2008-2012). Além disso, o indicado chefiou importantes delegações brasileiras no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre Myanmar, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1° do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, e com o art. 386 do Regimento Interno do Senado Federal. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

As relações diplomáticas foram formalmente estabelecidas em 1982 e o relacionamento bilateral tem se fortalecido nos últimos anos, com a instalação da Embaixada de Myanmar em Brasília em 1996 e a da Embaixada do Brasil em Yangon em 2010. A partir de vários e encontros e visitas, identificou-se algumas áreas de possível incremento da cooperação bilateral, tais como a de agricultura; segurança alimentar e políticas sociais; saúde; transporte aéreo; energias renováveis (hidroeletricidade); software; finanças; processo legislativo; educação; recursos humanos e esportes.

Atualmente, embora sob persistente influência militar, vigora república presidencialista em Myanmar. Registre-se que, ainda durante a ditadura, de 2000 a 2008, foi o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro relator das Nações Unidas sobre a situação de violação de direitos humanos naquele País.

No ponto, há certa evolução interna, com a libertação de presos políticos e a criação em 2011 de Comissão de Direitos Humanos, o que se deve a certa pressão internacional, mas sobretudo à luta do povo pela democratização do País, tendo à frente do movimento a Nobel da Paz de 1991, Aung San Suu Kyi.

Do ponto de vista do comércio bilateral, há muito que evoluir, tendo alcançado o fluxo em 2012 a cifra modesta de U$ 18,2 milhões. O Brasil é superavitário nessa relação, sendo nossa pauta exportadora bastante vinculada ao açúcar. Portanto, há um vasto campo de oportunidades, podendo nossas exportações serem incrementados, por exemplo, pela venda de têxtis, automóveis, tratores, cimento, motores e geradores.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 101, DE 2013
(nº 499/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Os méritos do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

EM Nº 00420/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES*
CPF.: 062.445.800-87
ID.: 6549 MRE

1947	Filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, nasce em 8 de agosto, em São Gabriel/RS
Dados Acadêmicos:	
1974	Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS
1976	CPCD, IRBR
1981	CAD, IRBr
1995	CAE, IRBr, OMC Para Quê ? (Crônica de uma Negociação e Comentários sobre seus Resultados)
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário
1993	Conselheiro
1999	Ministro de Segunda Classe
2007	Ministro de Primeira Classe
2012	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1977-1979	Divisão da Europa-I, assistente
1979-1982	Consulado-Geral em Hong Kong, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
1982-1986	Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1983	XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Arusha, Tanzânia, Chefe de delegação
1986	Divisão do Oriente Próximo-I, assessor
1986-1989	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assessor e Chefe, substituto
1989-1990	Departamento Cultural, assessor
1990	Departamento Econômico, Coordenador Executivo, substituto
1990-1994	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1994	Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe
1994-1996	Divisão da Ásia e Oceania-I, Chefe
1997-1999	Embaixada em Moscou, Conselheiro
1999-2002	Divisão de Política Comercial, Chefe
1999-2001	Reuniões do Grupo de Acesso a Mercados da ALCA, Miami, Chefe de delegação
1999-2000	Instituto Rio Branco, Professor
2000	Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Propriedade Industrial Brasileira (Patentes), no contencioso Brasil-Medidas que afetam a proteção patentária, Genebra, Chefe de delegação
2001	Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Patentes dos Estados Unidos no contencioso Estados Unidos-Código de patentes dos EUA, Genebra, Chefe de delegação
2001	Reunião do Conselho do International Textiles and Clothing Bureau (ITCB), Rio de Janeiro, Presidente e Chefe de delegação
2002-2008	Embaixada em Hanói, Embaixador
2002	Reunião do Conselho do International Textiles and Clothing Bureau (ITCB), Hanói, Chefe de delegação
2008-2012	Embaixada em Manila, Embaixador
2013	Grupo de Reflexão do FOCALAL, representante do Brasil

Condecorações:

1985	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1986	Ordem Al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Cavaleiro
1987	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
2007	Ordem da Amizade, grau único, Vietnã
2007	Ordem pela Causa da Educação, grau único, Vietnã
2012	Ordem de Sikatuna, Filipinas, Grã-Cruz, prata

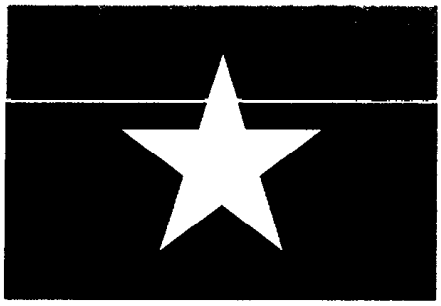
Publicações:

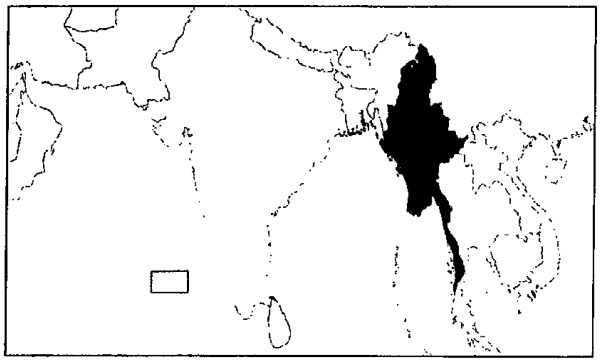
1989	Normas de Conduta para Cientistas na Antártida Destinadas à Proteção do Meio Ambiente e à Garantia da Continuidade de Projetos Cientificos Antárticos, in Ciências Atmosféricas e Espaciais na Antártica (diversos autores), INPE, São José dos Campos/SP
1996	O Brasil e a Coordenação entre os Países de Porte Continental numa Perspectiva Atual, Revista Brasileira de Política Internacional, IBRI, Ano 39, nr. 2
1998	Comentários sobre o Acordo Constitutivo da OMC, in Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio (diversos autores), LTr Editora, São Paulo

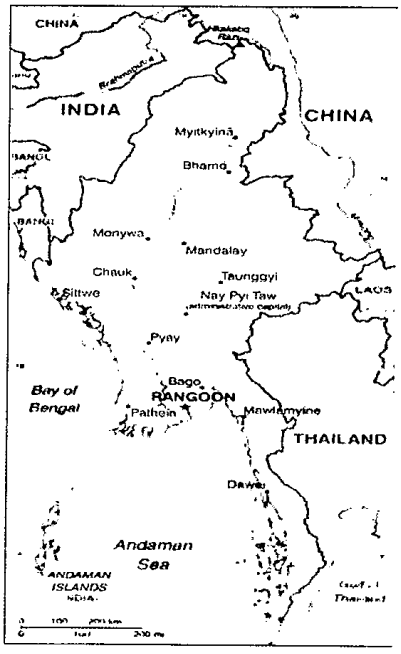
ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MYANMAR







Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da União de Myanmar
CAPITAL:	Naypyidaw (desde 2005)
ÁREA:	676.563 km²
POPULAÇÃO (2012):	63,7 milhões (estimativa)
IDIOMA OFICIAL:	Birmanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (90%), Cristianismo (4%), Islamismo (4%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista (há reformas democratizantes, mas persiste predomínio militar)
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Pyidaungsu Hluttaw), composto da Câmara de Nacionalidades (alta) e da Câmara de Representantes (baixa)
CHEFE DE ESTADO/GOVERNO:	Presidente Thein Sein (desde mar/2011)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Wunna Maung Lwin (desde mar/2011)
PIB (EST. 2012):	US$ 53,1 bilhões - (Brasil: 2,45 trilhões - FMI)
PIB PPP (EST. 2012):	US$ 89,5 bilhões - (Brasil: 2,4 trilhões - FMI)
PIB *per capita* (EST. 2012):	US$ 835 – (Brasil: 12.465,30 - FMI)
PIB PPP *per capita* (EST. 2012):	US$ 1.405 – (Brasil: 12.181,34 - FMI)
IDH (2012):	0,498/149º de 187 (Brasil: 0,730/85º; mundo: 0,694)
EXPECTATIVA DE VIDA:	65,7 anos (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	92,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	4,0%
UNIDADE MONETÁRIA:	Kyat
EMBAIXADOR DO BRASIL:	José Carlos da Fonseca Junior
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	U Tun Nay Linn
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	7 indivíduos

Fontes: *DIC/MRE; IMF Economic Database,* acesso em agosto de 2013.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ mil FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL→ MYANMAR	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	jan-set 2012	jan-ago 2013
Intercâmbio	**4.673**	**3.232**	**2.535**	**3.649**	**2.153**	**5.460**	**9.207**	**21.875**	**26.159**	**18.209**	**11.946**	**9.842**
Exportações	4.620	3.110	2.059	2.763	1.007	4.015	7.907	20.714	25.498	17.380	11.194	9.362
Importações	53	122	476	886	1.146	1.445	1.300	1.161	661	829	752	480
Saldo	4.567	2.988	1.583	1.877	-139	2.570	6.607	19.553	24.838	16.551	10.442	8.881

PERFIS BIOGRÁFICOS

Thein Sein
Presidente de Myanmar

Nasceu em 20 de abril de 1945, em um pequeno vilarejo chamado Kyonku, na cidade de Ngapudaw, Myanmar (então Birmânia, colônia britânica).

Em 1968, graduou-se na "Defense Services Academy", escola superior militar myanmarense. Em 1990, tornou-se membro do "State Peace and Development Council". Chegou ao cargo de General e aposentou-se da carreira militar em 2010, quando decidiu disputar as eleições como civil pelo "United Solidarity and Development Party" (USDP), partido hegemônico no país.

Foi membro do Parlamento pela cidade de Zabuthiri, Primeiro-Ministro de 2007 a 2011 e membro da Convenção Nacional de Myanmar, formada com o fim de estabelecer uma nova Constituição para o país. Em março de 2011, após reformas políticas no Estado, iniciou seu mandato como Presidente da República, tendo sido escolhido pelo Colégio Eleitoral Presidencial (composto por parlamentares e militares). Foi o primeiro Presidente escolhido desde o restabelecimento de eleições parlamentares no país, suspensas entre 1990 e 2010.

Possui perfil político moderado e tem levado a cabo processo gradual de liberalização política no país, apesar de ter sido o Primeiro-Ministro no período final do regime militar. Em abril de 2013, o Presidente Thein Sein foi, juntamente com o ex-Presidente Lula, o grande homenageado pelo "Internacional Crisis Group (ICG)", no "Pursuit of Peace Award Dinner", em Nova York. Tem sido cogitado como possível candidato ao Prêmio Nobel da Paz, tendo o ex-presidente finlandês e ganhador do Nobel da Paz, Martti Ahtisaari, reforçado essa ideia.

Wunna Maung Lwin
Ministro de Negócios Estrangeiros

Nasceu em 30 de maio de 1952. Tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros em 30 de março de 2011. É casado e tem duas filhas e um filho.

É Bacharel em Ciências (1971-1974) pela "Defense Services Academy", escola superior militar myanmarense.

Entre 1974 e 1998, serviu nas Forças Armadas, em diferentes postos nacionais, atingindo a patente de Coronel. Após atuação no Ministério de Assuntos de Progresso das Áreas de Fronteira e das Etnias Nacionais e do Desenvolvimento (1998-2000), passou a integrar os quadros diplomáticos de Myanmar.

Wunna Maung Lwin foi Representante Permanente junto às Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra (2007-2011), período em que chefiou delegações junto a diversas sessões do Conselho de Direitos Humanos. Foi Embaixador em Israel (2000-2001), na França (2001-2005 cumulativo com diversos países europeus e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO) e na Bélgica.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desde 1996, a única na América Latina. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano, tendo o primeiro Embaixador brasileiro apresentado credenciais no mês seguinte. Há 32 Embaixadas residentes em Yangon, sendo a brasileira a única da América Latina. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 60 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, oferecendo possibilidade de suprimento energético a Índia e China, sem passagem pelo Estreito de Malaca. Além disso, Myanmar preparava-se para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir-se um ponto de inflexão no processo de transição democrática.

O Brasil vê positivamente a evolução recente da situação política em Myanmar, marcada de forma progressiva, desde a posse do novo governo, em 2011, por maior liberdade de imprensa e de manifestação pública; diálogo com forças da oposição; libertação de presos políticos; criação de Comissão de Direitos Humanos; e renovado diálogo com a comunidade internacional. Persistem, entretanto, desafios a serem enfrentados pelo país, até que se consolide o processo de democratização.

A abertura do regime político em Myanmar encoraja o desenvolvimento de iniciativas de cooperação bilateral com vistas ao adensamento das relações políticas e econômicas. Nesse quadro, os dois países estabeleceram, em fevereiro de 2012, mecanismo de consultas políticas, cuja primeira reunião ocorreu naquela ocasião, quando da visita da Subsecretária-Geral Política II (SGAP II) do MRE, que liderou a primeira missão política de alto nível do Brasil ao país. Durante a visita, a Sra. SGAP-II manteve encontros com o Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Sr. Maung Myint; com o Ministro do Gabinete Presidencial, Soe Maung; com o Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. Koko Oo; com o Vice-Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria (FCCI), Aung Lwin, e seu Secretário Geral, Dr. Myo Thet; e com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Embaixador Win Mra.

Em setembro de 2012, o Brasil doou US$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de Rakhine, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em maio de 2008, o Governo brasileiro havia concedido assistência humanitária no valor de US$ 40 mil às vítimas do ciclone Nargis.

O intercâmbio de visitas oficiais vem-se tornando mais intenso. Do lado brasileiro, além da Subsecretária-Geral Política II do Itamaraty (responsável por Ásia e Oceania), visitou Myanmar, em agosto de 2013, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com representantes técnicos do Instituto Butantã e da Universidade Federal de Lavras. Como resultado da missão, deverão ser iniciados projetos bilaterais de cooperação nas áreas de soro antiofídico e processo de estocagem de grãos.

Em julho de 2013, visitou Myanmar o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman Benjamin, que cumpriu extensa programação com autoridades myanmarense, incluindo encontro com Aung San Suu Kyi. Na ocasião, tratou de assuntos relativos a cooperação judiciária e questões ambientais. Com Suu Kyi, discutiu longamente sobre possibilidades de cooperação na capacitação de recursos humanos no Judiciário. Foi suscitada também a possibilidade de visita de Suu Kyi ao Brasil.

Do lado myanmarense, o Vice-Presidente de Myanmar, Dr. Sai Mauk Kham, visitou o Brasil em junho de 2012, quando participou da Conferência Rio+20; manteve encontro com o Vice-Presidente Michel Temer; participou de almoço oferecido pela Sra. Presidenta da República aos Chefes de Estado e de Governo presentes; presenciou exposições sobre a organização da Copa do Mundo de 2014 e sobre a indústria brasileira de software (pela SOFTEX); manteve contatos na Petrobrás; visitou a sede da Embraer; e manteve encontro com empresários em São Paulo. Durante encontro com dirigentes da Andrade Gutierrez, sugeriu o envio de equipe de prospecção a Myanmar, com foco inicial na área de energia, o que foi realizado em agosto de 2012.

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros Nyan Win visitou Brasília em 2008, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN. Em 2007, chefiando delegação à III Reunião Ministerial do FOCALAL, visitou Brasília o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Kyaw Thu. Em 2001, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros U Khin Maung Win visitara o Brasil, com o objetivo de esclarecer as condições de trabalho de sua população e, mais especificamente, para discorrer sobre a implementação da Resolução da Conferência Internacional do Trabalho sobre a proibição do trabalho forçado.

Seu sucessor na função de Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, U Maung Myint, visitou Brasília em 2007. No plano bilateral, manifestou particular interesse por cooperação e investimentos no setor energético.

Em 2006, a capital foi transferida de Yangon para Naypyitaw, mudança ainda não acompanhada pelo Corpo Diplomático.

O único instrumento bilateral em vigor é o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas, firmado em fevereiro de 2012. Em julho de 2013, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, ora em tramitação. Cabe ter presente, ainda, que Brasil e Tailândia celebraram, em 2012, Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica

trilateral, que deverá ensejar iniciativas em benefício de Myanmar. Por outro lado, encontram-se sob análise brasileira propostas de Acordo sobre Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais, apresentada em dezembro de 2011; e de Acordo de Cooperação Cultural, apresentada por Myanmar em janeiro de 2012.

Entre 2000 e 2008 (período em que ainda vigorava o regime militar), o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro exerceu mandato de Relator Especial da ONU sobre a Situação dos Direitos Humanos em Myanmar.

Cooperação bilateral

Como mencionado, entre 15 e 21 de agosto de 2013, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou missão ao país, juntamente com representantes da Universidade Federal de Lavras e do Instituto Butantã. A comitiva discutiu iniciativas nas áreas agrícola (sobretudo depósito de grãos) e de saúde (produção de soro antiofídico), conforme interesse expressado pelas autoridades myanmarenses ao Embaixador do Brasil. Poderá ser organizado, nesse sentido, o envio de dois grupos técnicos de Myanmar ao Brasil e de dois grupos brasileiros a Myanmar. Foi também discutida a possibilidade de cooperação na transformação de resíduos plásticos em combustível e sobre as propriedades anticancerígenas de plantas medicinais, além de iniciativas trilaterais, juntamente com o governo tailandês. A missão representou importante capítulo da nova fase de adensamento das relações do Brasil com Myanmar, após a abertura política naquele país, iniciada em 2010, e faz parte também do processo de intensificação das relações do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), após a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, em novembro de 2012.

Em maio de 2011, o Brasil recebeu técnico de futebol de Myanmar para o Curso Internacional de Formação de Treinadores de Futebol, do Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, em parceria com a Federal Paulista de Futebol. Grupo brasileiro privado do setor esportivo deverá visitar o país em 2013, para verificar oportunidades de interesse mútuo na área.

Como resultado da visita da Subsecretária-Geral Política II do Itamaraty, em 2012, foram identificadas como áreas prioritárias e de maior potencial para a cooperação bilateral: agricultura; segurança alimentar e políticas sociais; saúde; transporte aéreo; energias renováveis (hidreletricidade); software; finanças; processo legislativo; educação; recursos humanos; e esportes.

Em encontro com o Embaixador do Brasil em Yangon, o Diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Myanmar, Toily Kurbanov, indicou que membros do Parlamento de Myanmar teriam ficado muito interessados na possibilidade de visita de estudos ao Congresso Nacional brasileiro. Lembrou que há algum paralelismo entre a experiência ora atravessada por Myanmar na transição do regime militar para a democracia com

o período histórico que o Brasil atravessou há quase três décadas. Além disso, realçou a importância que teria, para os parlamentares de Myanmar, conhecerem o funcionamento do federalismo brasileiro. A ideia foi bem acolhida pelo lado brasileiro.

A Parte brasileira reagiu também positivamente ao interesse do governo de Myanmar de iniciar cooperação com a Secretaria do Tesouro Nacional, para atividades de treinamento e assistência técnica para quadros técnicos responsáveis pela gestão macroeconômica do governo myanmarense.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros em Myanmar é prestada pela Embaixada em Yangon, maior cidade do país. Há sete brasileiros em Myanmar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano de Myanmar.

Política interna

Após praticamente cinco décadas de ditadura militar, Myanmar tem conduzido substancial processo de abertura política desde a posse do atual governo, em março de 2011 (as eleições de novembro de 2010 foram as primeiras desde 1990). As próximas eleições gerais estão previstas para 2015.

Dentre as reformas adotadas pelo atual Presidente, Thein Sein, destacam-se: reabilitação gradual da oposição e libertação de presos políticos; busca de compromissos com as minorias étnicas rebeladas; concessão de maior abertura para a imprensa, inclusive a estrangeira; criação de nova legislação trabalhista, inclusive direito de greve; concessão de direito de manifestação pública pacífica; e início de reforma financeira ampla.

Em setembro de 2011, foi criada a Comissão de Direitos Humanos, órgão independente que visa a impedir novos episódios de violação de direitos humanos. Em julho de 2013, durante visita ao Reino Unido, o Presidente Thein Sein anunciou que seriam libertados todos os presos políticos até o fim do ano. Em julho, 70 deles foram libertados. Além disso, estão em curso discussões sobre a reforma da Constituição de 2008.

Tais mudanças têm-se refletido de forma positiva na política externa de Myanmar, ao contribuírem para distender as relações com países críticos ao anterior regime militar, como os EUA, os países europeus e a Austrália. Apesar disso, durante sua visita aos Estados Unidos, em setembro de 2012, Aung San Suu Kyi alertou que a transição política em Myanmar é ainda um processo em curso, que carece de progressos adicionais para consumar-se.

O sistema de governo ora vigente no país é o presidencialista, com base em Constituição ratificada em 2008. O Poder Legislativo é bicameral (desde as eleições de 2010). Compõem o Poder Legislativo a Câmara das Nacionalidades (Câmara Alta), que conta com 224 assentos, sendo 56 reservados para os militares e os demais preenchidos por eleição direta; e a Câmara de Representantes (Câmara Baixa), composta por 440 assentos, sendo 110 reservados para os militares. Os mandatos duram cinco anos. O sufrágio é direito universal a partir de 18 anos.

O Presidente é escolhido pelo Colégio Eleitoral Presidencial, composto de três comitês, com membros da Câmara das Nacionalidades, membros da Câmara de Representantes e indicados pelos militares. As eleições de novembro de 2010, portanto, restringiram-se à esfera parlamentar, não tendo sido escolhido o Presidente por eleição direta. Há dois Vice-Presidentes. Embora não tenha concorrido no pleito de 2010, por ainda encontrar-se presa, Aung San Suu Kyi teve expressiva votação nas eleições de 2012 e afirma-se como figura central da política interna de Myanmar e de sua projeção internacional.

Quadro histórico

A antiga Birmânia, domínio britânico a partir de 1886, tornou-se independente em 4 de janeiro de 1948. Vivem no país vários grupos étnicos (135, segundo o Governo de Myanmar). Após período de regime democrático, sucederam-se governos militares, a partir de 1962, quando foi implantado no país regime seguindo a chamada "via do socialismo da Birmânia", mescla de budismo, nacionalismo e marxismo, liderado pelo General Ne Win (que só deixaria a presidência em 1981, mas manteria sua influência até 1988). Em 1974, foi estabelecida nova Constituição transferindo poder das Forças Armadas para uma Assembleia dominada pelos militares.

Em 1988, após o "Levante 8888" (grandes protestos nacionais pró-democracia realizados em 8 de agosto, cuja repressão resultou em milhares de mortos), ocorreu novo golpe militar, que estabeleceu o "Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem", posteriormente renomeado "Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento" (1997) - Junta Militar que governou o país até 2011. Em 1990, foram realizadas eleições, que resultaram em ampla

vitória da Liga Nacional pela Democracia (LND), que obteve quase 60% do voto popular e 80% dos assentos parlamentares. A Junta Militar, contudo, não reconheceu o resultado do pleito e decretou a prisão domiciliar da líder do partido, Aung San Suu Kyi (que receberia o Prêmio Nobel da Paz em 1991). Apesar dos protestos favoráveis à abertura do regime, como o promovido por monges, em setembro de 2007, a Junta logrou manter-se no poder.

Em 2005, a capital foi transferida para uma nova cidade, ainda em construção, chamada Naypyitaw (pronúncia: Népidó, "morada dos reis"). A medida foi interpretada, à época, como uma tentativa de diminuir a vulnerabilidade da Junta Militar a protestos populares na densa Yangon.

Entre 2003 e 2010, Myanmar deu passos reticentes no sentido da reforma política, de acordo com o "Roadmap to Discipline-flourishing Democracy" anunciado pela junta. Entre suas sete etapas, estavam a convocação de uma Convenção Nacional para elaboração da Constituição, que criou a Carta de 2008, e a realização de eleições, que tiveram lugar em novembro de 2010, no contexto de um novo modelo de transição a uma "democracia disciplinada".

A promulgação da nova Constituição, em 2008, foi submetida a referendo popular (cuja legitimidade, não obstante, seria alvo de críticas internas e externas). Segundo o texto constitucional, o sistema bicameral prescrito teve 25% de seus assentos reservados para militares nomeados. Entre os novos dispositivos constitucionais, destacam-se ainda os que asseguram a última instância política ao Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, bem como aqueles que eliminam qualquer autoridade civil sobre as forças castrenses do país. Novas emendas à Constituição requerem o voto de mais de 75% dos membros do parlamento, o que torna muito improvável a adoção de qualquer alteração constitucional sem o apoio militar.

Em protesto às restrições vigentes à época das eleições de 2010, a Liga Nacional da Democracia (LND) não se registrou para o pleito, uma vez que muitos de seus principais líderes não poderiam concorrer. A própria líder Aung San Suu Kyi foi libertada apenas uma semana após as eleições.

Evolução recente

As eleições parlamentares de novembro de 2010 deram início a um amplo – embora inconclusivo – processo de abertura política.

O Parlamento bicameral foi instituído, com a maioria dos membros eleitos diretamente (25% dos assentos ficaram reservados a militares), e vem-se reunindo regularmente desde fevereiro de 2011. Por via indireta (Colégio Eleitoral Presidencial), foi eleito o Presidente Thein Sein, que tomou posse em 30 de março de 2011 (Then Sein ocupava, até então, o cargo de Primeiro-Ministro, extinto após as eleições de 2010).

O Embaixador do Brasil em Yangon registra expressões de admiração e interesse pela transição política brasileira consumada na década de 1980, que poderia servir de inspiração a Myanmar.

Em abril de 2012, foram realizadas eleições parciais para o preenchimento de cargos vacantes no Parlamento. A LND sagrou-se vitoriosa em 43 das 46 circunscrições, e Aung San Suu Kyi foi eleita para o Parlamento. Até agora, as etapas do "caminho para a democracia", lançado em 2003, foram alcançadas, conforme a previsão de Than Shwe.

Em termos políticos, entretanto, o controle do estamento militar permanece forte: a USDP (partido hegemônico herdeiro do "establishment" da Junta Militar) possui 55% dos assentos da Câmara Alta e 51% da Câmara Baixa; a bancada militar, 25% em cada; os partidos étnicos, 13% e 10%; e os partidos de oposição (como a LND) e parlamentares independentes, menos de 10% em cada Câmara. Suu Kyi mantém diálogo regular com o novo governo e tem colaborado para promover as relações com outros países (entre os quais os EUA e o Reino Unido), como forma de encorajar as reformas em curso.

Evidência do trabalho efetivo da Comissão de Direitos Humanos são as várias concessões de anistia até agora decretadas pelo Presidente Thein Sein, que já beneficiaram centenas de presos políticos. A Comissão constitui um órgão independente, segundo o governo, constituído por acadêmicos e funcionários públicos aposentados.

Em agosto de 2012, foi anunciado o fim da censura prévia à imprensa. Entretanto, continuam vigentes instruções que proíbem, por exemplo, prejudicar as três causas nacionais ("a não-desintegração da União; a não-desintegração da Solidariedade Nacional; e a perpetuação da soberania").

Segundo estudo do *think-tank* "Carnegie Council for Ethics in International Affairs", de julho de 2013, entre os principais motivos que teriam levado o regime myanmarense a avançar as reformas políticas em curso estão uma crescente e desfavorável dependência de Myanmar em relação à China; a inquietação com as possíveis consequências da Primavera Árabe; a postura pragmática do Vietnã na condução de suas relações com os Estados Unidos, após dramáticos anos de conflito; as dificuldades decorrentes das sanções econômicas; e a superstição com a queda do Templo budista da família do General Than Shwe (que então governava Myanmar), em 2009. Sobre o último ponto, cabe ressaltar a grande influencia que a Astrologia exerce no país, inclusive na esfera das decisões políticas.

Perspectivas

Conquanto a reação da comunidade internacional às reformas em Myanmar tenha sido muito positiva, sobretudo no que diz respeito à libertação de presos políticos, ceticismos ainda existem, especialmente no seio de grupos de exilados myanmarenses (como, por exemplo, a "Burma Campaign" nos EUA

e no Reino Unido), que exercem forte pressão junto ao Congresso norte-americano e junto aos parlamentos de países europeus. O processo de abertura política tem, no entanto, seguido seu curso, e é fortalecido pelo fato de Aung San Suu Kyi vir, pelo menos até o momento, mantendo abertos os canais de interlocução política com o governo. Suu Kyi tem-se encontrado com frequência com o Presidente Thein Sein, o que sugere algum tipo de coordenação entre eles.

A reserva de 25% dos assentos parlamentares a indicados militares preserva o poder de veto dos militares a reformas constitucionais. Não obstante, há sinais de que o USDP, do Presidente Thein Sein, entende que uma franca derrota nas eleições de 2015 só seria evitada com a continuidade das reformas em curso.

Outro desafio a ser enfrentado é a tensa relação entre as Forças Armadas e as minorias étnicas rebeldes, cujos acordos de cessar-fogo, recentemente alcançados, são muito frágeis, especialmente no tocante às populações Karen e Shan. O pleito das minorias étnicas por maior autonomia regional passa por uma discussão, que tem ganhado renovada força, acerca da adoção de sistema federalista. Ademais, desde meados de 2012, um dos pontos frágeis da situação em Myanmar tem sido a crise no estado de Rakhine, onde se registram choques entre comunidades muçulmanas (rohingya) e budistas (rakhine), gerando crise humanitária e dezenas de mortes. Além disso, persistem dificuldades quanto aos simultâneos processos de negociação de paz com grupos armados representativos das diversas minorias étnicas.

Em abril de 2013, o Presidente Thein Sein foi, juntamente com o ex-Presidente Lula, o grande homenageado pelo prestigiado "International Crisis Group (ICG)", no "Jantar de Premiação Busca pela Paz", em Nova York. Nas palavras do Presidente do ICG, "Ambos Presidentes Thein Sein e o Presidente Lula são recipiendários válidos (...), tendo ajudado Myanmar e o Brasil a dar passos significantes para a frente e encorajado um maior papel para eles na promoção da diplomacia regional e internacional". O Presidente Thein Sein foi também homenageado, neste caso ao lado de Aung San Suu Kyi, pela revista "Foreign Policy", em novembro de 2012, que escolheu a dupla para o topo de sua lista anual de "Mentes Globais" por terem demonstrado que "mudanças podem ocorrer em qualquer lugar, até em um dos Estados mais repressivos do mundo". O Presidente Thein Sein tem sido cogitado como possível candidato ao Prêmio Nobel da Paz, tendo o ex-presidente finlandês e ganhador do Nobel da Paz, Martti Ahtisaari, reforçado essa ideia, durante encontro bilateral entre as duas autoridades na Finlândia, em março de 2013.

Em 2012, a ONG Transparência Internacional incluiu Myanmar como o 172º país em sua lista anual, o "Corruption Perception Index", ficando à frente apenas de Sudão, Afeganistão, Coreia do Norte e Somália. Em janeiro de 2013, o Presidente Thein Sein decretou a criação do Comitê de Ação contra a Corrupção, encabeçado pelo Vice-Presidente Dr. Sai Mauk Kham. Desde julho de 2012, Thein Sein já dera sinais de que adotaria medidas mais concretas para

combater a corrupção no país, tendo determinado que todo o alto escalão de seu Governo, na esfera nacional e regional, inclusive do Poder Judiciário, encaminhasse à Presidência declarações detalhadas de bens e renda.

Aung San Suu Kyi segue estratégia voltada para a vitória da LND nas eleições de 2015 e para a concretização de reforma constitucional que lhe permita ocupar o cargo de Presidente do país. De acordo com a Constituição de 2008, nacionais que tenham cônjuge ou filhos estrangeiros não são elegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente de Myanmar, o que é justamente o caso de Suu Kyi, cujo falecido marido e dois filhos são cidadãos britânicos. Desde sua viagem aos Estados Unidos, em setembro de 2012, Suu Kyi passou a falar publicamente sobre sua aspiração de vir a presidir o país após 2015.

Dentro desse quadro, Suu Kyi tem demonstrado pragmatismo em seu relacionamento com o segmento militar, o que parece atestar sua percepção de que é necessário cumprir uma fase de transição, no processo que poderá culminar com a reforma da Constituição de 2008. A esse respeito, o Parlamento aprovou, em março de 2013, por unanimidade, medida que prevê a criação de comissão para revisar a Constituição.

Durante entrevista concedida em fevereiro de 2013, o Presidente Thein Sein afirmou que, com o fim de sua gestão, em 2015, pretendia aposentar-se por questões de saúde e idade. Ressaltou, no entanto, que essa decisão dependerá da situação do país até lá.

Segundo estudo do *think-tank* "Carnegie Council for Ethics in International Affairs", de julho de 2013, não se deve descartar a possibilidade de novo golpe no país, conduzido por oficiais de segundo escalão. O pretexto para o golpe poderia ser a instabilidade interna decorrente dos conflitos com as minorias étnicas, como nos estados de Rakhine e Kachin.

De acordo com a *Freedom House,* Myanmar é um país não-livre, no que diz respeito aos direitos civis e à liberdade política (na ASEAN, equipara-se a Brunei e Camboja, sendo mais livre apenas que Laos e Vietnã). De acordo com a ONG Repórteres sem Fronteira, é o terceiro país da ASEAN com menor liberdade de imprensa (atrás de Laos e Vietnã), em 2013.

Minorias étnicas

A questão das minorias étnicas é antiga, ligada à própria configuração multiétnica do país. Myanmar tem população estimada em 60 milhões de habitantes (não há censo no país desde 1983). Estima-se que cerca de 35% da população correspondam a grupos étnicos minoritários (a etnia majoritária, birmanesa, corresponde a cerca de 65%), os quais ocupam aproximadamente a metade da superfície de Myanmar, sobretudo nas regiões fronteiriças. Embora o governo afirme haver 135 etnias no país, a maioria dos estudiosos se fixa em números bem menores. O Escritório da ONU estima em 400 mil o número de deslocados internos em Myanmar, sobretudo nos estados de Rakhine e Kachin.

A perspectiva de adoção de uma estrutura próxima do federalismo, que havia sido acordada com as minorias étnicas nos primeiros dias pós-independência (e que retrocedeu durante os anos de ditadura militar) parece haver-se novamente consolidado no atual governo. Em debate no Fórum Econômico Mundial para a Ásia do Leste, em junho de 2013, o Ministro do Gabinete Presidencial, Soe Thane, afirmou que o governo considera a adoção de modelo de federalismo baseado no sistema alemão.

Segundo relatos, alguns grupos rebeldes "misturaram" suas bandeiras políticas com interesses econômicos no narco-terrorismo. A falta de solução para esse problema traz implicações diretas sobre a realidade de Myanmar, imbricando-se com questões políticas (o papel das Forças Armadas na vida do país), socioeconômicas (incapacidade de garantir políticas públicas que gerem desenvolvimento nas regiões em conflito; abusos contra os direitos humanos; e proliferação das atividades de narcotraficantes que acham ali seus santuários); e diplomáticas (a questão do relacionamento com os vizinhos fronteiriços).

Em junho de 2012, foi decretado Estado de Emergência no estado de Rakhine, próximo à fronteira com Bangladesh, diante do surto de conflitos entre a maioria da população, de religião budista, e o grupo étnico rohingya, de religião muçulmana. O cenário é bastante delicado, uma vez que existe a visão generalizada, da maioria da população budista do país, que se reflete na postura do governo, de que os muçulmanos rohingyas seriam imigrantes ilegais (bengaleses, segundo o governo) e que deveriam deixar o país. Nesse sentido, os rohingyas não possuem cidadania myanmarense e, na condição de apátridas, são vistos como a parte frágil e mais prejudicada no conflito, o que leva a comunidade internacional (inclusive os países muçulmanos) a pressionarem Myanmar por uma solução. Em 2012, o Brasil doou US$ 120 mil, por meio do ACNUR, para o alívio da situação humanitária em Rakhine. A região continua instável, com surtos de violência sectária e grande número de deslocados.

O Governo de Myanmar tem estimulado a ação de agências das Nações Unidas, na busca de solução para essas disputas. Em mais de uma ocasião, o Corpo Diplomático (inclusive o Embaixador do Brasil) participou de visita às regiões de conflito.

Política Externa

Ainda que haja cautela em relação a questões políticas e de direitos humanos em Myanmar, as reformas implementadas pelo novo governo, desde março de 2011, têm-se refletido no reforço da agenda positiva com a comunidade internacional, incluindo a distensão do relacionamento com os EUA e a Europa e a consequente redução de sanções. As relações com a China, muito estreitas durante o regime militar, podem estar passando por período de revisão, na medida em que Myanmar busca maior independência em relação ao vizinho por meio do reatamento do diálogo com EUA, Europa, Japão e Índia. Myanmar ocupará a presidência de turno da ASEAN em 2014, o que fortalecerá seu papel no mecanismo. Além disso, Aung San Suu Kyi projeta-se cada vez mais como grande personalidade internacional, conforme evidenciado pelo fato de haver recebido Medalha de Ouro em sessão do Congresso norte-americano, em setembro de 2012.

Myanmar tem grande importância estratégica na região. Seus recursos energéticos e posição geográfica podem representar alternativa (especialmente à China) em relação ao petróleo que atravessa o Estreito de Malaca. Os países da região, como a China, a Índia, e a Tailândia, têm participado em importantes projetos no país, como a construção de estradas, barragens, gasodutos e pontes.

Com a abertura política, Myanmar tem-se tornado nova fronteira para negócios, em razão do grande potencial econômico do país (mercado superior a 60 milhões de pessoas, em grande medida subaproveitado; abundantes recursos naturais; e localização estratégica entre China e Índia), o que também tem estimulado a intensificação das visitas internacionais de caráter político e empresarial.

A principal evidência da maior interlocução de Myanmar com a comunidade internacional é a densidade de visitas recentes ao país. O Presidente Obama visitou Myanmar em novembro de 2012 (o primeiro Presidente estadunidense a fazê-lo). Outros Chefes de Governo a visitarem recentemente o país são os da Dinamarca e da Noruega (nov/12), para inauguração de Embaixada; do Reino Unido (abr/12); e da Indonésia (abr/13). Em novembro de 2012, Myanmar também recebeu o Comissário da União Europeia, José Manuel Barroso.

Em abril de 2012, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon visitou Myanmar pela terceira vez (a primeira desde a posse do Presidente Thein Sein). Na ocasião, Ban Ki-moon elogiou as reformas em curso em Myanmar e anunciou medidas para maior cooperação com a ONU, como o apoio que o organismo prestará na realização de recenseamento em Myanmar (que não é feito desde 1983).

No tocante aos Ministros das Relações Exteriores, destacam-se as seguintes visitas: EUA (dez/11); Reino Unido (jan/12); França (jan/12); Japão (dez/11); Indonésia (dez/11); Cingapura (dez/11); o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional do Povo da China, Wu Bangguo (set/12) e o Conselheiro de Estado chinês Dai Bingguo (dez/11); Canadá (mar/12); Nova Zelândia (mar/12); Itália (abr/12); Alemanha (abr/12); Polônia (mai/12); Coreia do Sul (mai/12); Austrália (jun/12 e jul/13); África do Sul (set/12); Suíça (nov/12); e Rússia (jan/13).

Em junho de 2013, foram levantadas definitivamente as sanções que pesavam na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra Myanmar desde 1999, em razão de registros de trabalho forçado. Em maio de 2012, visitou Myanmar o Presidente do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, Greg Vines, quando se encontrou com os principais líderes do país e com parlamentares da oposição. Vines considerou a visita muito proveitosa, reconheceu os avanços recentes no país e os desafios que persistem, e recordou que Myanmar celebrou, pela primeira vez, o dia internacional do trabalho, em cerimônia oficial na capital, na qual o Presidente Thein Sein fez discurso para lançar programa de erradicação do Trabalho

Forçado no país até 2015, com base em novo Memorando de Entendimento assinado entre o Governo de Myanmar e a OIT.

Em junho de 2013, Myanmar sediou reunião do Fórum Econômico Mundial para a Ásia do Leste. Com cerca de mil participantes, o evento foi mais um sinal da normalização da inserção de Myanmar no mundo.

Em dezembro de 2013, Myanmar sediará os "XXVII Jogos do Sudeste Asiático", o primeiro grande teste do novo perfil internacional de Myanmar.

Em 2014, como mencionado, exercerá a Presidência de turno da ASEAN pela primeira vez, quando deverá sediar duas Cúpulas do Mecanismo e dezenas de reuniões de menor nível.

Do ponto de vista histórico, ressalta o fato de o birmanês U Thant ter exercido o cargo de Secretário-Geral da ONU entre 1961 e 1971. À época da eleição de U Thant, Myanmar (então Birmânia), apesar de jovem nação independente, projetava-se de forma relevante na política internacional, trajetória que foi interrompida com o golpe de 1962.

Relações bilaterais com nações ocidentais

Vale registrar, inicialmente, que diversos governos ocidentais geralmente referem-se a Myanmar pelo termo "Burma". Tal referência (equivalente ao português Birmânia) é repudiada pelo Governo myanmarense, na medida em que reflete insatisfação com a instalação de novo regime militar, após golpe em 1988. O Brasil utiliza o termo "Myanmar", conforme preferência do governo daquele país.

Estados Unidos

Como assinalado, os EUA têm-se empenhado em nova política de engajamento, que se evidencia pela visita do Presidente Obama, em novembro de 2012 (a primeira de um mandatário estadunidense); pela visita da Secretária de Estado Hillary Clinton, em dezembro de 2011 (a primeira de um Secretário de Estado dos EUA em mais de 50 anos); a apresentação de credenciais de Embaixador residente em Yangon, em julho de 2012 (o que não ocorria desde 1990); o relaxamento das sanções econômicas ao país (medidas concretas nesse sentido foram formalmente adotadas em julho de 2012); o restabelecimento do escritório do USAID e o apoio à criação de escritório do PNUD no país; a permissão a organizações privadas sem fins lucrativos dos EUA trabalharem em uma ampla gama de atividades (como consolidação da democracia e programas de saúde e de educação); e a facilitação de viagens para os EUA de funcionários

do governo. Constou da plataforma de reeleição do Presidente Obama a ideia de que a democratização de "Burma" é um êxito concreto da política externa da atual administração estadunidense.

Em maio de 2012, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Wunna Maung Lwin visitou os EUA, quando a Secretária Hillary Clinton anunciou a suspensão parcial das sanções estadunidenses a Myanmar (à exceção da venda de armas, que continua bloqueada).

O Presidente de Myanmar, Thein Sein, realizou histórica visita aos EUA em maio de 2013, quando se encontrou com o Presidente Obama. Em conferência de imprensa, Obama elogiou a transição democrática em Myanmar, mas expressou preocupação com relação à violência étnica contra minorias muçulmanas no país e o processo de paz com os grupos étnicos. Ressalte-se que Obama se referiu ao país como Myanmar e não como "Burma" (Birmânia), como o governo estadunidense costuma fazer. Thein Sein pediu apoio estadunidense para o enfrentamento de obstáculos. A tônica dos pronunciamentos de Thein Sein foi no sentido de convencer o Executivo e o Congresso estadunidenses a eliminar de vez as sanções remanescentes contra seu país (e, também, não renovar as sanções suspensas, o que foi confirmado em julho de 2013). Foram assinados acordos na área de comércio e investimentos. A visita de Thein Sein a Washington fecha o ciclo da normalização do relacionamento de Myanmar com o Ocidente.

Como mencionado, Obama havia visitado Myanmar em novembro de 2012, quando se encontrou com o Presidente Thein Sein e com a parlamentar oposicionista Aung San Suu Kyi. Para o governo myanmarense, a visita serviu como reconhecimento e estímulo dos avanços no processo de reforma política. Para a Casa Branca, serviu para a valorização das reformas em Myanmar como um êxito diplomático importante para o Departamento de Estado.

A líder oposicionista e Prêmio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi visitou os EUA em setembro de 2012, no período da Assembleia Geral da ONU. Foi recebida com grande destaque, tem mantido encontro com o Presidente Obama e recebido Medalha de Ouro em sessão especial do Congresso Americano. Na mesma época, visitou os EUA o Presidente Thein Sein, que se encontrou com a Secretária de Estado Hillary Clinton e participou da Assembleia Geral da ONU.

Segundo analistas, as declarações de Aung San Suu Kyi durante a visita aos EUA, no sentido de que as reformas políticas em Myanmar seguem seu curso (apesar de ainda não haverem sido consumadas) contribuiram para que fosse confirmada a suspensão das sanções econômicas por Washington.

Europa

A Alta Representante para Relações Exteriores da União Europeia, Catherine Ashton, visitou Myanmar em abril de 2012, quando inaugurou a Missão da União Européia no país, subordinada à Delegação sediada em Bangkok. O Comissário da União Européia para Desenvolvimento, Andris

Piebalgs, visitou Myanmar em fevereiro de 2012. Em seu pronunciamento, o Comissário anunciou oferta de 150 milhões de euros adicionais em favor de Myanmar, no âmbito do programa de ajuda europeu já existente, para os próximos dois anos, especialmente voltados para as áreas de saúde, educação e agricultura ("livelihoods"), bem como para assistência a grupos étnicos em áreas de conflito.

O Conselho da União Européia anunciou, em abril de 2013, a eliminação das sanções comerciais, econômicas e individuais anteriormente impostas a Myanmar, com exceção do embargo à venda de armas, confirmando definitivamente suspensão temporária anunciada há um ano. Por outro lado, o Conselho ressaltou que persistem sérios desafios para a evolução política em Myanmar, como a libertação de presos políticos; o fim da violência entre etnias/religiões; e solução para a crise humanitária em Rakhine e em áreas de violência comunitária.

O Presidente Thein Sein realizou, em março de 2013, sua primeira viagem oficial à Europa desde que assumira o poder em 2011. Visitou Noruega, Finlândia, Áustria, Bélgica e Itália, com o objetivo de buscar apoio ao processo de reformas políticas e econômicas em Myanmar, pedir o cancelamento de todas as sanções impostas ao país e solicitar sua inclusão no Sistema Geral de Preferências da União Europeia. De maneira geral, Thein Sein recebeu fortes elogios ao processo de abertura por ele liderado.

Com o Reino Unido, país do qual foi colônia por 124 anos, até 1948, as relações também apresentam tendência de intensificação. Em abril de 2012, o Primeiro-Ministro David Cameron realizou a primeira visita de um Chefe de Governo britânico ao país (nenhum monarca britânico jamais visitou Myanmar, mesmo no período colonial). Em novembro de 2011, visitou o país o Secretário britânico para o Desenvolvimento Internacional, Andrew Mitchell (o primeiro Ministro britânico a fazê-lo em décadas). Em sua primeira viagem ao exterior em 2012, o Secretário William Hague realizou visita de 2 dias a Myanmar em janeiro, a primeira de um Secretário dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido ao país em 56 anos. Ainda que Myanmar não faça parte da Comunidade Britânica, o Reino Unido é o maior doador de fundos para o desenvolvimento de Myanmar, onde deverá aplicar, até 2015, 46 milhões de libras, especialmente na área de saúde.

Na mesma linha de reaproximação, em janeiro de 2012, também visitou Myanmar o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Alain Juppé. O Ministro francês destacou a necessidade de ajuda humanitária de emergência, do fortalecimento da atuação dos institutos franceses de Yangon e de Mandalay, da triplicação do orçamento destinado à cooperação, e da entrada da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no país, e afirmou que o mercado de Myanmar interessa às empresas francesas. Na ocasião, Aung San Suu Kyi foi condecorada com a Ordem Nacional da Legião da Honra.

A Noruega - que inaugurou Embaixada (chefiada por Ministro-Conselheiro) em Yangon, em novembro último, com a presença do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg - tem sido o principal articulador do chamado "Peace Support Donor Group" (PSDG), que congrega países financiadores de iniciativas em prol do processo de paz em Myanmar. O "PSDG" também auxiliou na criação do "Myanmar Peace Center" (MPC), em novembro passado, que conta com a participação de integrantes do Governo.

Austrália

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Bob Carr, visitou Myanmar em julho de 2013 (a segunda visita de Carr ao país, durante o período em que ocupou o cargo, e a terceira de Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano desde a posse do Governo Thein Sein, em março de 2011). Os principais temas da agenda foram investimentos; ajuda para o desenvolvimento (US$ 90 milhões anuais até 2015, sendo o segundo maior país doador a Myanmar, após o Reino Unido); e o apoio do Governo australiano ao processo de paz em Myanmar.

A Austrália tem caminhado à frente dos demais países do chamado grupo ocidental no que diz respeito à reaproximação com o Governo de Myanmar, desde a posse de Thein Sein, tendo sido o primeiro país a suspender parte de seu regime de sanções - muito embora o regime de sanções australiano nunca tenha chegado a níveis comparáveis aos anteriormente aplicados pelos EUA, Canadá e UE.

Relações com os vizinhos

China

A importância de Myanmar para a China decorre de diversos fatores, como a extensa fronteira terrestre (2.185 km); a rica dotação de hidrocarbonetos e recursos hídricos de Myanmar; e a possibilidade de usar-se o território de Myanmar para a construção de dutos para o abastecimento de gás e petróleo chinês, sem passar pelo Estreito de Malaca. Ademais, os dois vizinhos compartilham comunidades étnicas com identidade religiosa e linguística e a etnia Han (majoritária na China) tem grande peso econômico em Myanmar.

A China é a principal origem dos produtos importados por Myanmar e a principal fonte de investimentos na economia myanmarense, onde mantém projetos nos setores de energia e mineração, majoritariamente. Em 2011, o comércio bilateral alcançou a cifra de US$ 6,5 bilhões. Os investimentos chineses na economia myanmarense montam a mais de US$ 14 bilhões. Os poucos investimentos em infraestrutura de maior vulto que estão em andamento em Myanmar resultam de parcerias com grandes corporações estatais chinesas.

O então Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional do Povo, Wu Bangguo, visitou Myanmar em setembro de 2012. Trata-se da visita chinesa de mais alto nível político em pelo menos uma década. Por outro lado, em maio de 2011, o Presidente de Myanmar visitou a China, quando foi lançada a "Comprehensive Strategic Cooperation Partnership".

Em fevereiro de 2012, a imprensa oficialista chinesa reconheceu a existência de fluxo de refugiados de Myanmar para a China, em fuga do conflito entre o Exército de Independência de Kachin e as forças armadas de Myanmar. Cerca de 40 mil já teriam cruzado a fronteira.

Índia

Índia e Myanmar, que compartilham fronteira de 1.640 km, mantêm vínculos civilizacionais milenares, refletidos, por exemplo, na religião e no alfabeto. Até 1962, os líderes de Índia e Myanmar (Jawaharlal Nehru e U Nu, respectivamente) sustentavam pontos de vista políticos muito próximos, relacionados ao quadro pós-independência e à conjuntura internacional. Entretanto, o estabelecimento do regime militar em Myanmar resultou no distanciamento político dos dois países naquela década, o que só tem-se revertido neste século.

No momento, há vários sinais de reaproximação, de que é exemplo a visita do Presidente Thein Sein à Índia, em outubro de 2011, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wunna Maung Lwin, em janeiro de 2012. Durante a visita presidencial, a Índia anunciou abertura de nova linha de crédito, no valor de US$ 500 milhões, para projetos de irrigação. Por sua vez, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, visitou Myanmar em maio de 2012, a primeira visita de um Chefe de Governo indiano em vinte e cinco anos. Tratou sobretudo da promoção de oportunidades de comércio e investimentos e lançou iniciativas de cooperação nas áreas de conectividade física, agricultura, e cooperação acadêmica e científica.

ASEAN e mecanismos regionais

A ASEAN também tem tido uma postura construtiva em relação à evolução política em Myanmar, que é membro da Associação desde 1997. Antecipando-se à comunidade internacional, a ASEAN e seus estados membros foram dos primeiros a reconhecer publicamente o processo de reforma política em Myanmar, sobretudo durante a presidência de turno da Indonésia, em 2011. Esse apoio foi explicitado em declarações das Cúpulas e das reuniões de Chanceleres, que incluíram também apelos para que fossem levantadas as sanções contra o país; foi consubstanciado em visitas de alto nível, inclusive do Ministro dos Negócios Estrangeiros Marty Natalegawa; e culminou com a

decisão na 19ª Cúpula em Bali, em novembro de 2011, de escolher Myanmar para presidir a Associação em 2014.

Entre as iniciativas da ASEAN que têm beneficiado Myanmar, pode-se apontar a política de promover a integração física de seus países-membros, a exemplo da "East-West Economic Corridor" que interliga a Tailândia, o Laos e o Vietnã, com conexões para Myanmar, Camboja e China. A ASEAN também tem feito apelo em prol do levantamento das sanções econômicas e o término do papel de bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas no tocante aos direitos humanos em Myanmar.

No quadro regional, também assumem importância dois mecanismos de diálogo da Bacia do Mekong: o "Mekong River Commission", organização intergovernamental criada em 1995 que congrega Tailândia, Vietnã, Laos e Camboja, e da qual Myanmar e China são observadores (apesar de a China já ter sido convidada a tornar-se membro); e o "Greater Mekong Subregion" (GMS), fórum de alto nível criado em 2002. Em dezembro de 2011, Myanmar sediou a 4ª Reunião de Cúpula (GMS), que contou com a participação dos Chefes de Governo de Myanmar, Tailândia, Vietnã, Camboja e Laos, do Conselheiro de Estado da China, responsável por Relações Exteriores, Dai Bingguo (em substituição, de última hora, do PM), e do Presidente do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), Haruhiko Kuroda. O GMS possui maior enfoque em assuntos de desenvolvimento econômico e infrestrutura. As discussões relativas à bacia do Mekong revestem-se de sensibilidade, uma vez que a construção de numerosas hidrelétricas, sobretudo pela China, na parte alta da bacia, gera preocupação aos vizinhos do sul, sobretudo no Vietnã, em razão da diminuição na vazão hídrica e de peixes.

Tailândia

O Presidente de Myanmar visitou a Tailândia em julho de 2012. O principal tema da visita de Thein Sein foi o megaprojeto do porto de Dawei, em Myanmar, com investimentos iniciais tailandesas orçados em US$ 10 bilhões. Tratou-se também de outros investimentos tailandeses em Myanmar e de cooperação energética.

O desenvolvimento da Zona Econômica Especial de Dawei, em Myanmar, tem importância estratégica, uma vez que, quando finalizada, facilitará o acesso entre o Oceano Índico e o Pacífico, reduzindo a dependência do Estreito de Malaca. O projeto inclui a construção de porto, estaleiro, rodovias, ferrovias e oleodutos, com destino à região da Baía de Bangkok, e está aberto a investimentos de outros países.

Bangladesh

As relações entre Myanmar e Bangladesh, ainda que não sejam conflituosas, têm-se caracterizado por diferenças relacionadas à Baía de Bengala, zona marítima rica em reservas energéticas, disputada por ambos os países. Além disso, destaca-se o entendimento diverso entre os dois países sobre a questão da minoria étnica muçulmana rohingya, que Myanmar entende serem imigrantes ilegais bengaleses (vide seção sobre minorias étnicas).

Japão

Com o Japão, as relações têm ganhado densidade, após vários anos de relativa frieza diplomática (embora Tóquio não tenha imposto sanções econômicas unilaterais contra Myanmar). Nesse sentido, destacam-se as várias visitas de alto nível (Primeiro-Ministro Shinzo Abe, por exemplo, em maio de 2013), os importantes investimentos (especialmente em infraestrutura), a expressiva ajuda financeira e técnica ao país (US$ 23 milhões, em 2013, em áreas como a jurídica e a educacional), o perdão de dívida de US$ 3,5 bilhões, e empréstimos a juros baixos (US$ 504 milhões, em 2013). Em abril de 2013, Aung San Suu Kyi visitou o Japão, quando foi recebida pelo Príncipe Herdeiro, pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre outros.

Desde a implementação das reformas em Myanmar, o Japão tem sido um dos países mais ativos na busca de novas oportunidades econômicas no país. Apesar disso, os investimentos do Japão, que chegam a US$ 270 milhões, são ainda muito inferiores aos da China, que continua a ser o principal investidor estrangeiro no país, já somando US$ 14,2 bilhões.

Península Coreana

Em maio de 2012, visitou Myanmar o então Presidente da Coreia do Sul, Lee Myung-bak, com expressiva delegação empresarial. Além de servir a interesses econômicos, a visita resultou no anúncio da ampliação da cooperação bilateral em temas como assistência humanitária; capacitação de recursos humanos e bolsas de estudos; esportes; cultura; energia; recursos naturais, construção e infraestrutura.

A Coreia do Norte mantém Embaixador residente em Yangon.

Temas multilaterais

Reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança (CSNU)

Myanmar apoia a ampliação de ambas categorias de assentos do Conselho de Segurança. No Debate Geral da 65ª AGNU (setembro de 2010), o Ministro

dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, U Nyan Win, ressaltou que a ONU precisa adotar medidas reformistas, adaptando-se a realidade atual para tornar-se mais democrática e eficaz. Afirmou que uma reforma do CSNU deve ser no sentido de torná-lo mais transparente, eficiente e responsivo. Também, defendeu a expansão das duas categorias de membros.

Myanmar não se manifestou claramente sobre a possibilidade de o Brasil vir a ocupar assento permanente no CSNU, apesar de manifestar simpatia sobre o assunto.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Myanmar é membro da OMC desde sua criação, em 1995 e apoiou a eleição do Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da Organização.

Direitos Humanos

O Brasil vê com cauteloso otimismo o processo de transição em curso em Myanmar. Desde 2011, houve importantes avanços no caminho da democracia e da garantia dos direitos humanos no país. O Brasil considera importante que os avanços havidos no campo da proteção dos direitos humanos possam contribuir para os esforços relançados pelo Governo no sentido de concluir o processo de pacificação do país.

Em março de 2013, foi aprovada por consenso (com o apoio do Brasil) resolução referente à situação de direitos humanos em Myanmar, no âmbito da 22ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos (CDH). A resolução reconheceu os importantes avanços recentes no país e apontou dificuldades ainda existentes.

A III Comissão da Assembleia Geral da ONU aprovou por consenso, em novembro de 2012, projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar, em que são reconhecidas as mudanças positivas no tratamento dos direitos humanos no país.

Myanmar foi avaliado pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do CDH ao final de janeiro de 2011. Nessa oportunidade, o Brasil ressaltou medidas tomadas por Myanmar para combater o tráfico de pessoas, a disposição em aderir a tratados de direitos humanos e a importância das eleições nacionais realizadas em novembro de 2010. Sublinhou, por outro lado, a necessidade de permitir a todos os atores políticos disseminar as suas ideias e participar de processos eleitorais. Manifestou preocupação com alegações de violência sexual envolvendo membros das Forças Armadas. Por fim,

recomendou, entre outras medidas, a revisão da legislação nacional que criminaliza a dissidência política pacífica e dos mandados de prisão emitidos com base nessas leis.

Relatório do Secretário-Geral da ONU, divulgado em setembro de 2011, avalia que, ainda que as eleições de novembro de 2010 foram criticadas pela "restritiva" legislação eleitoral, a experiência foi positiva, ao se tratar da "primeira janela de espaço político em 20 anos" no país. O SGNU reconheceu também os avanços na implementação do "roadmap to democracy".

O Relator Especial da ONU para Direitos Humanos em Myanmar, o advogado argentino Tomás Ojea Quintana, visitou Myanmar em agosto de 2013, sua oitava viagem ao país desde que assumiu suas funções, em março de 2008, e a quinta desde as eleições nacionais de novembro de 2010. Quintana manifestou preocupação com a continuada segregação das comunidades muçulmanas em Rakhine, o que dificultaria o acesso a serviços de saúde e educação e a alimentos. No estado de Kachin, notou restrição ao acesso de organizações humanitárias a áreas não controladas pelo Governo. Avaliou positivamente a criação de comitê parlamentar para a revisão da Constituição de 2008. Quintana deverá apresentar relatório à Assembléia Geral da ONU em outubro, concluindo seu mandato como Relator Especial. Em visita anterior, Quintana insistiu na ideia de estabelecimento de Comissão da Verdade para investigar os abusos cometidos durante o período da Junta Militar.

Cumpre recordar que, entre 2000 e 2008 (período em que ainda vigorava o regime militar), o Professor brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro exerceu mandato de Relator Especial da ONU sobre a Situação dos Direitos Humanos em Myanmar.

As tensões religiosas em Myanmar, entre budistas e muçulmanos, são um fator de preocupação para o Brasil e para a comunidade internacional. A própria trajetória histórica do Brasil ilustra a importância que atribuímos ao respeito à liberdade religiosa e ao enfretamento da discriminação baseada em religião ou crença, para o convívio harmonioso e pacífico entre pessoas de diferentes denominações.

Merecem especial atenção a situação de minorias (como a Rohingya, no estado de Rakhine); a continuidade do conflito no estado de Kachin; a limitada liberdade de expressão; e a existência de presos políticos – cuja futura libertação total foi objeto de anúncio do Presidente Thein Sein, em julho de 2013.

Economia

País de menor desenvolvimento relativo, Myanmar tem PIB per capita (PPP) entre os 25 mais baixos do mundo (US$ 1.405, em 2012 – FMI). A agricultura é o mais importante setor da economia myanmarense, e responde por

42,9% do PIB, seguida pelo setor de serviços (37,3%) e industrial (19,8%). Mais de 70% da população vivem em zonas rurais. A economia de Myanmar apresenta carências (e possíveis oportunidades) em praticamente todas as áreas.

Segundo o FMI (relatório de outubro de 2013), o PIB de Myanmar cresceu 5,5% em 2011 e 6,4% em 2012, com previsão de 6,8% em 2013 e de 6,9% em 2014.

Como mencionado, com a abertura política, Myanmar tem apresentado importantes oportunidades para negócios, tendo presente seu expressivo mercado ainda pouco explorado (cerca de 63 milhões de habitantes); abundantes recursos naturais; e localização estratégica entre China e Índia.

Myanmar tornou-se importante exportador de gás natural (23° exportador e 38° produtor mundial em 2010, cf. CIA; pelo mesmo índice, o Brasil é o 37° produtor); e de pedras de jade. As exportações de gás natural têm sustentado a balança de pagamentos do país, que, apesar de importar grande parte de seus itens de consumo, mantém superávits regulares, cujo valor vem caindo ano a ano (superávit de apenas US$ 784 milhões, em 2012). China e Tailândia são grandes importadores, mas a Índia também tem buscado inserir-se no setor energético.

No contexto de visita oficial do então Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, ocorrida em junho de 2010, a China iniciou oficialmente os trabalhos de construção de gasoduto/oleoduto ligando a costa ocidental de Myanmar à cidade de Kunming, no sudoeste chinês. A "China National Petroleum Corporation" (CNPC) é acionista majoritária do projeto. Em julho de 2013, foi inaugurado o gasoduto, de 793 Km de extensão, ligando Myanmar e China, passando por seis estações de processamento de gás e com capacidade de 12 bilhões m^3/ano. O gasoduto é parte de um projeto de construção de dutos de óleo e gás entre os dois países, que conta com investimentos de seis empresas da China, de Myanmar, da Coreia do Sul e da Índia. Tal projeto incluirá um oleoduto de petróleo bruto.

Em setembro de 2011, foi suspensa a construção da hidrelétrica de Myitsone (cuja produção seria em 90% exportada para a China), em razão de protestos de ordem ambiental, cultural e social.

No campo da mineração, o país tem recebido investimentos chineses na exploração de cobre. Ademais, o Japão tem demonstrado interesse na exploração das reservas de terras raras existentes em Myanmar.

O novo governo de Thein Sein tem empreendido reformas econômicas e financeiras, destinadas à maior abertura internacional do país. Entre outras medidas, foram reduzidos alguns impostos de importação, e o Governo diminuiu a alíquota geral de exportação de 8% para 2%, além de conceder isenção às

exportações de produtos de agricultura e de madeira. O governo de Myanmar tem recebido a cooperação do FMI, com vistas à abertura e à modernização de seus sistemas de pagamentos, financeiro e cambial. Além disso, Myanmar prepara-se para aperfeiçoar seus marcos regulatórios concernentes a investimentos estrangeiros, como evidenciado, por exemplo, pela decisão de estabelecer Zonas Econômicas Especiais.

O FMI realizou consultas bilaterais com Myanmar ao longo de 2011. O relatório do Fundo, publicado em maio de 2012, apresentou perspectivas positivas sobre a economia de Myanmar, que "poderá se tornar a nova fronteira econômica na Ásia", desde que adote reformas apropriadas. No curto prazo, o crescimento do país seria liderado pela exportação de commodities (sobretudo produtos agrícolas e gás natural) e pelo aumento dos investimentos, baseado na expansão do crédito e da confiança do setor empresarial.

O Banco Mundial e seu órgão de investimentos no setor privado, o "International Finance Corporation" (IFC), bem como o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), inauguraram escritório conjunto em Yangon, em agosto de 2012.

Apesar das reformas, grande parte do poder econômico, assim como o político, segue nas mãos dos membros da antiga Junta Militar e das Forças Armadas em geral. *A Economist Intelligence Unit* estima que 23,7% dos gastos previstos no orçamento público 2011/2012 tenham sido alocados às FFAA.

A inflação no país tem-se mantido, desde 2012, em torno de 6%. Relatório da *Economist Intelligence Unit,* de agosto de 2013, prevê leve alta do índice, em função da forte demanda doméstica, aliada à incapacidade do Banco Central de Myanmar de controlar a oferta de moeda na economia.

O governo tem incorrido em déficit fiscal (cerca de 4% do PIB), em razão sobretudo de projetos de infraestrutura e de construção (como da nova capital) e da baixa capacidade de coleta de impostos. Por outro lado, a esperada diminuição relativa dos gastos militares e o aumento da assistência financeira externa devem diminuir a necessidade de o Governo tomar empréstimos junto ao Banco Central.

Comércio e investimentos externos

Em 2012, Myanmar exportou US$ 9,7 bilhões, tendo como principais destinos Tailândia (37,9%), Colômbia (15%), Índia (13,9%) e China (13,4%). Os principais produtos exportados foram combustíveis (36,6%); madeira (12,1%); e vestuário (8,7%). No mesmo ano, as importações totalizaram US$ 15,5 bilhões, provenientes principalmente de China (36,6%), Tailândia (20,2%) e Cingapura (8,7%). Importou sobretudo automóveis (13,5%); máquinas mecânicas (12,1%); e obras de ferro/aço (10,6%).

Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Em que pese ter aplicação imediata

para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Myanmar, Vietnã, Laos e Camboja) têm prazo de implementação das reduções tarifárias até 2015.

Os investimentos estrangeiros diretos têm aumentado substancialmente no país, no contexto das reformas supracitadas, direcionando-se aos setores de petróleo e gás natural, energia, mineração e infraestrutura (inclusive grandes represas). No biênio 2010-2011, estima-se que Myanmar tenha aprovado projetos (ainda não concretizados, em sua maioria) no valor de aproximadamente US$ 20 bilhões, o que somaria mais do que o conjunto de seu total de Investimentos Externos Diretos (IED) nos últimos 20 anos. Em razão das sanções impostas por EUA e União Européia (atualmente em fase de desativação), esses projetos advêm quase exclusivamente de países da região, principalmente da China, da Coréia do Sul e da Tailândia, nessa ordem. Ressalta que os setores que recebem a maior fatia de IED em Myanmar - mineração e energia - são áreas nas quais o Brasil tem amplo conhecimento, tecnologia e presença internacional, o que poderá ensejar parcerias com empresas brasileiras.

Em segmentos específicos, como gás e petróleo, as sanções em vigor até 2012 não chegaram a causar desorganização, e algumas empresas ocidentais não tiveram de interromper sua presença em Myanmar, nomeadamente a Total e a Chevron. Diversas outras, da China, da Índia e de países da ASEAN, continuaram investindo pesadamente no país.

Só recentemente Myanmar atraiu investimentos na área automotiva – caminhões e montadoras de pequenos utilitários, setores em que autoridades já suscitaram a possibilidade de atuação da Marcopolo.

A China é o maior investidor externo no país, com projetos concentrados nos setores de mineração e produção de energia. Em fevereiro de 2010, o governo indiano aprovou aporte de US$ 1,3 bilhão a projeto de petróleo e gás natural em Myanmar, a ser executado por estatais indianas. A coreana Daewoo mantém posição majoritária (51%) no projeto, e a estatal chinesa "China National Petroleum Corporation" terá direitos exclusivos de compra do petróleo e gás.

Existe a expectativa por maiores investimentos de países ocidentais em Myanmar nos próximos anos, em paralelo à flexibilização do regime e à consequente redução das sanções econômicas. Após visita a Myanmar, em janeiro de 2012, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega retirou a recomendação oficial de que não fossem realizados investimentos no país. Por sua vez, a Austrália conta com significativos investimentos nos setores de petróleo e gás natural.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral é modesto, tendo alcançado apenas US$ 18,2 milhões em 2012 (queda de 30,4% em relação a 2011). O Brasil, superavitário,

exporta sobretudo açúcar e importa cestas e chapéus. Com a virtual suspensão do regime de sanções aplicado por EUA, Japão e União Europeia, têm-se ampliado as oportunidades comércio e investimentos. Desde fevereiro de 2012, já se registraram quatro missões da SOFTEX (área de tecnologia) e duas da EMBRAER.

Notam-se oportunidades de investimentos brasileiros nos setores de infraestrutura e transporte; carrocerias de ônibus; hidrelétricas; e exploração de hidrocarbonetos e minérios. O Ministro da Indústria mencionou ao Embaixador do Brasil, em dezembro de 2012, como particularmente promissores para a atuação brasileira os setores têxtil, automotivo e de autopeças, de tratores pesados (earth-moving), de cimento, de motores e caldeiras, de geradores e transformadores elétricos.

Setor energético e de infraestrutura

Em reunião com o Embaixador do Brasil, em dezembro de 2011, o Ministro da Energia Elétrica-I expressou interesse na participação brasileira em projetos na área de hidreletricidade, observando que conhece a capacidade e as realizações de nossa engenharia nesse campo. Indicou que haveria oportunidades para o Brasil em serviços de construção, consultoria e engenharia e no fornecimento de equipamentos pesados (geradores, turbinas e torres).

Em 1998, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), a Eletrobrás e a Inepar iniciaram gestões junto ao governo de Myanmar, ao mesmo tempo em que mantinham contato com os governos do Laos e do Camboja, para o exame de possibilidades de negócios na área energética, relacionados à venda, no mercado regional, de energia hidrelétrica. O assunto não prosperou desde então.

Trata-se de setor no qual Myanmar tem recebido grandes investimentos externos, sobretudo chineses, dado o grande potencial hidrelétrico do país (37 mil MW). Segundo o Ministro da Energia Elétrica-I, prevê-se, para os próximos cinco anos, a construção de cerca de 14 novas plantas hidrelétricas (há 18 em operação atualmente).

Em agosto de 2012, a Andrade Gutierrez realizou missão a Myanmar. A missão da empresa manteve encontros com o Vice-Presidente Sai Mauk Kham; com o Vice-Presidente do Banco Central, Nay Aye; com o Diretor-Geral de Projetos Hidrelétricos do Ministério da Energia Elétrica-1, Gyi Soe; com o Diretor-Geral do Ministério de Energia, Htin Aung; com o Ministro dos Transportes, Nyan Tun Aung; com o Ministro de Energia Elétrica-2, Khin Maung Soe; com o Vice-Ministro do Planejamento, Dr. Kan Zaw; e com parte do colegiado da Comissão Interministerial para Investimentos Estrangeiros.

A empresa Petra Energia, do setor de óleo e gás, manifestou interesse, em 2012, em investir em Myanmar, e chegou a programar missão ao país, que não se concretizou.

Outras áreas

Em agosto de 2012, a Myanma Airways, empresa estatal que opera voos domésticos, decidiu fazer "leasing" de três aeronaves EMB-190 da Embraer (as tratativas se deram junto à empresa GE, e não diretamente com a EMBRAER). Nota-se interesse também por parte de outras empresas aéreas myanmarenses.

O Representante regional da SOFTEX no Japão, Hélio Ciffoni, tem visitado Myanmar desde 2012 para divulgar o potencial do Brasil nos diversos segmentos da produção de software, como *e-banking, e-government, e-education* e telecomuniações. Apresentou o sistema brasileiro MPS.BR de certificação de empresas de TI, que despertou interesse em empresas de Myanmar, abrindo oportunidades para a venda de projetos brasileiros de prestação de treinamento para profissionais locais.

Em encontro com o Embaixador do Brasil, em dezembro de 2011, o Ministro da Indústria mencionou interesse em investimentos brasileiros, e solicitou contatos com a Marcopolo, que já atua na Índia. Demonstrou interesse em motores "flex" e no uso de etanol.

Em dezembro de 2012, o Ministro Coordenador da Área Econômica afirmou ao Embaixador do Brasil que para o Brasil poder identificar as áreas de seu interesse prioritário em Myanmar (e com maior potencial específico), o melhor caminho seria estimular que nossas entidades de classe se articulassem com a principal entidade do gênero em Myanmar, a UMFCCI (Federação Nacional das Câmaras de Comércio e Indústria).

Cronologia Histórica	
1057	Fundação do primeiro estado birmânico unificado.
1287	Mongóis conquistam a Birmânia.
1531	A dinastia Toungoo reunifica a Birmânia, com apoio português.
1824-26	Primeira Guerra Anglo-Birmânica.
1852	Fim da Segunda Guerra Anglo-Birmânica.
1885-86	A Birmânia torna-se província da Índia Britânica.
1937	Reino Unido separa a Birmânia da Índia.
1942	Invasão japonesa.
1945	Reino Unido liberta a Birmânia da ocupação japonesa.
1948	Birmânia se torna independente.
1955	Primeiro-Ministro birmânico, U Nu, co-funda o Movimento dos Não-Alinhados.
1958-60	General Ne Win forma Governo militar provisório.
1960	Eleições gerais ganhas pelo antigo Primeiro-Ministro, U Nu.
1961-71	O birmanês U Thant é o Secretário-Geral da ONU
1962	Golpe de Estado do General Ne Win. Início de regime militar que duraria até 2011
1974	Nova constituição desmilitariza o regime de Ne Win.
1988	Intensos protestos pró-democracia, com a morte de milhares.
	Formação do Conselho de Lei Estatal e Restauração da Ordem (SLORC).
1989	O SLORC declara lei marcial no País;
	Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar.
	Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional para a Democracia – LND, é colocada sob prisão domiciliar.
1990	LND ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares.
1991	Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz.
1992	Than Shwe substitui Saw Maung como Presidente do SLORC.
1997	Myanmar é admitida na ASEAN
2006	Inauguração da nova capital, Naypyidaw.
2007	China e Rússia vetam resolução contra Myanmar no CSNU.
2007	Restabelecimento das relações diplomáticas entre Myanmar e Coréia do Norte.
Mai/2008	Aprovação da nova Constituição
Mai/2008	O Ciclone Nargis provoca a morte de pelo menos 100 mil myanmarenses
Ago/2009	Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar
Out/2010	São alterados o nome oficial, o hino e a bandeira de Myanmar
Nov/2010	As primeiras eleições gerais de 1990 dão vitória ampla ao partido de base militar. Libertação posterior de Suu Kyi.
Mar/2011	Posse do Presidente Thein Sein
Jan/2012	Cessar-fogo com minoria rebelde Karen.
Abr/2012	Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (LND) e eleição de Aung San Suu Kyi
Nov/2012	Visita do Presidente dos EUA, Barack Obama
Abr/2013	Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados.
Mai/2013	Presidente Thein Sein visita Washington
Jul/2013	Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final deste ano.

Cronologia das Relações Bilaterais

1982	Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe
1996	Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília
2000-08	Mandato do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro como Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar
2001	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win
Jun/2007	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Maung Myint
Ago/2007	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Kyaw Thu na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
Nov/2008	Participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília
Jan/2010	Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon.
Nov/2010	Apresentação de credenciais do Embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Naypyitaw
Nov/2011	MRE Antonio Patriota e Ministro dos Negócios Estrangeiros Wunna Maung Lwin participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali.
Fev/2012	A Subsecretária-Geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral.
Jun/2012	Vice-Presidente de Myanmar visita o Brasil. Participa da Rio+20 e mantem encontro com o VPR Michel Temer.
Set/2012	Brasil doa US$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de Rakhine, por meio do ACNUR.
Jul/2013	Visita do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman Benjamin, quando tratou de assuntos relativos à cooperação judiciária e questões ambientais.
Ago/2013	Visita do Diretor da ABC, com técnicos da UFLA e do Instituto Butantã.

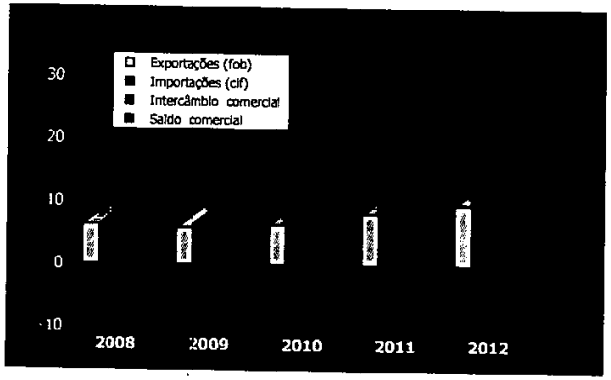
Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar	29/07/2013	A ser apreciado pelo Congresso Nacional

MYANMAR: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR[1]
US$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	6,4	6,0	6,5	8,3	9,7	51,6%
Importações (cif)	6,3	6,4	9,0	12,4	15,5	145,7%
Intercâmbio comercial	12,7	12,3	15,5	20,7	25,2	98,3%
Saldo comercial	0,1	-0,4	-2,6	-4,2	-5,8	n.c.

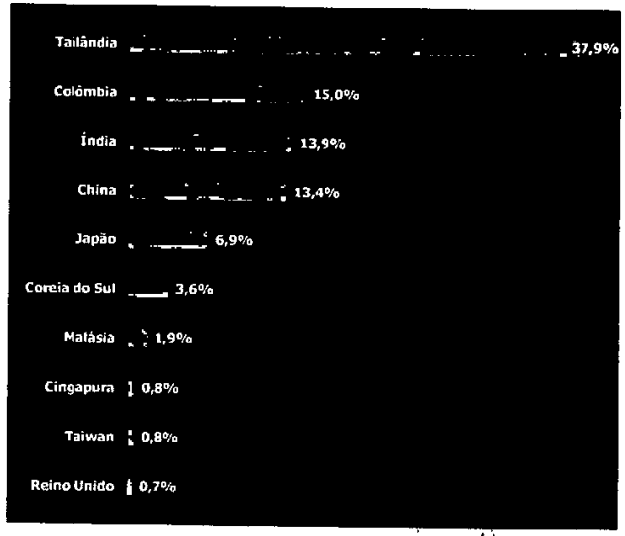
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD ITC COMTRADE Trademap, October 2013
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.
(n.c.) Dado não calculado.



Entre 2008 e 2012, **o comércio exterior de Myanmar cresceu 98,3%**, de US$ 12,7 bilhões para US$ 25,2 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 86º mercado mundial, sendo o 87º exportador e o 86º importador. O saldo da balança comercial, deficitário em todo período, exceto em 2008, registrou **saldo negativo de US$ 5,8 bilhões em 2012**.

MYANMAR: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	Part.% no total
Tailândia	3,67	37,9%
Colômbia	1,45	15,0%
Índia	1,35	13,9%
China	1,30	13,4%
Japão	0,67	6,9%
Coreia do Sul	0,35	3,6%
Malásia	0,18	1,9%
Cingapura	0,08	0,8%
Taiwan	0,08	0,8%
Reino Unido	0,06	0,7%
...		
Brasil	***0,001***	***0,0%***
Subtotal	**9,20**	**94,8%**
Outros países	**0,50**	**5,2%**
Total	**9,70**	**100,0%**

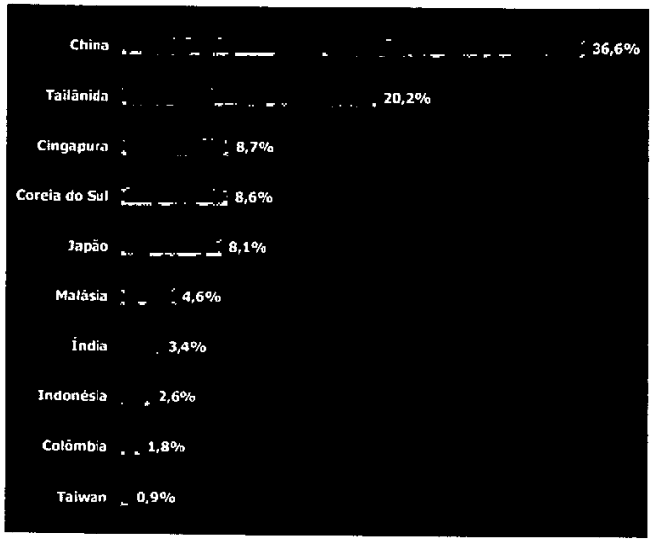


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tradenmap, October 2013
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

As exportações de **Myanmar** são direcionadas, em grande parte, aos vizinhos asiáticos, que absorveram **81,3% do total em 2012**. Individualmente, a **Tailândia** foi o principal destino das vendas, com **37,9%** do total. Seguiram-se: **Colômbia (15%)**; **Índia (13,9%)**; **China (13,4%)**; **Japão (6,9%)**; **Coreia do Sul (3,6%)** e **Malásia (1,9%)**. O **Brasil** obteve a **43ª posição** entre os importadores.

MYANMAR: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	Part.% no total
China	5,67	36,6%
Tailânida	3,13	20,2%
Cingapura	1,34	8,7%
Coreia do Sul	1,33	8,6%
Japão	1,26	8,1%
Malásia	0,70	4,6%
Índia	0,53	3,4%
Indonésia	0,40	2,6%
Colômbia	0,27	1,8%
Taiwan	0,15	0,9%
...		
Brasil	***0,02***	***0,1%***
Subtotal	**14,79**	**95,6%**
Outros países	**0,68**	**4,4%**
Total	**15,46**	**100,0%**

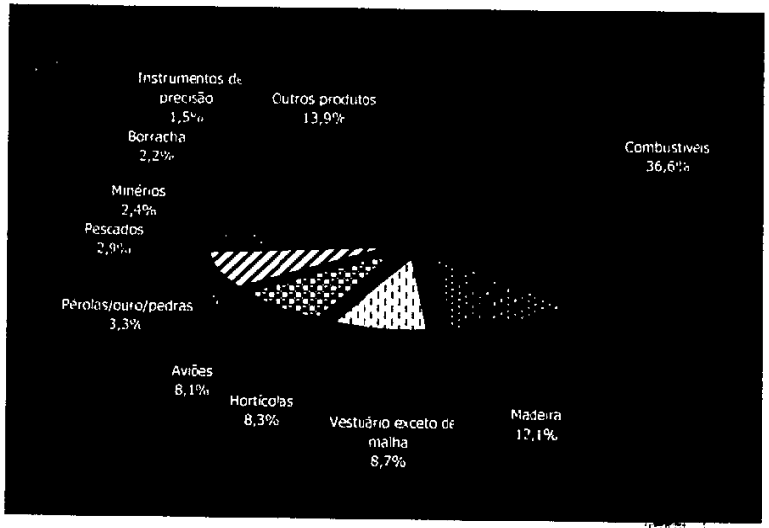


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, October 2013
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Os vizinhos da Ásia são também os principais exportadores de bens para **Myanmar**. Em 2012, representaram 94,7% do total. Individualmente, a **China** foi o principal parceiro, com **36,6%** do total. Seguiram-se: **Tailândia (20,2%)**; **Cingapura (8,7%)**; **Coreia do Sul (8,6%)**; e **Japão (8,1%)**. O **Brasil** ocupou a **22ª posição** entre os exportadores para o mercado de Myanmar, com **0,1%** do total.

MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012[1]	Part. % no total
Combustíveis	3,55	36,6%
Madeira	1,17	12,1%
Vestuário exceto de malha	0,84	8,7%
Hortícolas	0,81	8,3%
Aviões	0,78	8,1%
Pérolas/ouro/pedras	0,32	3,3%
Pescados	0,28	2,9%
Minérios	0,23	2,4%
Borracha	0,22	2,2%
Instrumentos de precisão	0,15	1,5%
Subtotal	**8,35**	**86,1%**
Outros produtos	**1,35**	**13,9%**
Total	**9,70**	**100,0%**



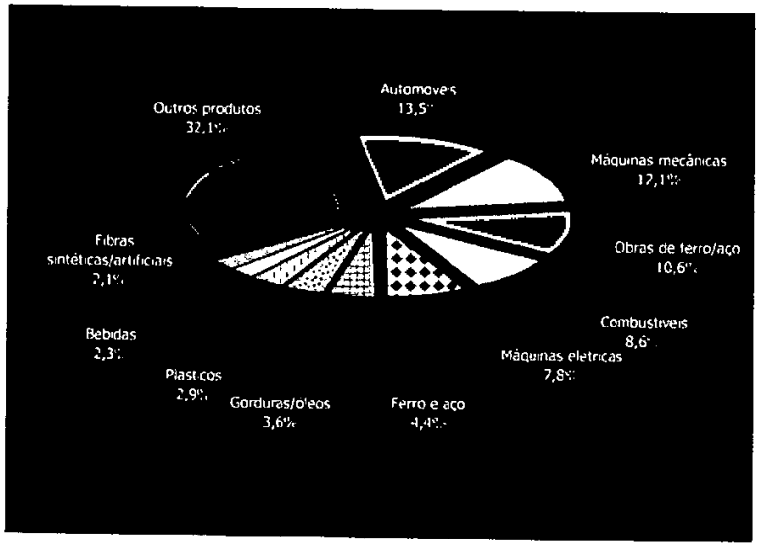
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN'UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, October 2013.

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Na pauta das exportações de Myanmar predominam as **combustíveis** (gases de petróleo). Em 2012, **combustíveis** representou **36,6% do total**, seguidos de **madeira (12,1%)**; **vestuário exceto de malha (8,7%)**; **hortícolas (8,3%)**; **aviões (8,1%)**; **pérolas, ouro e pedras (3,3%)**; **pescados (2,9%)**; **minérios (2,4%)**; e **borracha (2,2%)**.

MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012(1)	Part. % no total
Automóveis	2,09	13,5%
Máquinas mecânicas	1,87	12,1%
Obras de ferro/aço	1,64	10,6%
Combustíveis	1,33	8,6%
Máquinas elétricas	1,21	7,8%
Ferro e aço	0,68	4,4%
Gorduras/óleos	0,56	3,6%
Plásticos	0,45	2,9%
Bebidas	0,36	2,3%
Fibras sintéticas/artificiais	0,32	2,1%
Subtotal	**10,50**	**67,9%**
Outros produtos	**4,96**	**32,1%**
Total	**15,46**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC COMTRADE/Trademap, October 2013
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

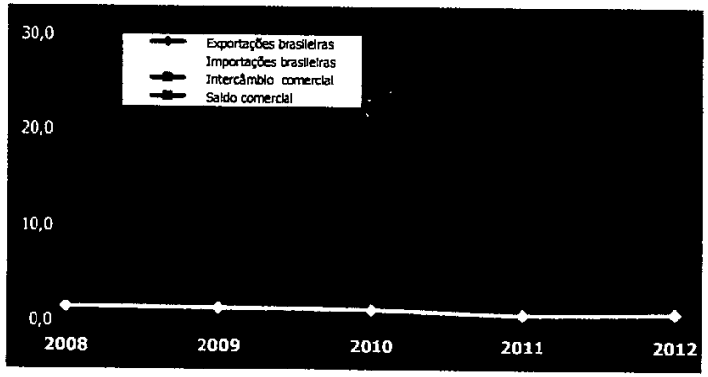
A **pauta importadora** de Myanmar em 2012 concentrou-se em **bens industrializados**. **Automóveis** foi o principal grupo importado e representou **13,5%** do total. Seguiram-se: **máquinas mecânicas (12,1%)**; **obras de ferro e aço (10,6%)**; **combustíveis (8,6%)**; **máquinas elétricas (7,8%)**; e **ferro e aço (4,4%)**.

BRASIL-MYANMAR: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	**4,0**	**7,9**	**20,7**	**25,5**	**17,4**	**5,8**	**8,5**	**333,0%**
Variação em relação ao ano anterior	298,6%	97,0%	162,0%	23,1%	-31,8%	-37,0%	46,4%	
Importações brasileiras	**1,4**	**1,3**	**1,2**	**0,7**	**0,8**	**0,6**	**0,3**	**-42,7%**
Variação em relação ao ano anterior	26,2%	-10,1%	-10,7%	-43,1%	25,5%	46,4%	-60,2%	
Intercâmbio comercial	**5,5**	**9,2**	**21,9**	**26,2**	**18,2**	**6,4**	**8,7**	**233,5%**
Variação em relação ao ano anterior	153,7%	68,6%	137,6%	19,6%	-30,4%	-33,3%	35,9%	
Saldo comercial	**2,6**	**6,6**	**19,6**	**24,8**	**16,6**	**5,2**	**8,2**	**n.c.**

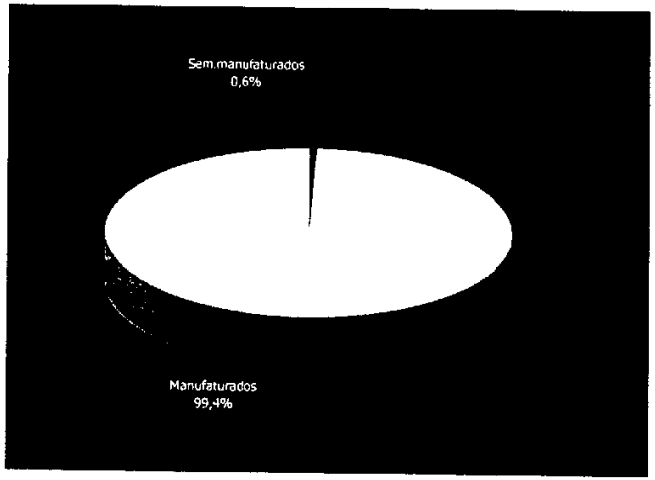
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.

Myanmar foi o148º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o **intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 233,5%**, de US$ 5,5 bihões para US$ 18,2 bilhões. Nesse período, as **exportações cresceram 333%** e as **importações reduziram-se em 42,7%**. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou **superávit de US$ 16,6 milhões** em 2012.



BRASIL-MYANMAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO 2012

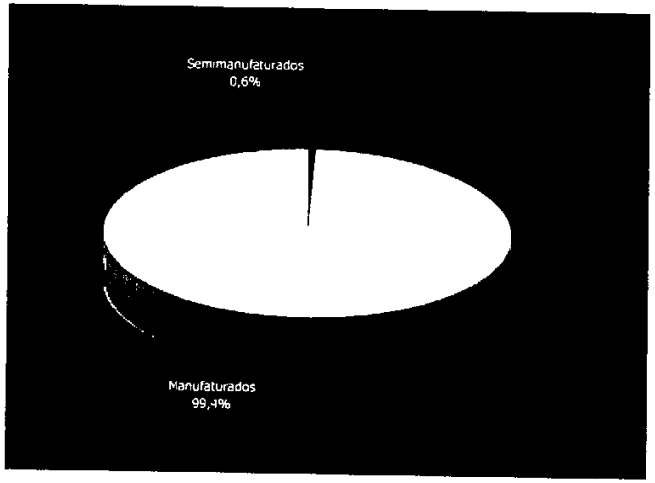
Exportações



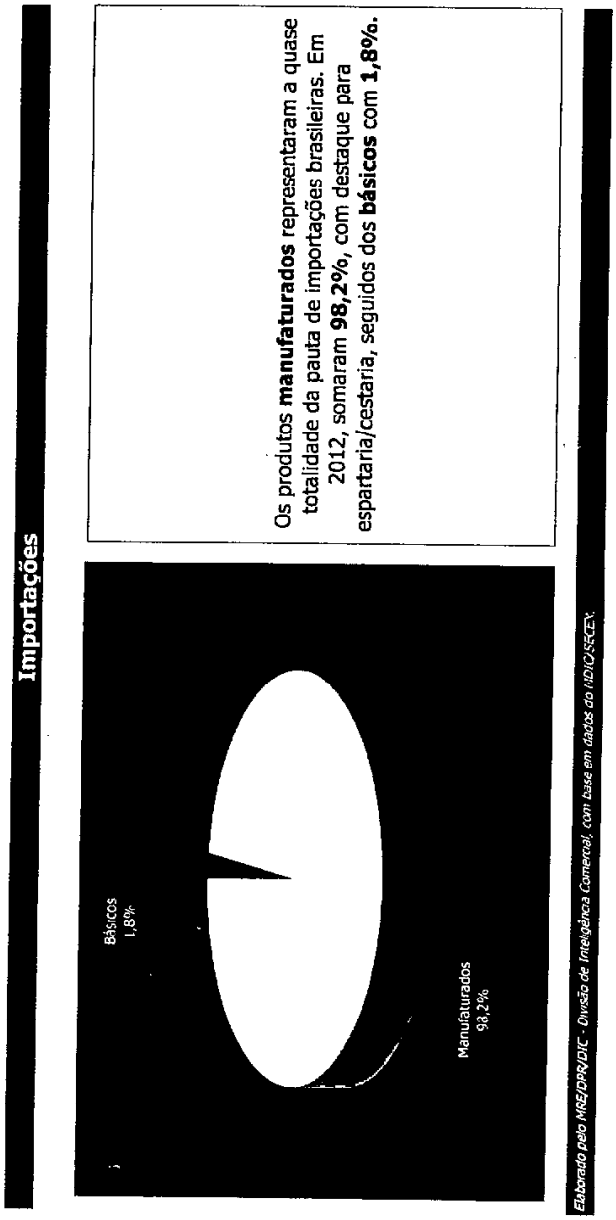
As **exportações** brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por **produtos manufaturados,** que representaram **99,4%** do total em 2012, com destaque para café solúvel. Os **semimanufaturados** posicionaram-se em seguida com **0,6%.**

BRASIL-MYANMAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO 2012

Exportações



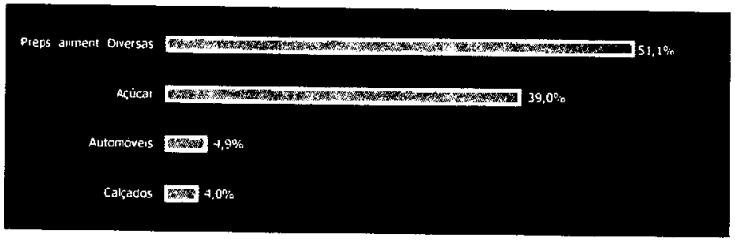
As **exportações** brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por **produtos manufaturados**, que representaram **99,4%** do total em 2012, com destaque para café solúvel. Os **semimanufaturados** posicionaram-se em seguida com **0,6%**.


Importações
Básicos
1,8%
Manufaturados
98,2%
Os produtos **manufaturados** representaram a quase totalidade da pauta de importações brasileiras. Em 2012, somaram **98,2%**, com destaque para espartaria/cestaria, seguidos dos **básicos** com **1,8%.**
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

BRASIL-MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	
			Valor	Part. % no total
Preps. aliment. Diversas	12,5	12,8	8,9	51,1%
Açúcar	6,8	11,9	6,8	39,0%
Automóveis	0,0	0,0	0,9	4,9%
Calçados	0,1	0,5	0,7	4,0%
Subtotal	**19,4**	**25,2**	**17,2**	**99,0%**
Outros produtos	**1,3**	**0,3**	**0,2**	**1,0%**
Total	**20,7**	**25,5**	**17,4**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Myanmar, 2012



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC/SECEX/Aliceweb.

Preparações alimentícias diversas (café solúvel, mesmo descafeinado) foi o principal item brasileiro exportado para Myanmar. Em 2012 somou **51,1%** do total, seguido de **açúcar** (açúcar refinado) com **39%; automóveis (4,9%)**; e **calçados (4,0%)**.

BRASIL-MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	
			Valor	Part. % no total
Espartaria/cestaria	94	189	315	38,0%
Instrumentos de precisão	0	0	223	26,9%
Chapéus	73	161	147	17,8%
Vestuário exceto de malha	625	38	83	10,0%
Máquinas elétricas	4	52	25	3,0%
Subtotal	**796**	**440**	**793**	**95,7%**
Outros produtos	**365**	**221**	**36**	**4,3%**
Total	**1.161**	**661**	**829**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias de Myanmar, 2012

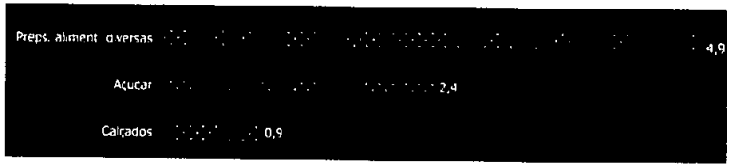
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Espartaria e cestaria representaram **38%** do total da pauta de importações brasileiras originárias de Myanmar, em 2012, seguidos de **instrumentos de precisão (26,9%)**; **chápeus (17,8%)**; **vestuário exceto de malha (10%)**; e **máquinas elétricas (3%)**.

BRASIL-MYANMAR: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

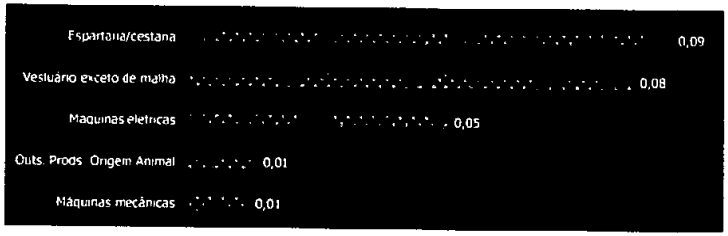
DESCRIÇÃO	2012 (jan-ago)	Part. % no total	2013 (jan-ago)	Part. % no total
Exportações				
Preps. aliment. diversas	4,92	84,7%	4,92	57,9%
Açúcar	0,00	0,0%	2,43	28,6%
Calçados	0,31	5,4%	0,86	10,1%
Subtotal	**5,23**	**90,1%**	**8,22**	**96,7%**
Outros produtos	**0,58**	**9,9%**	**0,28**	**3,3%**
Total	**5,80**	**100,0%**	**8,50**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Myanmar em 2013 (jan-ago)



Importações				
Espartaria/cestaria	0,19	30,4%	0,09	36,4%
Vestuário exceto de malha	0,08	13,1%	0,08	33,6%
Máquinas elétricas	0,00	0,4%	0,05	19,7%
Outs. Prods. Origem Animal	0,08	12,6%	0,01	5,4%
Máquinas mecânicas	0,00	0,7%	0,01	4,8%
Subtotal	**0,36**	**57,2%**	**0,25**	**99,9%**
Outros produtos	**0,27**	**42,8%**	**0,00**	**0,1%**
Total	**0,63**	**100,0%**	**0,25**	**100,0%**

Imports brasileiras originárias de Myanmar em 2013 (jan-ago)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 824 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*)

Publicado no **DSF**, de 15/11/2013.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF
OS:17159/2013

2

SF/13107.34268-20

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Nº 102, de 2013 (Mensagem Nº 500, de 12/11/2013, na origem), da Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba".*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao Art. 52, inciso IV, da Constituição, o Presidente da República submete à prévia apreciação do Senado sua indicação do Sr. CESÁRIO MELANTONIO NETO**,** Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, por meio da mensagem em epígrafe.

Atendendo a preceito regimental, a Mensagem presidencial se faz acompanhar da Exposição de Motivos do Ministro de

Página: 1/8 20/11/2013 12:33:56
fe1fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

SF/13107.34268-20

Estado das Relações Exteriores e do *Curriculum Vitae* do Diplomata indicado.

Do informe preparado por aquele Ministério recolhemos os dados abaixo para este Relatório, que servirão de subsídio para a decisão desta Comissão.

O Senhor **CESÁRIO MELANTONIO NETO** é brasileiro, nascido em São Paulo, SP, em 31 de outubro de 1949, filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio. É bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal e concluiu os Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco. Ingressou no quadro do Ministério das Relações Exteriores, como Terceiro Secretário, em 1972. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1992; e alcançou o posto de Ministro de Primeira Classe em 2000, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se a de Secretário-Especial da Secretaria de Relações com o Congresso, de 1985 a 1987; Professor de Prática Consular no Instituto Rio Branco, em 1990; Chefe da Divisão Consular, entre 1990 e 1993; Chefe da Assessoria de Relações Federativas do Gabinete do Ministro de Estado, de 1997 a 2001; e a de Assessor Especial da Secretaria-Geral, que exerce atualmente.

Página: 2/8 20/11/2013 12:33:56

fe11fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

SF/13107.34268-20

No exterior, ressaltam-se os postos de Chefe do Setor de Ciência e Tecnologia, em Paris, em 1977; Chefe do Setor Cultural, na Cidade do México, em 1978; Chefe do SECOM, em Madri, em 1982; Conselheiro em Roma, de 1987 a 1990; Cônsul-Geral em Frankfurt, de 1993 a 1997; Embaixador em Teerã, entre 2001 e 2004; Embaixador em Ancara, de 2004 a 2008; e a de Embaixador no Cairo, de 2008 a 2011.

O Embaixador CESÁRIO MELANTONIO NETO participou ainda de diversas missões temporárias representando o Governo Brasileiro, destacando-se entre elas as de Comissário - Geral para a Exposição Universal de Hannover sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 2000 e a de Chefe de Delegação em conferências internacionais do Regime do Ozônio e governança da Internet.

No desempenho de suas funções, o ilustre diplomata fez jus às seguintes condecorações: pelo Brasil, recebeu a Medalha Mérito Santos Dumont, Medalha do Mérito Tamandaré, Ordem do Pinheiro (Paraná) e Ordem do Rio Branco. No Paraguai, recebeu a Ordem do Mérito do Paraguai. Na Venezuela, a Ordem de Francisco de Miranda. Na França, a Ordem Nacional do Mérito. No México, a Ordem da Águia Azteca. Comendador da Ordem Soberana Militar de Malta. Na Espanha, foi agraciado com a Ordem de Isabel, a Católica. Na Itália, com a Ordem Nacional do Mérito. E finalmente, da Alemanha, recebeu a Ordem Nacional do Mérito e a Ordem do Mérito, pelo Estado da Baixa Saxônia.

Página: 3/8 20/11/2013 12:33:56

fe11fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

SF/13107.34268-20

Vale a pena ressaltar que as condecorações recebidas no exterior são reflexo da imensa capacidade do Embaixador Melantonio de inserir-se com os agentes e líderes políticos e intelectuais nos países onde serviu.

Sobre o país para o qual se pretende a nomeação como Embaixador do referido diplomata – a República de Cuba – , aduzimos aqui algumas considerações, sempre no intuito de subsidiar o debate e a decisão a cargo desta Comissão.

A República de Cuba possui regime de partido único – o Partido Comunista Cubano –, com um órgão de representação supremo, unicameral, que é a Assembleia Nacional do Poder Popular, compreendida atualmente por 612 deputados. A Constituição atual foi aprovada por referendo em 1976 e emendada em 1992.

Página: 4/8 20/11/2013 12:33:56

Cuba tem área de 110,8 mil quilômetros quadrados, onde vive uma população de 11,16 milhões de habitantes. Seu PIB baseado no poder de compra per capita (PPP), em 2012, foi de US$ 126,7 bilhões, o que lhe confere uma renda per capita de US$ 11.313, similar ao do Brasil. A expectativa de vida de sua população atualmente é de 78,05 anos, sua taxa de desemprego é da ordem de 3,8% e o índice de alfabetização alcança 99,8%.

fe11fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

As reformas econômicas em curso resultam de circunstâncias externas e internas. A economia cubana, que desde o

colapso da União Soviética em 1991 sofre consequências da retirada de subsídios e acordos preferenciais com a Rússia, tem sido pressionada pela conjuntura mundial dos últimos anos. As dificuldades do setor sucro-alcooleiro, o aumento do preço do petróleo e dos alimentos no mercado internacional (Cuba importa de 60 a 70% dos alimentos consumidos), a baixa produtividade interna e o impacto da recente crise econômico-financeira no turismo e nos investimentos contribuíram para que Cuba buscasse alternativas para "atualizar o modelo econômico do país". O país trabalha na aprovação de novas políticas macroeconômicas, que incluem novas metodologias de preços atacadistas e varejistas, bem como estudos voltados para a eliminação da dualidade monetária.

A presença em Havana de um dos mais experientes de nossos diplomatas vai permitir ao Brasil ter um canal direto de observação dessas transformações em marcha.

As relações bilaterais entre Cuba e Brasil remontam ao início do século XX, quando foi criado um Consulado em Havana, em 1908. Em 1943, foi criada a Embaixada do Brasil em Havana. Rompidas em 1964, as relações diplomáticas foram restabelecidas durante o governo de José Sarney, em junho de 1986.

O momento do relacionamento bilateral é particularmente positivo. No plano político, Brasil e Cuba convergem quanto à importância da integração regional e defendem posições comuns

SF/13107.34268-20

Página: 5/8 20/11/2013 12:33:56

fe11fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

nos principais foros internacionais. Esta cooperação reflete-se não apenas no plano bilateral, mas também benefícios a terceiros países, como o Haiti.

De acordo com o Ministério do Comércio Exterior de Cuba, em 2012, o Brasil foi o quarto maior importador de produtos cubanos e o terceiro maior exportador para o país. Dentre os principais produtos brasileiros exportados, destacam-se produtos agrícolas e derivados (arroz, óleo de soja, milho e aves) e pré-fabricados de ferro e aço. As importações brasileiras se concentram em cimento e insumos farmacêuticos cubanos. O comércio bilateral bateu recordes sucessivos em 2011 e 2012, quando foram registrados, respectivamente, US$ 641,9 milhões e US$ 661,1 milhões. No período de janeiro a julho de 2013, o intercâmbio comercial apresentou queda de 16,9% em relação ao mesmo período do ano-recorde de 2012.

O saldo comercial é amplamente favorável ao Brasil. Nos últimos anos, as exportações cubanas, em média, responderam por pouco mais de 10% do total de bens e serviços comercializados entre os dois países. Diante desse quadro, esforços vêm sendo desenvolvidos para identificar bens e serviços cubanos que possam vir a ser exportados para o Brasil.

O Governo brasileiro apoia o desenvolvimento de Cuba por meio da concessão de empréstimos oficiais a projetos em diversas áreas, como infraestrutura, agricultura, saúde e alimentos. Dentre os financiamentos brasileiros, tem importância central o projeto de

SF/13107.34268-20

Página: 6/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

financiamento do Porto de Mariel. Uma vez concluído, Mariel será o principal porto de Cuba e elemento fundamental para a inserção de Cuba na economia global. Terá capacidade para atracar embarcações de até 15 metros de calado e com capacidade para oito mil contêineres. O projeto prevê ainda a construção de 12,4 km de novas linhas ferroviárias e 18km de vias rodoviárias, além de dragagem da Baía de Mariel e construção de Zona de Atividades Logísticas. O Porto de Mariel deverá entrar em operação parcial já em 2014.

Outros pontos importantes no relacionamento bilateral são o programa Mais Médicos, que prevê a inclusão de médicos de diferentes nacionalidades no atendimento à saúde básica no Brasil, e Cuba tem sido o país com maiores índices de participação no programa, além de muitos outros programas de cooperação técnica, nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, geologia, saúde, indústria e comércio, justiça e finanças públicas.

Importante aspecto da cooperação entre os dois países é a característica de "mão-dupla" de vários projetos , nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e das técnicas adotadas nas instituições cubanas. Um dos exemplos está na intensa cooperação de órgãos cubanos com o Instituto Oswaldo Cruz.

SF/13107.34268-20

Página: 7/8 20/11/2013 12:33:56

fe11fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

8

Por sua vasta experiência o Embaixador Melantonio está perfeitamente preparado para implementar todas estas formas de cooperação.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator

SF/13107.34268-20

Página: 8/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 102, DE 2013
(nº 500/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Os méritos do Senhor Cesário Melantonio Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

2

EM Nº 00412 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 17 de outubro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CESÁRIO MELANTONIO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CESÁRIO MELANTONIO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CESÁRIO MELANTONIO NETO*
CPF.: 162.898.621-20
ID.: 3203 MRE

1949	Filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, nasce em 31 de outubro, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1970	CPCD, IRBr
1972	Direito pela Universidade do Distrito Federal
1976	Pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris/FR
1978	CAD - IRBr
1988	CAE - IRBr, O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.
Cargos:	
1972	Terceiro-Secretário
1976	Segundo-Secretário, por merecimento
1980	Primeiro-Secretário, por merecimento
1986	Conselheiro, por merecimento
1992	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2000	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1972-1973	Cerimonial, Chefe de Seção
1973-1975	Presidência da República, Adjunto do Cerimonial
1975-1978	Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1978-1979	Embaixada no México, Segundo-Secretário
1979-1980	Divisão da Europa-I, Assistente
1980-1982	Divisão do Pessoal, Assistente
1982-1984	Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário
1984-1985	Divisão de Visitas, assistente
1985-1987	Assessoria de Relações com o Congresso, Secretário-Especial, substituto
1987-1990	Embaixada em Roma, Conselheiro
1990	Instituto Rio Branco, Professor de Prática Consular
1990-1993	Divisão Consular, Chefe
1993-1997	Consulado-Geral em Frankfurt, Cônsul-Geral
1997-2001	Assessoria de Relações Federativas, Chefe
2001-2004	Embaixada em Teerã, Embaixador
2004-2008	Embaixada em Ancara, Embaixador
2008-2011	Embaixada no Cairo, Embaixador
2009	XXI Encontro das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias destrutivas da Camada de Ozônio Port Ghalib, Egito, Chefe de delegação
2009	4° Foro de Governança da Internet, Sharm el-Sheikh, Egito, Chefe de delegação
2010	Conferência internacional de Doadores para a Reconstrução de Darfur, Cairo, Chefe de delegação
2013	Secretaria-Geral, Assessor Especial

4

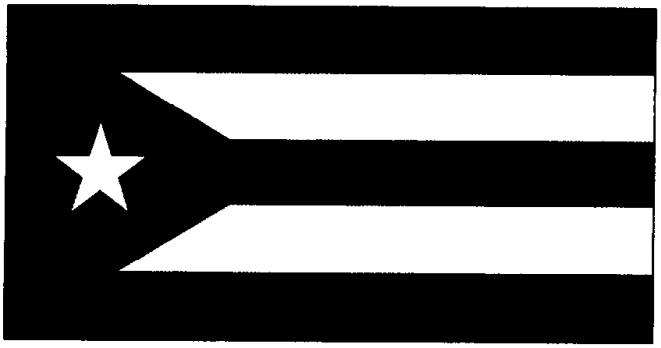
Condecorações:

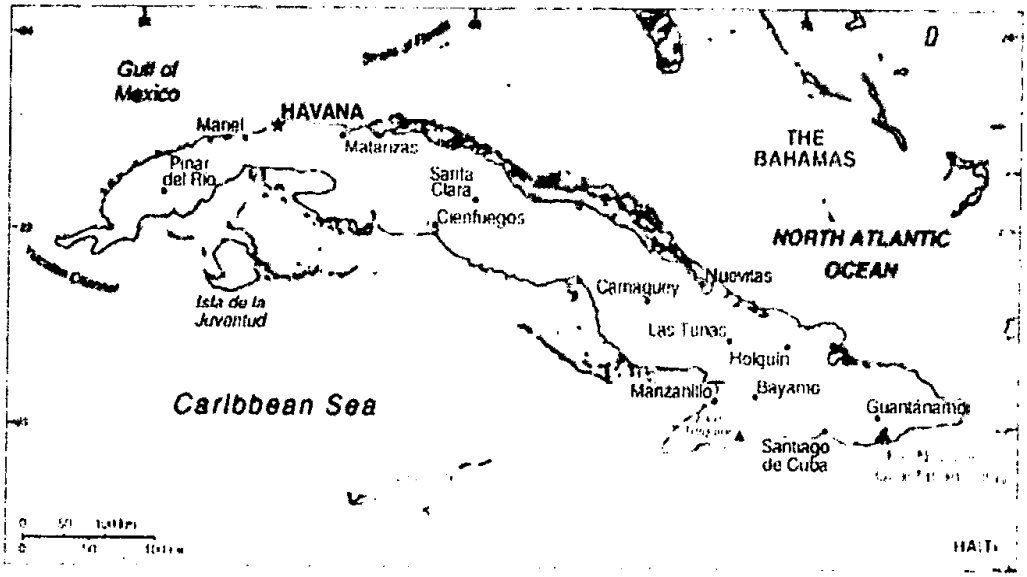
1973	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1973	Ordem do Mérito do Paraguai, Cavaleiro
1973	Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, Grau III
1974	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
1975	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1978	Ordem da Águia Azteca, México, Oficial
1980	Ordem Soberana Militar, Malta, Comendador
1985	Ordem de Isabel, A Católica, Espanha, Oficial
1990	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Comendador
1999	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1999	Ordem do Pinheiro, Paraná, Brasil, Grã-Cruz
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2000	Ordem do Mérito, Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CUBA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013

6

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Cuba
CAPITAL	Havana
ÁREA	110.860 km²
POPULAÇÃO (ONEI 2012)	11,16 milhões (Grécia, 11,3 milhões; Estado do Rio Grande do Sul, 10,7 milhões)
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES (USDS est)	Católicos romanos (60%), protestantes (6%), outros (34%). Estima-se que 80% sigam também religiões de origem africana, como a "*santería*".
SISTEMA DE GOVERNO	Regime de partido único (PCC) e um órgão supremo (Assembleia Nacional do Poder Popular)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Assembleia Nacional do Poder Popular
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Raúl Castro Ruz (desde 24/02/2008)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla (desde 02/03/2009)
PIB nominal (EIU 2012 est)	US$ 63,8 bilhões (Brasil: US$ 2,3 trilhões)
PIB PPP (2012)	US$ 126,7 bilhões (Brasil: US$ 2,17 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2012)	US$ 5.685 (Brasil: US$ 10.710)
PIB PPP *per capita* (2012)	US$ 11.313 (Brasil: US$ 11.127)
IDH (2012 - PNUD)	0,780
EXPECTATIVA DE VIDA (CIA 2013 est)	78,05 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (CIA 2011 est)	99,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (CIA 2012 est)	3,8%
UNIDADES MONETÁRIAS	Peso Cubano (CUP) e Peso Cubano Conversível (CUC)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Carlos Raphael Zamora Rodríguez
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	1000 cidadãos

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões FOB – Fonte MDIC)

Brasil - Cuba	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013 (jan-ago)**
Intercâmbio	**92,0**	**177,3**	**284,6**	**375,4**	**412,6**	**572,2**	**330,6**	**488,2**	**641,9**	**661,1**	**432,5**
Exportações	69,6	132,0	245,7	343,8	323,9	526,8	277,2	414,8	550,2	568,1	374,8
Importações	22,4	45,3	38,8	31,6	88,8	45,4	53,4	73,4	91,8	93,5	57,7
Saldo	47,2	86,7	206,8	312,2	235,1	481,5	223,8	341,4	458,4	474,6	317,1

PERFIS BIOGRÁFICOS

Raúl Castro Ruz – Chefe de Estado e de Governo

- Nascido em 3 de junho de 1931.
- Graduado em Ensino Superior Militar, foi membro do Movimento de 26 de julho em 1953; passou 22 meses na prisão. Em exílio no México, conheceu Ernesto "Che" Guevara, por ele integrado ao grupo de revolucionários.
- Como chefe das Forças Armadas, esteve envolvido na participação militar de Cuba em Angola e na Etiópia na década de 1970, bem como nos esforços militares para sanear a economia cubana após o fim dos subsídios da URSS.
- Atribuem-se a Raúl Castro as reformas de mercado na agricultura feitas no início dos anos 90, que aumentaram o suprimento de alimentos após a crise gerada pela cessação dos subsídios soviéticos.
- Em razão de problemas de saúde de Fidel Castro, tomou posse, interinamente, como Presidente do Conselho de Estado e de Ministros, em julho de 2006.
- Assumiu, em fevereiro de 2008, em caráter definitivo, a função de Presidente.
- Em julho de 2010, deu início a processo de libertação de 52 dissidentes, negociado com a Igreja Católica, o qual culminou com a libertação de 127 presos, a maioria dos quais exilados na Espanha.
- Presidiu o VI Congresso do PCC, de 16 a 19 de abril de 2011, durante o qual foram aprovadas as diretrizes para "atualização" da economia cubana. Foi eleito Primeiro Secretário do Comitê Central do PCC, assumindo formalmente o cargo antes ocupado pelo irmão Fidel.
- Visitou o Brasil por conta de sua participação na Rio+20 (19-22/06). Manteve encontro com a PR Dilma Rousseff à margem do evento.
- Foi reeleito pela Assembleia Nacional do Poder Popular em 24/02/2013, mas deixou claro que será seu último mandato, ao defender que o exercício dos principais cargos do Estado seja limitado a dois períodos consecutivos.

8

Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla – Ministro de Relações Exteriores

- Nascido na Cidade do México, em 22 de janeiro de 1958.
- Participou de missão das Forças Armadas Revolucionárias em Angola.
- Formou-se em Direito. Lecionou Direito Internacional na Universidade de Havana.
- Em 1990, foi eleito para o Comitê Central do PCC, o qual ainda integra.
- Diretor do jornal "Juventud Rebelde", ligado ao movimento estudantil (1991).
- Representante Permanente de Cuba junto às Nações Unidas (1995 – 2003).
- Em 2003, tornou-se Vice-Ministro de Relações Exteriores, encarregado de América Latina e Caribe, além de temas ligados a informações e comunicações.
- Primeiro Vice-Ministro de Relações Exteriores (2004).
- Chefe da missão médica humanitária de Cuba no Haiti (2004) e no Paquistão (2005-2006).
- Ministro das Relações Exteriores desde março de 2009.
- Acompanhou o Presidente Raúl Castro em visita ao Rio de Janeiro, por ocasião da Rio+20 (19-22 de junho de 2012).
- Visitou Brasília em 5/8/2010; 28-29/9/2011 e 6/5/2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre Cuba e Brasil remontam ao início do século XX, quando foi criado um Consulado em Havana (Decreto 6897 de 19/03/1908). Em 1943, foi criada Embaixada do Brasil em Havana (Decreto 12784 de 06/07). Rompidas em 1964, as relações diplomáticas foram restabelecidas durante o Governo José Sarney, em junho de 1986.

As relações bilaterais Brasil e Cuba atravessam momento particularmente positivo. No plano político, Brasil e Cuba convergem quanto à importância da integração regional e defendem posições comuns nos principais foros internacionais. A cooperação tem sido frutífera não somente no plano bilateral, mas também em benefício de terceiros países, como o Haiti.

A densidade das relações bilaterais se reflete no elevado número de visitas oficiais realizadas nos últimos anos. No período de seus dois mandatos presidenciais (2003 – 2010), o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou quatro visitas a Cuba: setembro de 2003; janeiro e outubro de 2008; e fevereiro de 2010. Retornou à Ilha entre 31 de maio e 2 de junho de 2011, já na qualidade de ex-Presidente, oportunidade em que se avistou com Fidel e Raúl Castro.

O Brasil foi escolhido como o destino da primeira viagem ao exterior – que também incluiu a Venezuela – do Presidente Raúl Castro, já na condição efetiva de Presidente do Conselho de Estado e de Ministros. Em dezembro de 2008, Raúl Castro realizou visita bilateral a Brasília, no contexto de sua participação na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), no Sauípe.

O principal marco recente das relações bilaterais é a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Havana, em 30 e 31 de janeiro de 2012. A Presidenta encontrou-se com o Presidente Raúl Castro e o ex-Presidente Fidel Castro, além de visitar as obras do Porto de Mariel, executadas com apoio financeiro e empresa do Brasil.

O ano de 2013 revela intensificação das visitas bilaterais de alto nível. Do lado brasileiro, destacam-se: visita de Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, integrada pelos Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique da Silveira e Inácio Arruda (15-17/1); do ex-Presidente Lula (28-31/1); do Ministro do Esporte, José Aldo Rebelo (9-13/2); do então Secretário-Executivo do MDIC, Alessandro Teixeira (14-18/2); do Secretário Executivo do MEC, Henrique Paim, para a I Reunião de Ministros de Educação da CELAC (7/2); do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (6/5); do Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, para participar da VIII Reunião do Grupo de Trabalho Brasil – Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais (2-5/7); do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel (16-19/7); e do Ministro do Turismo, Gastão Vieira (16/7). Do lado cubano, foram realizadas visitas do Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo, a Brasília e ao Rio de Janeiro, (3-10/4); do Chanceler Bruno Rodríguez a Brasília (6/5); e do Ministro do Turismo, Manuel Marrero (10/7) a São Paulo.

Em sua visita ao Brasil, o Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo buscou colher subsídios para a condução das reformas, em complemento às viagens feitas à China, Vietnam, Rússia, Belarus e Ucrânia. Em

Brasília, além do MRE, manteve encontros com a área econômica do Governo, além de MAPA, MDA, EMBRAPA, IPEA e CEF, entre outros, e conheceu propriedades de agricultores familiares. No Rio de Janeiro, foi recebido pelo Vice-Presidente do BNDES e reuniu-se com a direção do IBGE. Visitou também conjunto habitacional do projeto "Minha Casa Minha Vida".

O segundo semestre de 2013 confirma a tendência de adensamento das relações bilaterais, com a inclusão na pauta de temas como: a participação de profissionais cubanos no programa "Mais Médicos" e a inauguração de voo direto entre São Paulo e Havana.

Em 25 de julho, o Governo brasileiro concedeu agrément a Marielena Ruiz Capote, atual Diretora de América Latina e Caribe do MINREX, como Embaixadora de Cuba no Brasil.

Comércio bilateral

De acordo com o Ministério do Comércio Exterior de Cuba (MINCEX), em 2012, o Brasil foi o quarto maior importador de produtos cubanos e o terceiro maior exportador para o país. Dentre os principais produtos brasileiros exportados, destacam-se produtos agrícolas e derivados (arroz, óleo de soja, milho, aves) e pré-fabricados de ferro e aço. As importações brasileiras se concentram em cimento e insumos farmacêuticos cubanos (produtos para uso opoterápico).

O saldo comercial entre os dois países é amplamente favorável ao Brasil. Nos últimos anos, as exportações cubanas, em média, responderam por pouco mais de 10% do total de bens e serviços comercializados entre os dois países. Diante disso, tem sido feito esforço de identificar bens e serviços cubanos que possam vir a ser exportados ao Brasil.

O comércio bilateral bateu recordes sucessivos em 2011 e 2012, quando foram registrados, respectivamente, US$641,9 milhões e US$661,1 milhões de valores de intercâmbio comercial. No período de janeiro a julho de 2013, o intercâmbio comercial apresentou queda de 16,9% em relação ao mesmo período do ano-recorde de 2012.

Financiamentos oficiais

O Governo brasileiro apoia o desenvolvimento de Cuba por meio da concessão de empréstimos oficiais a projetos em diversas áreas, como infraestrutura, agricultura, saúde e alimentos. Os desembolsos do BNDES em projetos a Cuba foram os seguintes, nos últimos três anos (valores em US$ mil): 2011 – 133.837; 2012 - 220.580; 2013 (até junho) - 83.164.

Dentre os financiamentos brasileiros, tem importância central o projeto de financiamento ao Porto de Mariel. Uma vez concluído, Mariel será o principal porto de Cuba e elemento fundamental para a inserção de Cuba na economia global. Terá capacidade para atracar embarcações de até 15 metros de calado e com capacidade para 8 mil contêineres. O projeto prevê, ainda, a construção de 12,4 km de novas linhas ferroviárias e 18km de vias rodoviárias, além de dragagem da Baía de Mariel e construção de Zona de Atividades Logísticas. O Porto de Mariel deverá entrar em operação parcial já em 2014.

Investimentos

Há significativa presença empresarial Brasileira em Cuba. As atividades de empresas como a Souza Cruz, Fanavid, EMS, Petrobras e Odebrecht têm consolidado a importância dos investimentos brasileiros no país. O financiamento brasileiro às obras de construção do Porto de Mariel, conduzidas por construtora brasileira, é sinal da dimensão alcançada pela cooperação com vistas ao aprimoramento da infraestrutura cubana. A projetada implementação de uma Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) na região de Mariel, voltada para exportação, poderá estimular o aumento da presença de empresas brasileiras em Cuba.

A presença empresarial brasileira é descrita no quadro a seguir:

Principais empresas brasileiras em Cuba		
Empresa	**Setor**	**Investimento**
ODEBRECHT	Construção Civil	Mantém, por meio da sua subsidiária COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURAS (COI), diversos projetos em Cuba, que incluem a construção do Porto de Mariel, cuja conclusão está programada para dezembro de 2013.
PETROBRAS	Petrolífero	Após desenvolver atividades exploratórias no mar cubano no início da década, a PETROBRAS voltou a investir em Cuba a partir de 2008, por meio de contrato de partilha de exploração e produção de petróleo e gás no Bloco N-37, localizado no mar territorial do país.
SOUZA CRUZ	Tabaco	Detém, desde 1995, 50% da BRASCUBA, *joint-venture* com o governo cubano para a produção de produtos derivados do tabaco. Localizada no município Diez de Octubre, a empresa possui cerca de 240 funcionários e sua administração é compartilhada por executivos cubanos e brasileiros da SOUZA CRUZ.
EMS	Farmacêutico	Assinou, em 2009, acordo com a cubana HEBER BIOTEC para constituição de empresa mista de desenvolvimento de remédios.
FANAVID	Fabricação de vidros	Firmou Memorando de Entendimento com a cubana GRUPO EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA, vinculada ao Ministério da Indústria Básica (MINBAS) de Cuba, com vistas à criação de uma empresa mista.

Programa "Mais Médicos"

O Ministério da Saúde coordena a inclusão de médicos de diferentes nacionalidades no Programa "Mais Médicos. Cuba é país que preenche o requisito para participação no Programa " segundo a Medida Provisória 621, de 08/07/2013: dispor de mais de 1,8 médicos por mil habitantes.

Cerca de 400 médicos cubanos embarcaram nos dias 23 e 24/8 para o Brasil. Segundo informações públicas prestadas pelo Ministério da Saúde, Municípios do Norte e do Nordeste serão os maiores beneficiados pelo trabalho desse primeiro grupo de médicos cubanos que chegaram ao Brasil após acordo do Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) dentro do programa Mais Médicos.

Com a participação dos profissionais cubanos, já em agosto, primeiro mês do programa, foi possível oferecer médicos a uma parte dos 701 municípios que não tinham sido selecionados por nenhum médico brasileiro, nem estrangeiro. Os 400 cubanos serão direcionados a um total de 219 localidades (206 municípios e 13 DSEIs). Juntas, as regiões Norte e Nordeste receberão 91% desses médicos – o equivalente a 364 profissionais. Eles trabalharão em unidades básicas de saúde de 187 localidades (69 municípios e 12 distritos indígenas no Norte e 105 municípios e um distrito indígena no Nordeste). Os 36 demais médicos irão para áreas carentes em 26 cidades do Sudeste e em seis do Sul.

Segundo o Ministério da Saúde, até o fim do ano, outros 3.600 profissionais cubanos chegam ao Brasil para ocupar os postos remanescentes após novas rodadas de chamamento individual de brasileiros e estrangeiros.

Turismo – Inauguração do Voo direto Havana-São Paulo

Em 10 de julho de 2013, ocorreu voo inaugural direto, com frequência semanal, entre Havana e São Paulo, pela companhia aérea Cubana de Aviación. A aeronave levou delegação do Ministério de Turismo de Cuba ao Brasil, presidida pelo responsável da pasta, Ministro Manuel Marrero.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba foi instituído no ano de 1997, por ocasião da I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, a qual estabeleceu a formação de dois grupos distintos para o tratamento dos temas referentes à cooperação científica e técnica.

As áreas de agricultura, saúde e justiça destacam-se pelo dinamismo das atividades e pelo caráter prioritário concedido pelo Governo cubano a tal cooperação. Nesse sentido, ao longo de 2012, destacaram-se, sobretudo, a execução dos projetos "Assistência Técnica para a Produção de Milho e Soja – Fase II", "Implementação de Bancos de Leite Humano" e "Apoio à Modernização dos Sistemas de Tribunais em Cuba", os quais apresentaram intenso intercâmbio de conhecimentos e boas práticas em suas respectivas áreas.

Atualmente, 18 (dezoito) projetos encontram-se em execução nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, geologia, saúde, indústria e comércio, justiça e finanças públicas. Importante característica da cooperação entre os dois países é o

caráter de "mão-dupla" de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e das técnicas adotadas nas instituições cubanas.

Situação do projeto / Área	Nº de Projetos
EM EXECUÇÃO	**18**
Agricultura	6
Desenvolvimento Social	1
Saúde	5
Geologia	2
Justiça	1
Indústria e Comércio	1
Finanças Públicas	1
Segurança Pública	1
EM PROCESSO DE ASSINATURA	**0**
TOTAL	**18**

Cooperação Triangular no Haiti

A cooperação tem sido realizada no âmbito trilateral, com projetos na área de saúde, ao amparo do Memorando de Entendimento Brasil – Cuba – Haiti para o Fortalecimento do Sistema de Saúde e de Vigilância Epidemiológica no Haiti, firmado pelos Ministros da Saúde dos três países no dia 27 de março, em Porto Príncipe.

No âmbito do Memorando trilateral, Brasil e Cuba firmaram, em 24/11/10, convênio para combate ao cólera no Haiti. Os dois países acordaram estabelecer Centro de Tratamento do Cólera, na cidade haitiana de Carrefour, com participação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Por ocasião da visita da Administradora-Geral do PNUD ao Brasil, Helen Clark, em 28 e 29 de julho de 2010, firmou-se Memorando de Entendimento para viabilizar apoio logístico daquela entidade às atividades do Ministério da Saúde (MS) no Haiti.

Ademais, no âmbito do memorando trilateral, foram reformados e reconstruídos dois laboratórios especializados em vigilância epidemiológica. Estão previstos para serem entregues em 2013 três hospitais Comunitários de Referência e o Instituto Haitiano de Reabilitação. O projeto inclui também a formação de profissionais para atuação em diversas áreas da saúde.

Acordo de Complementação Econômica-62 MERCOSUL-Cuba

O Acordo de Complementação 62 (ACE-62) MERCOSUL-Cuba multilateralizou as preferências negociadas em acordos bilaterais entre os Estados Partes do MERCOSUL e Cuba. Foi assinado em Córdoba, em 21/07/06, e entrou em vigor de forma bilateral entre Brasil e Cuba em julho de 2007. A I Reunião da Comissão Administradora foi realizada em Havana, em 19 de junho de 2009.

O ACE-62 estabelece concessões de Cuba ao MERCOSUL (cerca de 2400 itens) e do MERCOSUL a Cuba (cerca de 1200 itens). Há dez cronogramas de

desgravação. O cronograma no qual as preferências alcançam 100% completou-se em 2011. Outros cronogramas preveem desgravação intermediária, de 33 a 90%, cujas margens mais altas foram alcançadas em 2011. O aprofundamento do Acordo poderia consistir na introdução de novos produtos, com 100% de margem de preferência imediata, ou na negociação de novos cronogramas de desgravação.

Está em discussão a consolidação do cronograma do acordo, negociação de novo cronograma, salvaguardas, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias, e acordos bilaterais de cooperação. Não se descarta transformar do ACE-62 em acordo de livre comércio.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira em Cuba foi estimada, em junho de 2011, em cerca de 1000 pessoas. Grande parte desse total compõe-se de estudantes, particularmente da área de ciências médicas, em torno de 700 indivíduos.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura

Cuba caracteriza-se como regime de partido único (o Partido Comunista Cubano, fundado em 1965) composto um órgão supremo (Assembleia Nacional do Poder Popular). A Constituição atual foi aprovada por referendo em 1976 e emendada em 1992.

O Poder Legislativo do país é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP), órgão supremo do poder estatal cubano, compreendida atualmente por 612 deputados. Eleições para a ANPP são realizadas a cada cinco anos. As últimas eleições foram realizadas em 03/02/2013 A ANPP normalmente se reúne duas vezes por ano, embora sessões especiais também possam ser convocadas. Há órgãos legislativos de ordem local: 14 assembleias provinciais e 169 municipais. Membros das assembleias nacionais, legislativas e municipais são eleitos por voto direto,

O Presidente, eleito pela ANPP, tem mandato de 5 anos e exerce funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Conselho de Estado, composto por 31 membros, tem poderes legislativos, e o Conselho de Ministros exerce funções executivas e administrativas.

Desenvolvimentos recentes

Elementos centrais recentes da conjuntura política cubana são o processo de substituição da geração revolucionária por lideranças mais jovens no comando do país; as reformas de atualização do modelo econômico; e a reforma migratória.

Em 03/02/2013, foram eleitos 612 deputados para a Assembleia. Em 24/02/2013, os deputados elegeram os integrantes do Conselho de Estado para um mandato de cinco anos. O Presidente Raúl Castro foi reeleito, mas deixou claro que

será seu último mandato, ao defender que o exercício dos principais cargos do Estado seja limitado a dois períodos consecutivos.

Para o cargo de Primeiro Vice-Presidente, foi elevado Miguel Díaz-Canel, colocando à frente da linha de sucessão de Raúl Castro, pela primeira vez, um político nascido após a Revolução. Na composição dos 31 membros do Conselho de Estado, 17 são novos integrantes, 13 são mulheres, 12 negros e mestiços, e a média etária é de 57 anos.

O processo de renovação de quadros é visível pelas mudanças ocorridas em julho no Comitê Central do Partido Comunista, quando diversos políticos com longo histórico deixaram o comitê, tais como Ricardo Alarcón de Quesada (Presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular até fevereiro de 2013) e José Miguel Miyar Barruecos (Ministro de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente até março de 2012).

Além do processo de substituição da geração revolucionária por lideranças mais jovens, as reformas migratórias e econômicas (vide "Economia") também têm sido temas de destaque em 2013. Em decisão histórica, Cuba anunciou a atualização de sua política migratória a partir de 14 de janeiro de 2013. Diversos decretos-lei simplificaram procedimentos e eliminaram a famosa "tarjeta blanca" (permissão de saída) e emolumentos considerados custosos ao cidadão cubano, derrogando dispositivos da Lei de Imigração, vigentes desde 1976. A mudança na lei migratória é parte de um largo pacote de reformas que o Governo cubano tem introduzido e que remontam à realização da I Conferência do Partido Comunista (PCC), em 28/1/12.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar dos recursos limitados, Cuba desenvolve diplomacia extremamente ativa. A política externa cubana tem-se caracterizado por diversas tendências: 1) interesse na cooperação Sul-Sul e relações próximas a países em desenvolvimento (participação no Movimento de Não-Alinhados, intensa presença diplomática em regiões como o Caribe e a África, continente onde possui 30 Embaixadas residentes e 2 delegações); 2) estreitamento de laços econômicos com determinados países (Brasil, China, Rússia, Vietnã, Angola, Argélia); 3) prioridade conferida à integração regional; 4) persistência de tensões no relacionamento com os Estados Unidos; 5) ênfase conferidas às relações econômicas, em consonância com o processo de atualização econômica em curso. Tais tendências são evidenciadas por acontecimentos recentes.

Cuba assumiu a Presidência Pro Tempore (PPT) da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (**CELAC**) na Cúpula de 27 e 28 de janeiro de 2013, em Santiago do Chile. Entre as prioridades da PPT cubana, o Vice-Ministro de Relações Exteriores Abelardo Moreno tem mencionado: a concertação de posições sobre os grandes temas discutidos no cenário internacional; a declaração da América Latina e Caribe como zona de paz e o compromisso de todos os países de resolver conflitos pela via do diálogo; a solidariedade nas relações regionais, inspirada na experiência da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP); o fortalecimento dos laços com outros mecanismos de integração regional da América Latina e do Caribe e com grupos

como o BRICS; a necessidade de analisar a ajuda internacional à região, que estaria atada aos interesses das nações doadoras; e a discussão do comportamento dos veículos de comunicação e imprensa, tanto públicos quanto privados. Estão previstas para este ano vários encontros setoriais: reuniões de Ministros de Ciência e Tecnologia, de Energia, de Finanças, de Agricultura, reuniões sobre migrações e sobre mecanismos regionais e subregionais de integração. O Governo cubano prevê realizar a Cúpula da CELAC, em Havana, em janeiro de 2014.

Em setembro de 2012, Cuba assumiu papel de garante, juntamente com Noruega e Venezuela, das **negociações de paz** entre o Governo do Presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC–EP), que se iniciaram em novembro de 2012.

Em fevereiro de 2013, o Primeiro-Ministro russo Dmitri Medvedev visitou Cuba e encontrou-se com o Presidente Raúl Castro e com Fidel Castro. Entre os 10 instrumentos bilaterais assinados durante a visita, destacou-se o Convênio sobre a regularização da dívida de Cuba junto à **Federação Russa** pelos créditos concedidos no período da extinta União Soviética. Também foram assinados acordos relativos à concessão de aeronaves russas a Cuba.

A relação com a **Venezuela** é estratégica para Cuba, que é membro da Petrocaribe e da ALBA-TCP. Por ocasião do falecimento de Hugo Chávez, em março de 2013, o Governo cubano decretou luto oficial e foram celebradas cerimônias de homenagem em todas as cidades da ilha. Jornais oficiais cubanos publicaram nota de Fidel Castro intitulada "Perdimos nuestro mejor amigo".. O Presidente Raúl Castro compareceu à posse de Nicolás Maduro na Venezuela.

Chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos prestigiaram a comemoração do **Dia da Rebeldia Nacional, 26 de julho**, uma das principais festas do calendário cívico cubano, alusiva à tomada dos quarteis Moncada (em Santiago de Cuba) e Céspedes (em Bayamo) em 1953 e à formação do movimento que resultou na Revolução de 1959. O evento, realizado em Santiago de Cuba, contou com a presença dos Presidentes do Uruguai, da Bolívia, da Venezuela e da Nicarágua e dos Primeiros-Ministros de Dominica, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia. O Governo do Equador se fez representar pelo Chanceler Ricardo Patiño.

O relacionamento de Cuba com os Estados Unidos, historicamente comprometido por prevenções mútuas e pelo bloqueio econômico, segue caracterizado por tensões. Em fevereiro de 2013, **delegação de parlamentares norte-americanos realizou visita a Havana** e foi recebida pelo Presidente Raúl Castro, pelo Presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, e pelo Chanceler Bruno Rodríguez. A visita foi matéria de capa nos jornais oficiais cubanos. Assessor de um dos parlamentares norte-americanos afirmou que o tema central da visita foi a situação do norte-americano Alan Gross, de cuja liberação dependeria qualquer progresso no relacionamento bilateral.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O crescimento da economia cubana em 2012 foi de 3% do PIB em 2012 e de 2,3% no primeiro semestre de 2013, dois décimos acima do registrado em igual período do ano anterior, segundo a Oficina Nacional de Estatística e Informação. Para todo o exercício de 2013, espera-se crescimento entre 2,5 e 3%, abaixo dos 3,6% inicialmente previstos. O Governo busca dar continuidade ao "processo de atualização" do modelo econômico cubano, por meio da implementação das "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução", aprovados no VI Congresso do Partido Comunista, em abril de 2011.

Os setores que mais cresceram no primeiro semestre de 2013 foram comércio, transporte, comunicações, a indústria manufatureira. Em contraste, entre os resultados desfavoráveis, ressaltou-se que não foram produzidas as 192 mil toneladas de açúcar previstas, sobretudo pelo pouco aproveitamento da capacidade instalada. As exportações cresceram 5% em comparação com 2012.

O Governo segue concedendo empréstimos e outorgando licenças para trabalho autônomo. Até julho de 2013, 145 mil empréstimos foram concedidos a pessoas físicas, totalizando mais de 900 milhões de pesos cubanos (equivalentes a USD 37,5milhões), e existem mais de 400 mil pessoas vinculadas a essa modalidade de emprego, para a qual têm sido aprovados novos instrumentos jurídicos, com o objetivo de melhorar as condições para a comercialização de equipamentos e insumos. Em julho, entraram em funcionamento em caráter experimental, 124 cooperativas para atuarem em setores como construção, transporte, reciclagem e mercados agropecuários.

Foi aprovada em maio nova resolução que regula a comercialização no mercado atacadista. O comércio atacadista poderá ser realizado tanto por pessoa jurídica como por pessoa física autorizada e terá como destino o mercado varejista que atende a população, os programas priorizados pelo Estado, o setor agropecuário e as empresas da economia nacional. As vendas estarão reguladas por contratos, mas as empresas do mercado atacadista poderão comprar de produtores nacionais - a preços de mercado – os produtos e serviços excedentes do pactuado ou de contratos expirados.

Está em discussão o aperfeiçoamento do Banco Central de Cuba (BCC) e do Ministério de Comércio Interno (MINCIN). As mudanças no BCC incluem avançar na separação das funções empresariais das estatais e promover maior treinamento de seus funcionários, com objetivo de colocar o banco em melhores condições de enfrentar as transformações previstas no projeto de atualização do modelo econômico do país. Sobre o MINCIN, foram redefinidas sua missão e funções específicas, com o propósito de superar problemas como a execução de funções empresariais que não correspondem ao órgão; a insuficiente regulação das atividades comerciais; a inadequada estrutura e composição do órgão central; a necessidade de maior autonomia do sistema empresarial; e a reduzida experiência comercial de seus quadros.

O país trabalha, ainda, na aprovação de novas políticas macroeconômicas, que incluem novas metodologias de preços atacadistas e varejistas, bem como estudos voltados para eliminação da dualidade monetária.

As reformas econômicas em curso resultam de circunstâncias externas e internas. A economia cubana, que, desde o colapso da ex-União Soviética em 1991, sofre consequências da retirada de subsídios e acordos preferenciais com a Rússia, tem sido pressionada pela conjuntura mundial dos últimos anos. As dificuldades do setor sucro-alcooleiro, o aumento do preço do petróleo e dos alimentos no mercado internacional (Cuba importa de 60% a 70% dos alimentos consumidos), a baixa produtividade interna e o impacto da recente crise econômico-financeira no turismo e nos investimentos contribuíram para que Cuba buscasse alternativas para "atualizar o modelo econômico do país".

Persistem no país as dificuldades impostas pela existência de duas moedas: peso cubano – CUP e peso conversível – CUC (de valor atrelado ao dólar). Continua igualmente a duplicidade de taxas de câmbio. A moeda nacional, CUP, por meio da qual o Estado paga os salários, é cotada oficialmente na proporção de 1 CUC = 24 CUP para operações entre privados. Para intercâmbios entre empresas, a cotação é de 1 CUC = 1 CUP. A existência de duas moedas em Cuba requer, ainda, um sistema tributário complexo e de difícil fiscalização.

O documento central das reformas ora em implementação são as "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução", aprovadas durante o VI Congresso do PCC (16 a 19 de abril de 2011), que estabelece como objetivos: redução dos gastos do Estado, aumento da produtividade do trabalhador, incremento das exportações, substituição de importações e atração de investimentos estrangeiros, bem como eliminação gradual da "libreta de abastecimiento" (bens de consumo subsidiados) e do sistema de duas moedas (CUC e peso cubano). Também de acordo com as referidas Diretrizes, o Governo divulgou, no segundo semestre de 2011, normas que regulam, entre os cubanos e os estrangeiros com residência permanente, a compra e a venda de veículos usados e de bens imóveis.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

ANO	EVENTO
1868-1878	1ª fase das Guerras de Independência
1879-1894	2ª fase das Guerras de Independência
1895	Morte em combate de José Martí, "Apóstolo" da Independência de Cuba
1898	Afundamento do USS Maine – início da Guerra EUA-Espanha
1899	A Espanha é derrotada e as tropas norte-americanas ocupam Cuba.
1901	A Emenda Platt é incorporada à Constituição de Cuba
1933	Golpe militar derruba ditador Gerardo Machado
1933-1944	Governo de Fulgêncio Batista
1944-1952	1944-1952 Governos democráticos de Grau San Martin a Carlos Prío Socarrás
1952	Fulgêncio Batista lidera outro golpe de estado
1953	Assalto ao quartel-general de Moncada
1954	Julgamento dos "Moncadistas" - Libertação de Fidel Castro
1956	Desembarque da embargação *Granma* em Cuba (2 de dezembro)
1956-1959	Luta armada revolucionária na Sierra Maestra
1959	Triunfo da Revolução Cubana (1° de janeiro)
1960	Ruptura de relações entre os EUA e Cuba
1961	Invasão da Baía dos Porcos
1962	Crise dos Mísseis
1965	Che Guevara abandona Governo cubano e segue para Congo e Bolívia
1991	Fim da URSS. Início do "Período Especial", com contração econômica em Cuba.
2006	Fidel Castro transfere temporariamente o poder a Raúl Castro
2008	Raúl Castro Ruz é eleito Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros
	Cuba é admitida como membro do Grupo do Rio, durante a Reunião Ministerial de Zacatecas (novembro)
2009	Na XXXIXª AGOEA, em São Pedro Sula, revoga-se a resolução que suspendeu a participação de Cuba no sistema interamericano (junho)
2011	VI Congresso do Partido Comunista. Aprovadas as "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução" (abril)
2012	Cuba assume papel de garante, juntamente com Noruega e Venezuela, das **negociações de paz** entre o Governo do Presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC–EP), (novembro)
2013	Reformas migratórias (janeiro)
	Cuba assume a Presidência Pro Tempore da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), (27-28/01) Eleições mais recentes em Cuba: foram eleitos 612 deputados para a Assembleia Nacional do Poder Popular (2/2)

	Presidente Raúl Castro é reeleito para um mandato de cinco anos (24/2). Miguel Díaz-Canel é o segundo na linha de sucessão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

ANO	EVENTO
1908	Criação de Consulado em Havana (DEC 6897 de 19/03)
1943	Criação da Embaixada do Brasil em Havana (DEC 12784 de 06/07)
1964	Ruptura das relações diplomáticas (13/5)
1986	Reatamento das relações diplomáticas (junho)
1997	Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba é instituído
2006	Assinado Acordo de Complementação Econômica 62, entre Cuba e a ALADI (21/07)
2012	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Havana (30-31/1)
	Raúl Castro participa da Rio+20 (19-22/6)
2013	Visitas do Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo, a Brasília e ao Rio de Janeiro (3-10/4)
	Inauguração de voo direto, com frequência semanal, entre Havana e São Paulo, pela companhia aérea Cubana de Aviación (10/7)

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Publicação no Diário Oficial
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	18/03/1987	22/05/1990
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	29/04/1988	04/01/1990
Acordo sobre Serviços Aéreos	27/05/1998	18/05/2000
Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal	24/09/2002	23/05/2008
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos	24/09/2002	14/08/2003

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

CUBA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República de Cuba
Superfície	110.000 km²
Localização	Norte da América Central
Capital	Havana
Principais cidades	Havana, Santiago de Cuba, Holguín, Villa Clara, Granma, Camaguey
Idioma oficial	Espanhol
Moeda	Peso cubano (CUC)
População (2012)	11,2 milhões de habitantes

Cuba está localizada no Norte da América Central, entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico. A população, de 11,2 milhões de habitantes, está distribuída em uma extensão de 110 mil km². Comparando com a extensão territorial brasileira, Cuba é pouco maior que o Estado do Pernambuco.

Elaborado pela MRE, DPR, DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da Eco. Economist Intelligence Unit, Country Report, July 2013

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2012)

PIB Nominal	US$ 63,8 bilhões
Crescimento real do PIB	3,0%
PIB Nominal "per capita"	US$ 5.685
PIB PPP	US$ 126,7 bilhões
PIB PPP "per capita"	US$ 11.313
Inflação	5,5%
Reservas internacionais	US$ 4,7 bilhões
Dívida externa	US$ 22,5 bilhões
Câmbio oficial (CUC / US$)	1,00

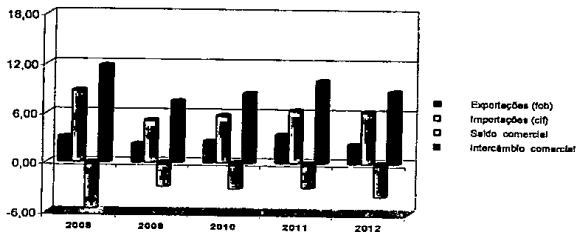
Com PIB Nominal de US$ 63,8 bilhões e crescimento de 3,0% em 2012, Cuba posicionou-se como a 68ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 74% do PIB em 2012, seguido do industrial, com 22%, e do agrícola, com 4%.

Elaborado pela MRE, DPR, DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da Eco. Economist Intelligence Unit, Country Report, July 2013

CUBA: COMÉRCIO EXTERIOR(1)
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	3,11	2,29	2,66	3,50	2,38
Importações (cif)	8,65	5,15	5,75	6,42	6,31
Saldo comercial	-5,54	-2,85	-3,10	-2,92	-3,93
Intercâmbio comercial	11,76	7,44	8,41	9,91	8,69

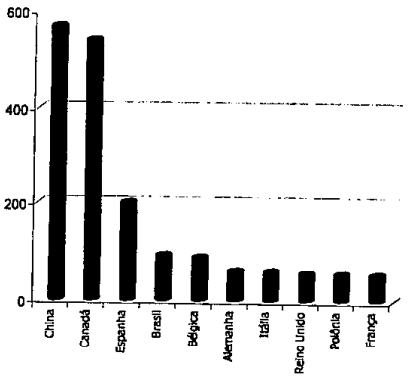
Elaborado pela MRE, DPR, DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU: UNCTAD/ITC COMTRADE/Trademap, August 2013
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Cuba



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior cubano reduziu-se em 26%, de US$ 11,76 bilhões para US$ 8,69 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Cuba figurou como o 132º mercado mundial, sendo o 130º exportador mundial e o 120º importador. O saldo da balança comercial, desfavorável ao país em todo o período sob análise, totalizou déficit da ordem de US$ 3,93 bilhões em 2012.

CUBA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES[1]
US$ milhões

Descrição	2012	% no total
China	569	23,9%
Canadá	540	22,7%
Espanha	200	8,4%
Brasil	***94***	***3,9%***
Bélgica	89	3,8%
Alemanha	62	2,6%
Itália	61	2,6%
Reino Unido	56	2,4%
Polônia	56	2,3%
França	54	2,3%
Subtotal	**1.782**	**74,9%**
Outros países	**596**	**25,1%**
Total	**2.378**	**100,0%**

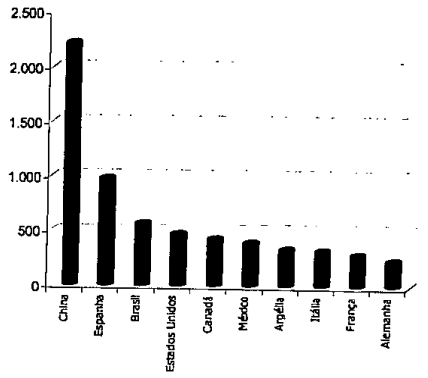


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013
(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros

As vendas cubanas são direcionadas, em grande parte, aos membros da APEC, que responderam por 53,4% do total em 2012, seguidos da União Europeia com 33,3%. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas cubanas, com 23,9%. Seguiram-se: Canadá (22,7%); Espanha (8,4%); e Brasil, em quarto lugar, sendo destino de 3,9% das vendas cubanas em 2012.

CUBA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES[1]
US$ milhões

Descrição	2012	% no total
China	2.215	35,1%
Espanha	976	15,5%
Brasil	***568***	***9,0%***
Estados Unidos	465	7,4%
Canadá	422	6,7%
México	387	6,1%
Argélia	328	5,2%
Itália	317	5,0%
França	283	4,5%
Alemanha	231	3,7%
Subtotal	**6.192**	**98,1%**
Outros países	**117**	**1,9%**
Total	**6.309**	**100,0%**

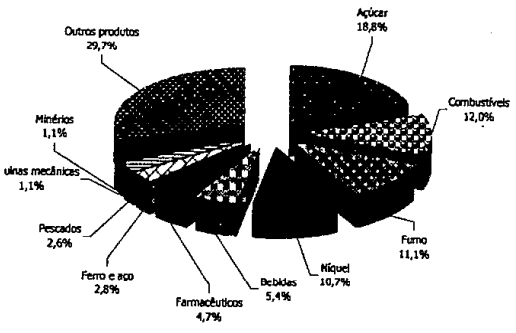


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.
(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As importações cubanas também são originárias, em grande parte, dos países membros da APEC, que responderam por 44,1% do total, seguidos da União Europeia com 35,1%. A China foi o principal fornecedor à Cuba em 2012, com 35,1% do total, seguida da Espanha (15,5%) e Brasil como 3º principal fornecedor de bens ao país, suprindo 9% das importações cubanas.

CUBA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES(1)
US$ milhões

Descrição	2012	% no total
Açúcar	446	18,8%
Combustíveis	286	12,0%
Fumo	265	11,1%
Níquel	255	10,7%
Bebidas	127	5,4%
Farmacêuticos	112	4,7%
Ferro e aço	66	2,8%
Pescados	62	2,6%
Máquinas mecânicas	27	1,1%
Minérios	26	1,1%
Subtotal	**1.672**	**70,3%**
Outros produtos	**706**	**29,7%**
Total	**2.378**	**100,0%**

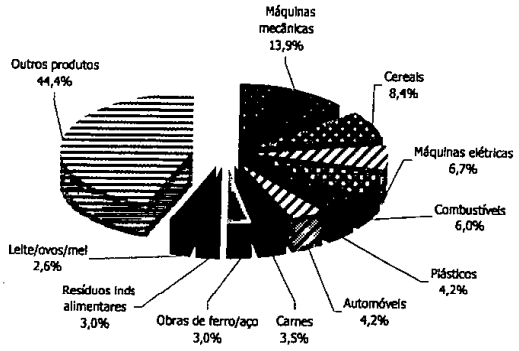


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013
(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

A pauta de exportações cubana é concentrada em quatro grupos de produtos. Açúcar (açúcares de cana em bruto) com 18,8%, combustíveis (óleo diesel) com 12%; fumo (charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos) com 11,1%; e níquel com 10,7%. Seguiram-se: bebidas (5,4%); e produtos farmacêuticos com 4,7%.

CUBA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES(1)
US$ milhões

Descrição	2012	% no total
Máquinas mecânicas	875	13,9%
Cereais	531	8,4%
Máquinas elétricas	423	6,7%
Combustíveis	378	6,0%
Plásticos	265	4,2%
Automóveis	264	4,2%
Carnes	221	3,5%
Obras de ferro/aço	192	3,0%
Resíduos inds alimentares	192	3,0%
Leite/ovos/mel	166	2,6%
Subtotal	**3.508**	**55,6%**
Outros produtos	**2.801**	**44,4%**
Total	**6.309**	**100,0%**



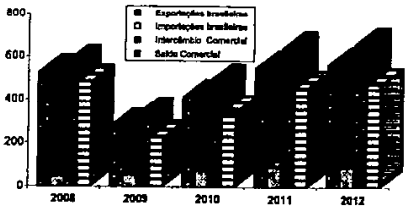
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.
(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Na pauta de importações cubanas, as máquinas mecânicas e elétricas possuem peso significativo. Em 2012, somaram 20,6% das compras do país, seguidas de cereais (trigo e mistura de trigo com centeio, milho e arroz) com 8,4%; combustíveis (petróleo refinado) com 6%; plásticos (4,2%); e automóveis (4,2%).

BRASIL-CUBA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

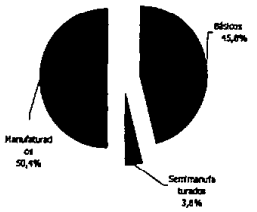
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jul)	2013 (jan-jul)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	**526,8**	**277,2**	**414,9**	**550,2**	**568,1**		**288,9**	**7,8%**
Variação em relação ao ano anterior	62,7%	-47,4%	49,6%	32,6%	3,3%		-14,5%	
Importações brasileiras	**45,4**	**53,4**	**73,4**	**91,8**	**93,5**		**45,1**	**106,1%**
Variação em relação ao ano anterior	-48,9%	17,7%	37,5%	25,0%	1,9%		-29,8%	
Intercâmbio Comercial	**572,2**	**330,6**	**488,3**	**641,9**	**661,6**		**334,0**	**15,6%**
Variação em relação ao ano anterior	38,7%	-42,2%	47,7%	31,5%	3,1%		-16,9%	
Saldo Comercial	**481,5**	**223,8**	**341,5**	**458,4**	**474,6**		**243,8**	**n.c.**

Cuba foi o 65º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 15,6%, de US$ 572,2 milhões para US$ 661,6 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 7,8% e as importações, 106%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, totalizou superávit da ordem de US$ 474,6 milhões em 2012.



BRASIL-CUBA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

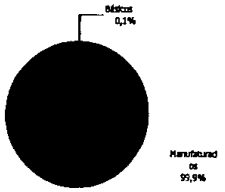
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	260,4	45,8%
Semimanufaturados	21,6	3,8%
Manufaturados	286,1	50,4%
Transações especiais	0,0	0,0%
Total	**568,1**	**100,0%**



As exportações brasileiras para Cuba são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 50,4% do total em 2012, com destaque para óleo de soja e máquinas. Os produtos básicos classificaram-se em seguida, com 45,8% (carnes e café) e os semimanufaturados com 3,8%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0,1	0,1%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	93,4	99,9%
Total	**93,5**	**100,0%**



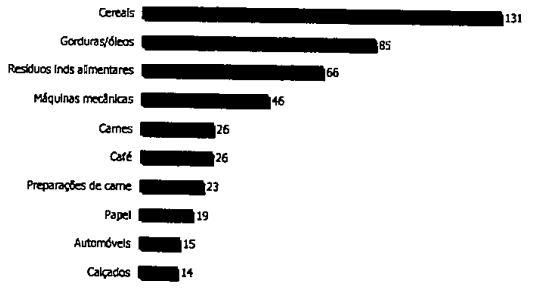
Os produtos manufaturados predominaram na pauta de importações brasileiras originárias de Cuba. Em 2012, representaram a quase totalidade (99,9%), com destaque para o produtos farmacêuticos e cimento portland.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-CUBA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Cereais	26,8	67,3	130,8	23,0%
Gorduras/óleos	64,3	101,3	84,8	14,9%
Resíduos Inds alimentares	85,9	112,6	65,9	11,6%
Máquinas mecânicas	36,5	46,0	46,1	8,1%
Carnes	36,9	33,5	26,2	4,6%
Café	27,5	20,3	26,0	4,6%
Preparações de carne	29,4	26,0	22,8	4,0%
Papel	7,2	12,4	19,3	3,4%
Automóveis	19,4	4,9	14,6	2,6%
Calçados	7,4	12,0	14,0	2,5%
Subtotal	**341,2**	**436,3**	**450,3**	**79,3%**
Outros produtos	**73,6**	**113,9**	**117,8**	**20,7%**
Total	**414,9**	**550,2**	**568,1**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Cuba, 2012



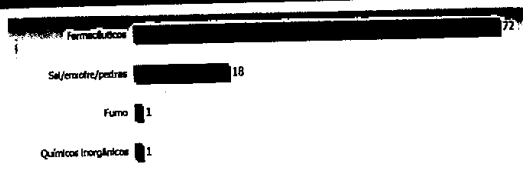
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX Aliceweb

Os cereais (milho e arroz) representam cerca mais de 1/5 das vendas brasileiras para Cuba. Em 2012 somou 23% do total, seguidos de gorduras/óleos (óleo de soja) com 14,9%; resíduos das indústrias alimentares (bagaços de soja) com 11,6%; máquinas mecânicas (8,1%); carnes (4,6%); café (4,6%) e preparações de carnes (4,0%).

BRASIL-CUBA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Farmacêuticos	59,6	73,7	72,0	77,0%
Sal/enxofre/pedras	11,4	15,3	18,4	19,7%
Fumo	1,2	1,1	1,2	1,3%
Químicos inorgânicos	0,4	1,2	1,2	1,3%
Subtotal	**72,7**	**91,3**	**92,9**	**99,3%**
Outros produtos	**0,8**	**0,5**	**0,6**	**0,7%**
Total	**73,4**	**91,8**	**93,5**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Cuba, 2012



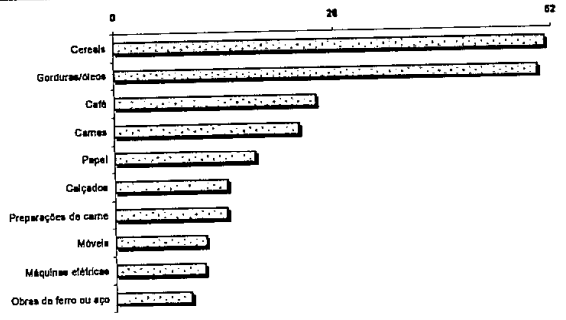
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta das importações brasileiras originárias de Cuba é concentrada em produtos farmacêuticos (extratos de glândulas e frações do sangue). Em 2012, esses itens somaram 77% do total, seguidos de sal/enxofre/pedras - cimento portland - (19,7%); fumo (1,3%) e produtos químicos inorgânicos (1,3%).

BRASIL-CUBA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

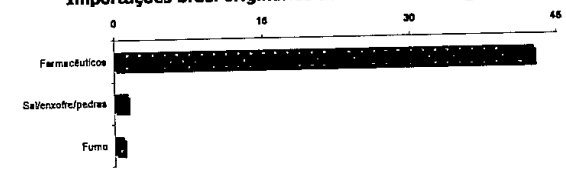
DESCRIÇÃO	2012 (jan-jul)	2013(jan-jul) Valor	2013(jan-jul) % no total
Exportações			
Cereais	93,6	51,3	17,7%
Gorduras/óleos	53,1	50,4	17,4%
Café	19,0	23,9	8,3%
Carnes	13,0	21,9	7,6%
Papel	12,8	16,6	5,7%
Calçados	8,0	13,3	4,6%
Preparações de carne	14,4	13,2	4,6%
Móveis	4,0	10,7	3,7%
Máquinas elétricas	6,3	10,5	3,6%
Obras de ferro ou aço	3,6	8,9	3,1%
Subtotal	**227,9**	**220,6**	**76,3%**
Outros produtos	**110,0**	**68,3**	**23,7%**
Total	**337,9**	**288,9**	**100,0%**

Exportações brasileiras p/ Cuba em 2013(jan-jul)



Importações			
Farmacêuticos	51,2	42,7	94,6%
Sal/enxofre/pedras	11,0	1,4	3,0%
Fumo	0,5	0,9	2,1%
Subtotal	**62,7**	**44,9**	**99,7%**
Outros produtos	**1,5**	**0,1**	**0,3%**
Total	**64,2**	**45,1**	**100,0%**

Importações bras. originárias de Cuba em 2013(jan-jul)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 825 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*)

Publicado no **DSF**, de 15/11/2013.

3

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

RELATÓRIO

SF/13572.45070-86

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 104, de 2013 (Mensagem nº 502, de 12 de novembro de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Página: 1/3 21/11/2013 16:16:50

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer da senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da diplomata em questão , com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério.

Consta no documento que a senhora ELIANA ZUGAIB graduou-se em Filosofia pela Pontifica Universidade Católica de São Paulo em 1973 e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, em 1981, e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), no mesmo Instituto, em 1992. Em 1995, defendeu a tese,

bc53cb90a645a7d4eeedc41467bb0de430622989

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF nº 104 /2013 Fls. 30

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

aprovada com louvor, junto ao Curso de Altos Estudos da mesma instituição "A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil".

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores (MRE), em Brasília, destacam-se a assistência da Divisão de Energia e Recursos Minerais (DEN)(1983); a assessoria do Gabinete do Ministro de Estado (1986 e 2002); a assessoria do Departamento da Europa (1995); a assessoria do Departamento de Temas Especiais (1996); a subchefia da Assessoria de Comunicação Social (2001); a chefia da Coordenação de Divulgação (2006); a chefia da Divisão de Promoção Audiovisual (2006); o Departamento Cultural (2008); e a chefia de Gabinete da Subsecretaria-Geral (2011).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros na Embaixada em Paris (1988), Praga (1991 e 1993), Londres (1998) e Buenos Aires (2003).

Em razão de sua excelência no desempenho de suas funções, foi laureada com as seguintes comendas: Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1988); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Cavaleiro (1988); Ordem do Rio Branco, Brasil, grau de Grande Oficial (2008).

A senhora ELIANA ZUGAIB é convocada a chefiar a missão diplomática brasileira junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com sede em Paris, 195 Estados Membros (incluindo a Palestina), da qual o Brasil é membro fundador (1945).

A UNESCO é um órgão do sistema onusiano criado no pós-guerra como mecanismo de reconstrução dos sistemas educacionais, esgarçados após o conflito. Naturalmente, foi fundada com o propósito de promover a "cultura da paz", de forma a abrandar, quiçá, eliminar, os fundamentos culturais da guerra. Durante a Guerra Fria, ficou, tal e qual os demais órgãos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e organismos internacionais, marcada pelas clivagens ideológicas peculiares ao momento.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF nº 104 /2013 Fls. 31

SF/13572.45070-86
Página: 2/3 21/11/2013 16:16:50
bc53cb90a645a7d4eeedc41467bb0de430622989

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

Suas áreas de atuação são, conforme assinalado, a promoção da cultura da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável, o diálogo intercultural, por meio das áreas temáticas da educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação e informação e cultura, atuando, para tanto, junto aos seus Estados Membros, por meio da geração de projetos de cooperação.

O Brasil integra o Conselho Executivo da Organização, com mandato até 2015, e configurou-se neste ano no 10º maior contribuinte para o orçamento da instituição. De acordo com o relatório encaminhado a esta Casa Parlamentar pela Chancelaria, o Brasil desempenha relevante papel no processo de reestruturação por que passa a UNESCO, em razão da atuação dos Centros de Categoria 2 em Frutal/Minas Gerais - Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HIDROEX), para ensino, capacitação e pesquisa aplicada sobre recursos hídricos – e no Rio de Janeiro – Centro Lúcio Costa, para formação em gestão do patrimônio cultural. O Brasil tem, igualmente, participado ativamente das discussões sobre a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO para 2014-2021 e do Programa e Orçamento para 2014-2017.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF nº 104 2013 Fls. 32

SF/13572.45070-86
Página: 3/3 21/11/2013 16:16:50
bc53cb90a645a7d4eeedc41467bb0de430622989

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 104, DE 2013
(nº 502/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de.29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Os méritos da Senhora Eliana Zugaib que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

2

EM Nº 00350/ DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de setembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ELIANA ZUGAIB,** Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **ELIANA ZUGAIB** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro das Relações Exteriores

3

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *ELIANA ZUGAIB*
CPF.: 896.907.618-20
ID.: 4946388 SSP/SP

1951	Filha de Bechara Zugaib e Vera Yazbek Zugaib, nasce em 10 de agosto, em Marília/SP
Dados Acadêmicos:	
1973	Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/SP
1981	CPCD - IRBr
1992	CAD - IRBr
2005	Curso de Altos Estudos (CAE - IRBr), "A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil", aprovada com louvor
Cargos:	
1982	Terceira-Secretária
1987	Segunda-Secretária
1995	Primeira-Secretária, por merecimento
2002	Conselheira, por merecimento
2006	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2011	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1983	Divisão de Energia e Recursos Minerais (DEN), assistente
1986	Gabinete do Ministro de Estado, assessora
1988	Embaixada em Paris, Segunda-Secretária
1991	Embaixada em Praga, Segunda-Secretária
1993	Embaixada em Praga, Encarregada de Negócios, a.i.
1995	Departamento da Europa, assessora
1996	Departamento de Temas Especiais, assessora
1998	Embaixada em Londres, Primeira-Secretária
2001	Assessoria de Comunicação Social, Subchefe
2002	Gabinete do Ministro de Estado, assessora
2003	Embaixada em Buenos Aires, Conselheira
2006	Coordenação de Divulgação, Chefe
2006	Divisão de Promoção do Audiovisual, Chefe
2008	Departamento Cultural, Diretora
2011	Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete
Condecorações:	
1988	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1988	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Cavaleiro
2008	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

Publicações:

2007	A Hidrovia Paraguai-Paraná, FUNAG, Brasília/DF

ANA PAULA SIMÕES SILVA
Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

4

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Setembro de 2013

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Ano de fundação	1945
Ano de adesão do Brasil	1945 (o Brasil é membro fundador)
Sede	Paris
Línguas de trabalho	Árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo
Número de Estados Membros	195 Estados membros: 192 (dos 193) membros da ONU (todos exceto o Liechtenstein), mais Niue, Ilhas Cook e Palestina.
Principais órgãos	Conferência-Geral, Conselho Executivo e Secretariado
Principais executivos da Organização	• Diretora-Geral (DG), Irina Bokova, ocupa o cargo desde 2009; • Integram o Secretariado, chefiado pela DG, os seguintes Diretores-Gerais Adjuntos (ADG): para Educação (ED), Qian Tang; para Ciências Naturais e Exatas (SC), Gretchen Kalonji; para Ciências Sociais e Humanas (SHS), Maria del Pilar Álvarez-Laso; para Cultura (CLT), Francesco Bandarin; e para Comunicação e Informação (CI), Janis Karklins.
Representante da UNESCO no Brasil	Lucien Muñoz, desde 2012

6

PERFIL BIOGRÁFICO

IRINA BOKOVA
Diretora-Geral da UNESCO

Nasceu em Sófia, Bulgária, em 12 de julho de 1952. Formada em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Moscou, participou de programas de estudo nas Universidades de Maryland e Harvard. Ingressou no Ministério de Negócios Estrangeiros da Bulgária em 1977, ocupando-se de temas relacionados a direitos humanos.

Irina Bokova participou da elaboração da Constituição da Bulgária, nos anos de 1990 e 1991, como membro da Assembleia Nacional Constituinte. Foi Ministra de Negócios Estrangeiros, entre 1996 e 1997, e Embaixadora da Bulgária para a França e Mônaco, em 2005. Foi designada, posteriormente, Delegada Permanente da Bulgária junto à UNESCO, posto que ocupou até ser eleita Diretora-Geral da Organização, em setembro de 2009.

Seu mandato tem sido marcado por crescente destaque da Organização no cenário internacional: como no processo de adesão da Palestina como Estado Membro da Organização; pela apresentação de propostas de reestruturação administrativa e temática da UNESCO, com maior destaque para atividades da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar ("*Global Education First Initiative*"); e na defesa do patrimônio cultural ameaçado pelos conflitos no Mali e na Síria.

Primeira mulher a ocupar a Direção-Geral da UNESCO, Irina Bokova apresentou candidatura à reeleição para o cargo, que conta com o respaldo do Brasil. As eleições para o mandato 2013-2017 ocorrerão durante a 37ª Conferência Geral da Organização, em novembro próximo.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, os Ministros da Educação de alguns dos países aliados que combatiam o Eixo reuniram-se para debater a reconstrução de seus sistemas educacionais, após o final do conflito. Em novembro de 1945, logo após o término da guerra, 44 países reuniram-se em Londres sob a égide das Nações Unidas e decidiram criar uma organização voltada à promoção da "cultura para a paz" e que contribuísse para prevenir a eclosão de novos conflitos globais, com base no fomento à "solidariedade intelectual e moral da humanidade".

Ao final da Conferência, 37 países fundaram a UNESCO. Sua Constituição, assinada em 16 de novembro de 1945, entrou em vigor em 4 de novembro de 1946, após ser ratificada por 20 países: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido, República Dominicana, Tchecoslováquia e Turquia. A primeira sessão da Conferência Geral, órgão máximo da nova organização, ocorreu em Paris, de 19 de novembro a 10 de dezembro do mesmo ano, já com a participação de 30 países com direito a voto.

Por quase uma década, a UNESCO permaneceu marcada pelas divisões da Segunda Guerra: somente em 1951, o Japão e a então República Federal da Alemanha foram admitidos; a Espanha só ingressaria em 1953. A Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e a descolonização também deixaram suas marcas: admitida em 1954, a União Soviética foi sucedida em 1992 pela Federação Russa, juntamente com 12 de suas antigas repúblicas. Dos Estados africanos, 19 tornaram-se membros nos anos 60. Como consequência de sua entrada nas Nações Unidas, a República Popular da China é, desde 1971, a única representação reconhecida do povo chinês. A antiga República Democrática Alemã foi membro de 1972 a 1990, ano da reunificação das duas Alemanhas.

Por motivos variados de ordem política, diversos países deixaram temporariamente a UNESCO, porém mais adiante voltaram a integrar a Organização. A África do Sul esteve ausente de 1957 a 1994; os EUA, de 1985 a 2003; o Reino Unido, de 1986 a 1997; e Cingapura, de 1986 a 2007.

A UNESCO conta hoje com 195 países-membros: são membros 192 dos 193 países-membros da ONU (todos os membros exceto o Principado de Liechtenstein), além de Niue, Ilhas Cook e Palestina.

8

ESTRUTURA

Conferência Geral

Órgão máximo da UNESCO, a Conferência Geral reúne-se a cada dois anos, com a participação de seus 195 Estados Membros, de representantes dos membros associados (que, não sendo países soberanos, participam apenas como observadores: Aruba, Curaçao, Ilhas Féroe, Ilhas Caimã, Ilhas Virgens Britânicas, Macau, Sint Maarten e Tokelau), de agências intergovernamentais e de organizações não-governamentais. Tem como mandato central definir a política e as linhas de ação da Organização, assim como aprovar seu orçamento.

À Conferência Geral, compete ainda eleger os membros do Conselho Executivo, cuja composição é parcialmente renovada a cada dois anos, e nomear, a cada quatro anos, o ocupante do cargo de Diretor-Geral da UNESCO.

Conselho Executivo

O Conselho Executivo é o órgão que exerce, em nome do conjunto dos Estados Membros, a administração cotidiana da UNESCO. O Conselho Executivo define e prepara a agenda da Conferência Geral e recomenda-lhe propostas para aprovação do Programa e Orçamento, além de supervisionar a implementação das atividades previamente aprovadas.

Seus 58 membros são eleitos pela Conferência Geral para mandatos de quatro anos, com base no princípio de representação geográfica equitativa. A reeleição é possível e não há limite estatutário para o número de vezes no qual um Estado pode ser reconduzido ao Conselho Executivo - na prática, os diferentes grupos eleitorais "administram" o rodízio entre seus membros segundo regras não escritas que variam de grupo a grupo.

Reúne-se duas vezes por ano, em sessões de duas semanas de duração, normalmente em março/abril e setembro/outubro. Nos anos em que a Conferência Geral se reúne, e, logo após seu encerramento, o Conselho Executivo é convocado para uma terceira sessão, normalmente com a duração de um dia.

O Brasil, tradicionalmente, tem exercido mandatos consecutivos no Conselho Executivo, com período de dois anos de intervalo: de 1946 a 1952; de 1954 a 1962; de 1964 a 1972; de 1974 a 1978; de 1980 a 1989; de 1991 a 1999; e de 2001 a 2009. Em 2011, o País foi eleito para novo mandato de quatro anos, até 2015.

Secretariado

O Secretariado da UNESCO é constituído pela Diretora-Geral e pelo quadro de pessoal por ela designado. Até a 36ª Conferência Geral (2011), o Secretariado contava com 1696 funcionários internacionais, restando, ademais, 299 postos vagos, dos quais 75% foram sobrestados em resultado da crise financeira causada pela suspensão da contribuição obrigatória dos Estados Unidos, a partir da mencionada CG.

Parte do Secretariado está lotada nas 65 unidades fora da sede (*"Field Offices"*); os demais preenchem cargos de Direção, Profissionais e de Serviços Gerais na sede, em Paris.

O quadro de pessoal da UNESCO provém de cerca de 150 Estados Membros. Todos os Grupos Regionais da UNESCO estão representados no Secretariado, mas a distribuição geográfica de postos continua aquém do desejável, embora se venham registrando avanços desde o início dos anos 2000.

"Centros de Categoria 2"

Os Centros de Categoria 2 são entidades mantidas pelos governos dos Estados Membros e que operam "sob os auspícios da UNESCO", embora sejam juridicamente independentes da Organização.

O vínculo institucional entre o Estado Membro interessado em sediar um centro dessa natureza e a UNESCO é formalizado por meio de acordo específico, que deve ser submetido à aprovação do Conselho Executivo e da Conferência Geral.

A UNESCO conta atualmente com 81 Centros de Categoria 2, dos quais 27 estão localizados na Ásia e Pacífico; 23 na Europa e América do Norte; 11 na América Latina e Caribe; e 20 na África e nos países árabes.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A missão da UNESCO consiste em contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio de atuação nas seguintes áreas temáticas: educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação e informação, e cultura. Para seu desempenho, a UNESCO exerce funções junto aos Estados Membros, como as de geração de projetos,

oferta de mecanismos de treinamento e desenvolvimento de capacitação institucional, acompanhamento de políticas públicas e plataforma de promoção de cooperação internacional.

Educação

Desde sua criação, a UNESCO tem mobilizado e liderado os governos na edição de documentos normativos, na realização de projetos inovadores e na criação de competências em educação.

Estima-se que haja 775 milhões de analfabetos no mundo. De cada cinco adultos, um é analfabeto. Dois terços dos analfabetos são mulheres. Há 61 milhões de crianças não escolarizadas.

Diante dos milhões de crianças e adultos que permanecem privados de oportunidades educacionais, frequentemente em sua situação de pobreza, a UNESCO vem-se empenhando na promoção e no desenvolvimento do direito de todo indivíduo à educação de qualidade, sem discriminação ou exclusão, sob o amparo de instrumentos jurídicos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).

A UNESCO pode prestar aos governos assistência técnica na análise de políticas educacionais, formular planos de desenvolvimento do setor educacional, mobilizar doadores que apoiem prioridades educacionais nacionais, contribuir para a criação de capacidade de formulação de políticas, de análise setorial, de planejamento, administração, monitoramento e avaliação.

Lançado em 1990, o programa Educação Para Todos - EPT ("*Education for All*" - EFA) - é uma das mais importantes iniciativas do setor de Educação e tem como prioridades: promover cuidados e educação para a primeira infância, bem como o ensino primário gratuito obrigatório e de boa qualidade; assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizagem e treinamento continuado de jovens e adultos; alcançar, até 2015, melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, com acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos, especialmente no que se refere às mulheres; defender a eliminação das disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, equidade de gêneros na educação; e melhorar a qualidade da educação, com resultados mensuráveis de evolução da aprendizagem, especialmente em alfabetização e matemática, e na capacitação "essencial para a vida". Os países mais distantes das metas do EPT, com exceção do Haiti, encontram-se na África e na Ásia. Em 2000, na Conferência de seguimento em Dacar, foi instituído o Relatório de Monitoramento Global ("*Global Monitoring Report*"), sob

responsabilidade da UNESCO, com a finalidade de informar e orientar análises e contribuir para a adoção de políticas públicas para educação.

A UNESCO lançou, em 1991, um plano de ação em escala mundial, com vistas a estabelecer e reforçar a cooperação entre universidades e apoiar o ensino superior nos países em desenvolvimento, por meio da rede de "Cátedras UNESCO". O programa tem entre suas metas as seguintes: dar novo impulso e dimensão global a formas de associação entre instituições de ensino superior de países de diferentes níveis de desenvolvimento; reforçar as redes de cooperação existentes entre instituições de ensino superior e de pesquisa e criar novas redes; fomentar o compartilhamento da informação; criar centros de excelência destinados a estudos e pesquisa avançados; e evitar o êxodo de especialistas a mercados de trabalho que ofereçam maior remuneração.

Ciências Naturais

Única agência especializada das Nações Unidas com mandato específico para promover a ciência, a UNESCO atua junto aos Estados Membros pela via da cooperação, da capacitação e da assistência técnica.

Além de promover a ciência, a Organização funciona como plataforma de compartilhamento de idéias e estabelecimento de padrões, fomentando o diálogo entre cientistas e formuladores de políticas e difundindo iniciativas inovadoras – particularmente na África.

Seu setor de Ciências Naturais mobiliza conhecimentos em ciência fundamental e aplicada para apoiar os Estados Membros na implementação de programas internacionais relacionados à água potável, a ciências de terra e mar, à ecologia e a ciências básicas – programas norteados pela consideração das grandes questões do desenvolvimento sustentável, da mudança do clima, da igualdade de gênero e da erradicação da pobreza.

As prioridades e linhas de ação do setor de Ciências Naturais são executadas por meio dos seguintes Programas Científicos Internacionais: 1) Programa Hidrológico Internacional (PHI); 2) Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI); 3) Programa "O Homem e a Biosfera" (MAB); 4) Programa Internacional de Geociências (PIGC); e 5) Programa Internacional de Ciências Básicas (PICB).

O PHI é o único programa intergovernamental do Sistema das Nações Unidas consagrado à educação, capacitação, pesquisa e manejo de recursos hídricos. Em sua fase atual, voltada para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativos à sustentabilidade, bem como para o suprimento de recursos hídricos, o saneamento, a segurança alimentar e a redução da

pobreza, o PHI atenta para os seguintes temas: adaptação aos impactos das mudanças globais em bacias hidrográficas e sistemas aquíferos; reforço da governança para a sustentabilidade; eco-hidrologia para a sustentabilidade; água e sistemas de sustentação da vida; e educação sobre a água para o desenvolvimento sustentável.

A COI promove cooperação internacional e coordena programas nas áreas de pesquisa marinha, serviços, sistemas de observação, mitigação de desastres e capacitação para compreensão e manejo efetivo dos recursos do oceano e das áreas costeiras. Tais ações visam ao aperfeiçoamento da governança e do processo decisório dos Estados Membros, no que concerne aos recursos marinhos e às variações do clima, assim como ao fomento ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente marinho, especialmente em países em desenvolvimento.

O Programa MAB visa ao estabelecimento de plataforma científica para o aperfeiçoamento das relações entre as populações e seu meio ambiente, bem como para a redução da perda de biodiversidade. Seus subprogramas são voltados para ecossistemas específicos: montanhas, terras áridas, florestas tropicais, sistemas urbanos, pântanos, ecossistemas marinhos, insulares e litorâneos. Sob seu pálio são reconhecidas as "Reservas da Biosfera", sítios de excelência estabelecidos para a promoção do desenvolvimento sustentável com base na ciência e em esforços das comunidades locais - no sentido de conciliar a conservação da diversidade biológica e cultural com o desenvolvimento econômico e social.

O PIGC, estabelecido em 1972, apoia financeiramente equipes internacionais de pesquisa dedicadas a cerca de 400 projetos relativos a problemas geológicos globais, com ênfase em capacitação e compartilhamento de conhecimento entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. O Programa colabora, ademais, com a Rede Global de Geoparques (GGN – "*Global Geoparks Network*"), responsável pelo estabelecimento de áreas nas quais o patrimônio geológico é adotado como via para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Estabelecido com vistas a fomentar a cooperação no campo da ciência, para fortalecer as competências nacionais em ciência básica e educação científica, o PICB atua de maneira multidisciplinar, por meio de uma rede de centros de excelência nacionais, regionais e internacionais, tendo como base de sua estratégia a promoção da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul.

Ciências Humanas e Sociais

Uma das missões da UNESCO é proporcionar, por meio de seu setor de Ciências Sociais e Humanas, a difusão de conhecimentos e cooperação

intelectual conducentes a transformações sociais que promovam a justiça, a liberdade e a dignidade humana como valores universais.

O mandato subjacente desse setor vincula-se à promoção e ao reforço das competências em ciências sociais na formulação da agenda e das políticas públicas de seus Estados Membros. Suas prioridades atuais são as seguintes: bioética; inclusão social; ênfase nas dimensões sociais da mudança ambiental global; e inovações sociais conduzidas pelos jovens.

Criado em 1993, o Programa de Bioética da UNESCO estrutura-se sobre o trabalho de comitês que proporcionam plataformas globais de reflexão e debates sobre o tema, de maneira interdisciplinar, multicultural e pluralista, dos quais já resultaram os seguintes instrumentos: Declaração Universal sobre Genoma Humano e Direitos Humanos (1997); Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos (2003); e Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005).

O tema da inclusão social tem como principal plataforma na UNESCO o Programa de Gerenciamento das Transformações Sociais ("MOST – *Management of Social Transformations*"). Criado em 1994, o MOST promove a pesquisa em ciências sociais e sua incidência no campo da formulação de políticas públicas, tendo como meta primordial transferir a agentes decisórios os dados e resultados de pesquisas em ciências sociais para melhor compreensão das transformações sociais e disseminação de boas práticas. Neste âmbito, são analisadas, por exemplo, questões de gênero, migração, urbanização, erradicação da pobreza e de empoderamento da juventude frente ao impacto produzido pelo processo de globalização sobre as dinâmicas da vida social.

No que se refere às dimensões sociais das mudanças ambientais globais, merece destaque, além do Programa MOST, a Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST), criada em 1998. O trabalho conjunto de tais instâncias da UNESCO tem dois objetivos prioritários: a) identificar os desafios éticos e sociais derivados das mudanças ambientais globais - incluindo mudança climática, perda de biodiversidade e escassez de água doce; e b) apoiar, do ponto de vista científico e ético, políticas nacionais de adaptação às mudanças ambientais globais.

Organizado desde 1999, o Fórum da Juventude da UNESCO - com sua oitava edição prevista para outubro próximo - é importante instância para tratamento do tema da "juventude". Tem-se norteado pelas seguintes linhas: i) revisão e formulação de políticas com a participação dos jovens; ii) desenvolvimento de capacidades para a transição à idade adulta; e iii) engajamento cívico, participação democrática e inovação social.

A UNESCO oferece, ademais, assistência a Governos na elaboração ou no aperfeiçoamento de seus sistemas de treinamento em educação física e no desenvolvimento de programas esportivos. Parte deste trabalho concentra-se na luta contra o doping, que põe em risco tanto a base moral e ética do esporte quanto a saúde dos que o praticam. Engajada na luta contra o doping e na implementação da Convenção Internacional Contra o Doping nos Esportes, a UNESCO vê na saúde e na conduta ética do jovem um requisito para o desenvolvimento.

Comunicação e Informação

Na execução de seu mandato no campo da comunicação e da informação, a UNESCO implementa estratégias encorajadoras da pesquisa voltada à formulação de políticas de acesso livre ao conhecimento e ao diálogo entre especialistas, estreitando parcerias e auxiliando os Estados Membros a formularem políticas públicas que levem em conta os últimos avanços no setor.

A UNESCO fomenta igualmente a liberdade, a independência e a pluralidade da mídia como pré-requisitos e fatores determinantes da democratização e da participação cidadã. Permanentemente atenta a casos de violação do direito à liberdade de expressão, pronuncia-se sobre abusos perpetrados contra órgãos ou profissionais de imprensa em todo o mundo. Oferece, ademais, assessoramento na área de legislação de imprensa a Governos, parlamentos e outras instâncias decisórias, para conscientizá-los de seu papel de garantir o caráter público das informações de que são detentores, resguardados os casos em que a privacidade e a segurança justifiquem sua retenção.

Seu Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC) visa a mobilizar a comunidade internacional para a discussão e a promoção do desenvolvimento dos meios de comunicação em países em desenvolvimento. Baseia-se no princípio de que a cooperação multilateral é a via mais apropriada para promover o desenvolvimento da mídia sem interferir em sua integridade e independência, enquanto habilita a sociedade ao acesso equitativo ao conhecimento e à utilização de meios de comunicação livres e múltiplos para exprimir suas ideias. O PIDC busca promover a liberdade de expressão e a diversidade da mídia, com vistas à maior participação do cidadão nos processos decisórios, além de estimular o desenvolvimento de meios de comunicação comunitários.

Criado para auxiliar os países a superarem a "brecha digital", o Programa Informação para Todos (IFAP) da UNESCO visa a ajudar os Estados Membros a desenvolverem e implantarem políticas nacionais de

informação e estratégias de difusão do conhecimento, além de estimular o debate sobre os desafios políticos, éticos e sociais da nova "sociedade da informação", com diretrizes e projetos que promovam e ampliem o acesso equitativo à informação. Para alcançar seus objetivos, o IFAP concentra seus esforços em cinco áreas prioritárias: informação para o desenvolvimento; "alfabetização digital"; preservação da informação por meio de sua sistematização e digitalização; ética da informação, com reflexão sobre os desafios éticos, legais e sociais da aplicação à sociedade das tecnologias de informação e comunicação; e acesso à informação, que abrange questões ligadas a custo, acesso e disponibilidade da informação. Nesse quadro, destaca-se o Programa Memória do Mundo ("*Memory of the World*"), que visa à preservação e divulgação de acervos documentais de valor universal, bem como à tomada de consciência da existência e da relevância do patrimônio documental.

A UNESCO também prioriza o fomento às "Sociedades do Conhecimento", com base no ideal de melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento social e econômico, por meio da capacitação ao acesso e à compreensão da informação. Com essa orientação, a UNESCO participou da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), por iniciativa das Nações Unidas, na qual organizações internacionais, Governos, o setor privado e a sociedade civil discutiram oportunidades geradas pelo novo ambiente de informação e comunicação, bem como trataram de desafios como a desigualdade no acesso à informação e à comunicação.

Como organização participante do Foro de Governança da Internet, a UNESCO foi designada entidade responsável pela linha de ação "Dimensões éticas da sociedade da informação" da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Em sua atuação, a Organização tem propugnado por abordagem aberta, transparente e inclusiva da Internet, e defende que os mecanismos decisórios devem basear-se nos princípios da abertura, privacidade e diversidade, abrangendo o acesso universal, a liberdade de expressão e medidas que permitam resistir a tentativas de censura de seu conteúdo.

Cultura

A UNESCO está empenhada na inserção da cultura no centro das políticas de desenvolvimento como precondição para o êxito dos processos globalizantes, levando em conta os princípios da diversidade cultural. Desde o lançamento da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, em 1988, a UNESCO tem criado número considerável de instrumentos de normatização e de ferramentas demonstrativas, como estatísticas culturais, inventários e mapeamentos de recursos culturais.

16

Entre as áreas de atuação do setor de Cultura, destaca-se a proteção de bens culturais, em caso de conflito armado, pautada pela Convenção da Haia de 1954 e por dois protocolos adicionais. Esses instrumentos normativos estabeleceram o princípio da preservação de bens culturais pelos beligerantes. Neste diapasão, o protocolo de 1999 estabeleceu medidas de seguimento e listas dos bens culturais identificados como mais relevantes em caso de conflito armado. Em suas intervenções em situações de pós-conflito ou pós-desastres naturais, a UNESCO procura fundamentar os processos de reconciliação e reconstrução em fatores culturais e no reconhecimento da importância do patrimônio cultural como vetor de diálogo, reconciliação e coesão social.

O combate ao tráfico ilícito de bens culturais, objeto de Convenção da UNESCO de 1970, é outro tema de especial importância para o setor de Cultura. Nesse âmbito, a UNESCO exorta os Estados à cooperação para a proteção de bens culturais em seu território e ao combate à importação, exportação ou transferência ilícita desses bens. O fortalecimento da Convenção de 1970 é prioritário para países da América Latina e Caribe, especialmente, aqueles países com grande herança pré-colombiana e alvos de escavações clandestinas, pilhagem e tráfico ilícito de seu patrimônio cultural móvel.

A Convenção do Patrimônio Natural e Cultural, de 1972, foi adotada graças à noção consensual de que o esforço de salvaguarda do patrimônio deve assumir caráter universal. De acordo com os termos da Convenção de 1972, a comunidade internacional se torna parte na proteção do patrimônio cultural e natural de "valor universal excepcional", mediante a prestação de assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, permita complementá-la eficazmente. São considerados "patrimônio cultural" monumentos, obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de natureza arqueológica, obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza; "patrimônio natural", por seu turno, são monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, formações geológicas, zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas. Há, ainda, bens considerados "patrimônio misto cultural e natural", que reúnem os elementos definidores das duas classificações anteriores. A Lista do Patrimônio Mundial, instituída pela Convenção de 1972, conta atualmente com 981 bens inscritos - 759 culturais, 193 naturais e 29 mistos. Há, ademais, a conceituação do "patrimônio cultural subaquático", objeto da Convenção de 2001 da UNESCO, que abrange todos os vestígios de existência humana de caráter cultural, histórico ou arqueológico que tenham permanecido submersos parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, por um mínimo de 100 anos.

O patrimônio cultural não se limita a um grupo de monumentos ou a coleções de objetos, mas abrange, também, o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimento e habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a esses associados. Em 2003, após sucessão de estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e representantes dos governos, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como complemento à Convenção de 1972 (Patrimônio Mundial). Ficou, dessa maneira, contemplado o conjunto da herança cultural da humanidade. O patrimônio mundial imaterial manifesta-se, por exemplo, na tradição oral, incluindo o idioma como veículo do próprio patrimônio; artes cênicas; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimento e práticas relativos à natureza; e técnicas artesanais tradicionais. Por meio dessa Convenção, os países são instados a criar sistemas permanentes de identificação de artistas, artesãos e outros que representem as habilidades e técnicas necessárias à manifestação da vida cultural e à manutenção do patrimônio cultural de seu povo.

A governança e a gestão da cultura obtiveram novo marco com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005. Ao reconhecer a natureza particular dos bens, serviços e atividades culturais como veículos de identidade, valores e significados, a Convenção propugna pela criação, produção, disseminação, acesso e usufruto de amplo espectro de bens, serviços e atividades culturais, sem deixar de reconhecer a importância dos direitos de propriedade intelectual para a remuneração dos agentes culturais.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNESCO

Membro fundador da UNESCO, o Brasil integra o Conselho Executivo da Organização, com mandato até 2015. No presente quadro de severas restrições financeiras, decorrentes da suspensão do pagamento das contribuições obrigatórias do Estado Membro com maior quota no financiamento da Organização, a UNESCO tem, no Brasil, indispensável aliado, já que o País foi alçado à condição de 10° maior contribuinte para o orçamento de 2013, além de importante parceiro em diversas iniciativas.

Ademais de acolher escritório da UNESCO, em Brasília, o País desempenha relevante papel no processo de reestruturação por que passa a Organização, haja vista a atuação dos Centros de Categoria 2 em Frutal/MG – Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HIDROEX), para ensino, capacitação e pesquisa

aplicada sobre recursos hídricos – e no Rio de Janeiro – Centro Lúcio Costa, para formação em gestão do patrimônio cultural. O Brasil tem, outrossim, participado ativamente das discussões sobre a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO para 2014-2021 e do Programa e Orçamento para 2014-2017.

Educação

No Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2012, a UNESCO destacou o Brasil como exemplo exitoso de políticas educacionais, por meio da expansão da rede pública de cuidados na primeira infância e de avanços nos índices de êxito na escola secundária. O Brasil também se sobressai por ser um dos poucos países onde a população estudantil é majoritariamente feminina, o que representa expressivo avanço na redução da disparidade de gênero na educação.

Na esteira do "Programa Educação para Todos", o Brasil integra a iniciativa "E-9", que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), para intercâmbio de informações e boas práticas. Espera-se do País crescente contribuição na cooperação educacional Sul-Sul, notadamente com vizinhos latino-americanos e caribenhos, bem como com países de língua portuguesa, ademais de atuação conjunta com os membros do E-9.

A Rede de Cátedras-UNESCO é um dos mecanismos educacionais da Organização de maior extensão no Brasil, tendo sido estabelecidas cerca de três dezenas de cátedras, em importantes áreas do conhecimento e da pesquisa, como a criada, em 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para Tecnologias da Informação e Conhecimento (TICs) na Educação, e a Cátedra de Bioética na UnB, de 2005.

Sob os auspícios da UNESCO, Brasil e Estados Unidos lançaram, em janeiro de 2012, o projeto "Ensinando o Respeito a Todos" (*Teaching Respect for All* - TRA), com vistas à introdução nos respectivos sistemas escolares de currículos e materiais didáticos contra o racismo, a serem desenvolvidos pela Organização, com a expectativa de que possam futuramente ser adaptados a sistemas escolares de outros países.

Cabe ressaltar, ainda, a indicação do Brasil como um dos oito "países campeões" da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar, lançada pelo Secretário-Geral da ONU e liderada pela UNESCO. Caso de sucesso no mundo em desenvolvimento em matéria de melhoria dos índices de educação, o Brasil é tido como parceiro indispensável às iniciativas voltadas para a superação dos desafios da educação no plano internacional.

Ciências Naturais

No setor de Ciências Naturais, cabe destacar que o Brasil conta com seis "Reservas da Biosfera" reconhecidas pela UNESCO: Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço. Além disso, o Brasil foi o primeiro país latino-americano com área filiada à "Rede Global de Geoparques", representada pelo Geoparque Araripe, no Ceará.

Relacionado ao Programa Hidrológico Internacional da UNESCO, está sediado no Brasil, em Frutal/MG, um dos mais ativos Centros de Categoria 2 em matéria de água, o HIDROEX. Entre suas várias atividades, o HIDROEX desenvolve capacitação de técnicos para a gestão sustentável de recursos hídricos, possibilitando importante plataforma de intercâmbio e cooperação com países da América Latina e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Outro ponto de especial significado na parceria Brasil-UNESCO será a realização da 6ª edição do Fórum Mundial de Ciências, em novembro, no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o evento ocorrerá fora de Budapeste, sede do Fórum. O encontro terá como tema "Ciência para o Desenvolvimento Global". São esperados milhares de cientistas, pesquisadores e formuladores de políticas em ciência, tecnologia e inovação para debates em torno dos temas mais relevantes e atuais para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento, como nanociência para a sustentabilidade, energias renováveis e bioenergia.

Ciências Sociais e Humanas

No momento em que a UNESCO analisa a criação, em sua estrutura de novo Centro de Transformações Sociais e Diálogo Intercultural, o Brasil vê reforçada sua imagem de país originário de avançadas políticas sociais e com particular vocação para a cooperação Sul-Sul, notadamente para a África e a América Latina. Para isso, muito contribui a colaboração do Escritório da UNESCO, em Brasília, com diversos órgãos da Administração Pública, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Juventude, entre outros.

No campo da bioética, merece destaque a participação brasileira nos Comitês Internacional e Intergovernamental de Bioética. Cabe mencionar, igualmente, a Cátedra UNESCO de Bioética estabelecida na Universidade de Brasília.

A luta contra o doping no esporte, promovida pela UNESCO, também constitui área de particular interesse para o Brasil, que sediará megaeventos esportivos nos próximos anos. As discussões sobre a base moral e ética do

esporte e os cuidados com a saúde dos que o praticam têm importante paradigma na Convenção da UNESCO Contra o Doping nos Esportes. Adotada durante a 33ª Conferência Geral da UNESCO, em 2005, a Convenção conta com 174 Estados Partes, tendo sido ratificada pelo Brasil em 2007.

Comunicação e Informação

No setor de Comunicação e Informação, o Brasil tem presença ativa nas discussões advindas da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. No âmbito dos modelos de governança multissetorial da Internet, o modelo brasileiro é tido como um dos mais avançados, podendo oferecer relevantes insumos para considerações no setor. O País prioriza a necessidade de enfrentar a "brecha digital" não apenas em termos de acesso, mas, também, de conteúdo, enquanto sublinha a importância da promoção da diversidade cultural e propugna pelo multilinguismo no ambiente digital.

O Programa Memória do Mundo também tem despertado crescente interesse no Brasil. Trata-se de iniciativa da UNESCO para a preservação e divulgação de acervos documentais de valor universal. O Brasil já conta com três acervos inscritos: "Arquivos da Companhia neerlandesa das Índias Ocidentais"; "Coleção do Imperador Pedro II: a fotografia brasileira e estrangeira no século XIX"; e "Rede de informação e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)". Recentemente, o especialista brasileiro Vitor Manoel Marques da Fonseca, do Arquivo Nacional, foi designado pela Diretora-Geral da UNESCO para integrar, por quatro anos, o Comitê Internacional Assessor do Programa Memória do Mundo.

Cabe ressaltar a participação do Brasil na elaboração do "Plano de Trabalho da UNESCO sobre a Segurança de Jornalistas e o Combate à Impunidade". Atento ao mandato específico da UNESCO, o País contribuiu para a promoção da segurança de jornalistas e do combate à impunidade.

Cultura

O Brasil tem reconhecido protagonismo nos temas da UNESCO afetos a cultura, a exemplo da proposta brasileira de elaboração de novo instrumento normativo sobre museus e coleções, que se encontra em avançado estágio de análise pelo setor de Cultura da Organização. Como resultado, deverá ser apresentado à 37ª Conferência Geral texto de "Recomendação sobre a Proteção e Promoção de Museus e Coleções".

Em cumprimento a disposições comuns às convenções multilaterais sobre combate ao tráfico ilícito de bens culturais, o Brasil tem conferido crescente ênfase ao tema em sua pauta de cooperação cultural, havendo

firmado acordos para recuperação de bens culturais roubados ou exportados ilicitamente com a Bolívia, o Peru e, recentemente, com o Equador.

A Convenção do Patrimônio Mundial é outro campo de importante atuação do Brasil, que passou a ter 19 bens na Lista do Patrimônio Mundial - 12 culturais e 7 naturais - com a inscrição do "Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", em junho de 2012. Para o Brasil, a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial representa um elemento propulsor do desenvolvimento local e regional, além de mecanismo de reforço às medidas de preservação dos bens culturais inscritos. Na capital fluminense, está sediado o Centro de Categoria 2 Lúcio Costa, resultado de parceria entre o Brasil e a UNESCO, que possibilita iniciativas de capacitação e cooperação para a América do Sul e para os países de língua portuguesa na África em matéria de gestão do patrimônio cultural.

Com a recente inclusão do "Frevo: Expressão Artística do Carnaval do Recife", em dezembro de 2012, o Brasil passa a contar com três elementos reconhecidos pela UNESCO como patrimônio cultural imaterial, inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial. Os outros dois elementos são as "Expressões orais e gráficas dos Wajãpis", situadas no Amapá, e o "Samba de roda do Recôncavo Baiano", ambos inscritos em 2008.

Ao participar por seis anos do Comitê Intergovernamental para a Diversidade Cultural, de 2007 a 2013, o Brasil contribuiu para importantes conquistas dos Estados Partes durante os anos iniciais de implementação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. O Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC), criado pela Convenção, tem contado com relevantes aportes do Brasil, que já foi, em 2011, beneficiado com recursos dele advindos para o projeto "Vídeo nas Aldeias", voltado à capacitação de cineastas indígenas e à distribuição de suas produções.

ANEXOS

Evolução do Número de Estados Membros e Associados

Ano	Número de Membros integrados à UNESCO	Novos integrantes
1946	28	África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito,

22

		Estados Unidos, Filipinas, França, Grécia, Haiti, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, Síria, Tchecoslováquia, Turquia e Venezuela.
1947	8	Colômbia, Cuba, Equador, Honduras, Libéria, Luxemburgo, Países Baixos e Uruguai.
1948	8	Afeganistão, Argentina, Áustria, El Salvador, Hungria, Itália, Irã e Iraque.
1949	7	Israel, Mônaco, Mianmar, Paquistão, Sri Lanka, Suíça e Tailândia.
1950	7	Coreia do Sul, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Jordânia, Panamá e Suécia.
1951	5	Alemanha, Camboja, Japão, Laos e Vietnã.
1952	1	Nicarágua.
1953	4	Chile, Espanha, Líbia e Nepal.
1954	3	Belarus, Rússia e Ucrânia.
1955	2	Etiópia e Paraguai.
1956	6	Bulgária, Finlândia, Marrocos, Romênia, Sudão e Tunísia.
1958	3	Albânia, Gana e Malásia.
1960	18	Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Kuwait, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Senegal, Somália e Togo.
1961	2	Chipre e Irlanda.
1962	11	Argélia, Burundi, Iêmen, Jamaica, Mauritânia, Mongólia, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Trinidad e Tobago, e Uganda.
1964	4	Islândia, Maláui, Quênia e Zâmbia.
1965	1	Malta.
1967	2	Guiana e Lesoto.
1968	2	Barbados e Ilhas Maurício.
1972	5	Bangladesh, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Omã.
1973	1	Gâmbia.
1974	4	Coreia do Norte, Guiné-Bissau, Portugal e San Marino.
1975	1	Granada.
1976	4	Moçambique, Papua Nova Guiné, Seicheles e

		Suriname.
1977	2	Angola e Comores.
1978	3	Cabo Verde, Namíbia e Suazilândia.
1979	2	Dominica e Guiné Equatorial.
1980	6	Botswana, Maldivas, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, Tonga e Zimbábue.
1981	2	Bahamas e Samoa
1982	3	Belize, Butão, Antígua e Barbuda.
1983	3	Fiji; São Cristóvão e Névis; São Vicente e Granadinas.
1989	3	Djibuti, Ilhas Cook e Kiribati.
1991	4	Estônia, Letônia, Lituânia e Tuvalu.
1992	8	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova e República Quirguiz.
1993	11	Andorra, Bósnia e Herzegovina, Eritreia, Eslováquia, Ilhas Salomão, Macedônia, Niue, República Tcheca, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.
1994	2	Vanuatu e África do Sul (retorno).
1995	1	Ilhas Marshall.
1996	1	Nauru.
1997	1	Reino Unido (retorno).
1999	2	Micronésia e Palau.
2000	1	Sérvia.
2003	2	Timor-Leste e Estados Unidos (retorno).
2005	1	Brunei.
2007	2	Cingapura e Montenegro.
2011	2	Palestina e Sudão do Sul.

CRONOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNESCO

1945	Brasil assina a Carta de Constituição da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Londres, Reino Unido).
1946	Entra em vigor a Carta da UNESCO e realiza-se a I Conferência Geral, com a participação do Brasil.
1951-1952	Brasil ocupa a Presidência do Conselho Executivo, com a indicação de Paulo Berrêdo de Carneiro.

24

1962	Brasil ocupa a Presidência da 12ª Conferência Geral.
1964	Criação do Escritório da UNESCO no Brasil (Rio de Janeiro).
1972	Instalação do Escritório da UNESCO em Brasília.
1980	Cidade histórica de Ouro Preto é o primeiro bem brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.
1987-1989	Brasil ocupa a Presidência do Conselho Executivo, com a indicação de José Israel Vargas.
1988	12ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial é realizada em Brasília.
1997	Brasil ocupa a Presidência da 29ª Conferência Geral.
2010	34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial é realizada em Brasília.
Nov/2011	Brasil é eleito para novo mandato (2011-15) no Conselho Executivo da UNESCO.
Nov/2011	Presidenta Dilma Rousseff visita a sede da UNESCO, em Paris.

ATOS INTERNACIONAIS	
Título	**Data de Publicação (D.O.U.)**
Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.	14/12/1977
Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Cultural.	26/08/1982
Protocolo de Cooperação, Visando à Implantação e Funcionamento do Conjunto Cultural Federal da Capital da República, em Brasília.	04/08/1988
Acordo entre o Brasil e a UNESCO, para a Elaboração do "Guia Geral das Fontes de História da República: Arquivos, Bibliotecas e Museus Brasileiros".	10/10/1989
Acordo sobre suas Obrigações, Direitos e Privilégios em Território Brasileiro.	11/12/1991
Convênio de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e o Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPE-UNESCO).	24/01/1992
Acordo sobre a Reunião do III Fórum Internacional sobre Ciência e Cultura.	18/03/1992
Acordo Relativo à IX reunião do Comitê Regional encarregado da aplicação da Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas do Ensino Superior na América Latina e Caribe.	16/09/1994
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência, no Âmbito do Acordo de Assistência Técnica entre o Brasil e a ONU, suas Agências Especializadas e a AIEA, em Matéria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável.	09/06/1995
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica de 19 de dezembro de 1964, da ONU, em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros.	23/09/1996
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Escritório Regional da COI para o Programa Goos, no Rio de Janeiro (Brasil) - COI/UNESCO.	08/10/2002

26

Memorando de Entendimento para Apoio ao Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.	27/11/2003
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.	13/04/2006
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005.	02/08/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Promoção da Cooperação Técnica Trilateral em Países em Desenvolvimento.	15/10/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a 34ª sessão da Mesa do Comitê do Patrimônio Mundial (25 de julho de 2010) e da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (25 de julho - 3 de agosto de 2010, Brasília).	25/07/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Criação e Operação do Centro Regional de Treinamento em Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro sob os Auspícios da UNESCO (Categoria 2).	26/07/2010
Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, relativo ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica para Implementação do Programa de Parceria UNESCO/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul.	01/07/2011

27

Aviso nº 827 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*)

Publicado no **DSF**, de 15/11/2013.